

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

DAVID MILITÃO CAMPOS DE OLIVEIRA

**O II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E SEUS
REFLEXOS NA ECONOMIA E A ATUAÇÃO DO EMPRESARIADO
MINEIRO (1974/1979)**

JUIZ DE FORA
2015

DAVID MILITÃO CAMPOS DE OLIVEIRA

**O II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E SEUS
REFLEXOS NA ECONOMIA E A ATUAÇÃO DO EMPRESARIADO
MINEIRO (1974/1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração: Poder, Mercado e Trabalho, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ignacio José Godinho Delgado

JUIZ DE FORA
2015

Página para a ficha catalográfica

DAVID MILITÃO CAMPOS DE OLIVEIRA

O II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E SEUS REFLEXOS NA ECONOMIA E A ATUAÇÃO DO EMPRESARIADO MINEIRO (1974/1979)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração: Poder, Mercado e Trabalho, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ignacio José Godinho Delgado – Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Eduardo Antônio Salomão Condé – Presidente

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Eduardo Rodrigues Gomes – Membro Titular

Universidade Federal Fluminense

Juiz de Fora, 27 de fevereiro de 2015

Aos meus pais, David e Cláudia, e a Camila, com muito amor.

Tudo por vocês!

AGRADECIMENTOS

Para que o objetivo de ser mestre fosse alcançado, agradeço aos meus pais, que sempre apoiaram minhas escolhas através de um apoio incondicional. Também agradeço a minha noiva, Camila, por ter amparado meus momentos de *stress*, tanto em relação ao meio acadêmico quanto ao profissional.

Assim, o ano de 2015 encerra mais um ciclo da minha vida, que se iniciou por causa de algumas pessoas, que, direto ou indiretamente, foram responsáveis pela minha escolha em cursar a faculdade de História. Tal escolha tem muito a ver com a atuação dos meus professores, tanto no fundamental II quanto no Ensino Médio, uma vez que a paixão deles por lecionar me encantou.

Quando cheguei ao Ensino Superior, em 2006, tive vários receios, medos, mas um grande orgulho por ser um dos poucos da minha família com a oportunidade de estudar em uma universidade federal. Aos poucos, meus receios foram acabando pela atuação dos meus professores, que tinham o mesmo “brilho nos olhos” dos meus educadores do ensino básico, ao lecionar. Mostraram-me, com maestria e dedicação, como o curso de história é apaixonante e enriquecedor.

Desse modo, agradeço aos professores Alexandre Mansur Barata, Anderson José Pires, Ângelo Alves Carrara, Beatriz Helena Domingues, Carla Maria Carvalho de Almeida, Cássio da Silva Fernandes, Célia Aparecida Resende Maia Borges, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, GalbadiMambro, Ludmilla Savry Almeida, Maraliz de Castro Vieira Christo, Marcos Olender, Maria Fernanda Vieira Martins, Mônica Ribeiro de Oliveira, Silvana Mota Barbosa e Valéria Marques Lobo. Em especial, agradeço ao meu orientador, Ignacio José Godinho Delgado, pela ajuda e tolerância.

Agradeço também ao Centro de Memória da FIEMG, em Belo Horizonte, pelo acesso aos documentos que me auxiliaram nessa jornada, principalmente à supervisora técnica do Centro de memória, Gizele Maria dos Santos, pela ajuda e acolhimento.

Além disso, agradeço à secretaria e coordenação do Programa de Pós-Graduação em História pelo apoio e a CAPES, pela ajuda financeira.

RESUMO

Neste trabalho analisamos o posicionamento político dos empresários industriais mineiros, filiados à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, em relação às diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Destaca-se que o empresariado mineiro filiado a FIEMG não contestou politicamente os militares, concentrando seu discurso na reivindicação de cumprimento das diretrizes econômicas criadas com o II PND, em especial a perspectiva de desconcentração da economia brasileira. Assim, ao contrário da FIESP, que em boa medida aderiu, a partir do II PND, à campanha pela *desestatização* e aproximou-se de um posicionamento crítico em relação ao regime militar, a FIEMG manteve-se à distância de tal perspectiva e acolheu positivamente o II PND. Assinala-se que a posição da FIEMG deriva da percepção da oportunidade de enfrentar os problemas do desenvolvimento mineiro através do apelo ao Estado, presente em diferentes momentos da trajetória do desenvolvimento brasileiro, mas especialmente marcante em Minas Gerais, sendo recorrente na prática do empresário do estado.

Palavras-chave: Empresários; FIEMG; II PND; Política.

ABSTRACT

This study analyzes the political position of the industrial entrepreneurs from Minas Gerais, affiliated to the Federation Industries of State of Minas Gerais, in relation to the directives of the Second National Development Plan. It is noteworthy that the industrial entrepreneurs affiliated with FIEMG not politically challenged the military, focusing their speech on the claim of compliance with the economic guidelines created with the II PND, in particular, the prospect of decentralization of the Brazilian economy. Thus, unlike the FIESP, which largely adhered, because the II PND, the campaign for privatization and approached a critical position in relation to the military regime, FIEMG remained at a distance from such perspective and welcomed positively II PND. It is noted that the position of FIEMG derives from the perception of opportunity to tackle the development problems of Minas Gerais by appealing to the State, present at different times of the trajectory of Brazilian development, but especially striking in Minas Gerais, with a significant trace in class practice of the entrepreneur in the state.

Keywords: Entrepreneurs; FIEMG; IIPND; Policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 ESTADO, EMPRESARIADO E DESENVOLVIMENTO	11
1.1 O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO.....	11
1.2 O ESTADO NO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO.....	19
1.3 O ESTADO NO DESENVOLVIMENTO MINEIRO.....	21
1.4O EMPRESARIADO NO DESENVOLVIMENTO MINEIRO.....	28
2 O II PND NA TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E MINEIRO	40
2.1O II PND.....	40
2.2INTERPRETAÇÕES SOBRE O II PND.....	49
2.3 MINAS GERAIS NO II PND.....	55
2.4 CAMPANHA CONTRA A ESTATIZAÇÃO.....	59
3O EMPRESARIADO E O II PND	64
3.1 O EMPRESARIADO PAULISTA E O II PND.....	64
3.2 A ACM: UM BREVE HISTÓRICO.....	68
3.2.1A ACM, a ditadura militar e o II PND.....	71
3.3 A FIEMG: BREVE HISTÓRICO.....	79
3.3.1A FIEMG, ditadura militar e o II PND.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	94

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo analisar o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e seus reflexos na economia e a atuação do empresariado mineiro, no período de 1974-1979. Propusemos esclarecer qual foi a reação do empresariado mineiro perante o plano econômico no período mencionado.

Este projeto surgiu através do curso de graduação, no qual participamos de alguns grupos de pesquisas sobre o processo de industrialização do Brasil, entre outros países, como Coreia do Sul e Argentina. Também influenciou o trabalho de conclusão do curso de história de licenciatura e bacharelado, na Universidade Federal de Juiz de Fora, que tinha como tema “As políticas Econômicas do Regime Militar e seu Impacto em Juiz de Fora”. Desse modo, tivemos um contato mais profundo com o II PND.

Sendo assim, trataremos, no primeiro capítulo, do papel do Estado no desenvolvimento econômico. Para isso, tomaremos como base os escritos de Peter Evans, que relata quatro papéis que o Estado possui: custódio, demiurgo, parteiro e pastoreio. Ao longo do texto, caracterizaremos cada um e enquadraremos o Estado brasileiro de acordo com a classificação feita por Evans.

Além disso, mostraremos qual tipo de Estado era o Brasil, na década de 1970, com base nos escritos de Peter Evans. Em seguida, analisaremos o Estado no desenvolvimento brasileiro de acordo com as ideias de Antônio Barros de Castro. Também estudaremos o Estado no desenvolvimento mineiro, de acordo com os pressupostos de Peter Evans. Por último, pesquisaremos sobre a atuação do empresariado mineiro no desenvolvimento de Minas Gerais.

No capítulo 2, destacaremos, primeiramente, as principais diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento, mostrando suas principais metas, além de abordarmos as principais interpretações sobre o plano, enfatizando autores que são contra e a favor do II PND. Ainda ressaltaremos quais foram as principais metas elencadas pelo II PND para a economia mineira e finalizaremos esse capítulo com a campanha contra a estatização da economia mineira.

Por sua vez, no terceiro capítulo, enfatizaremos o discurso do empresariado mineiro e paulista acerca do II PND, comparando seus pensamentos em relação ao plano. Para analisarmos o discurso do empresariado mineiro, teremos como base o comportamento da Associação Comercial de Minas e da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

Assim, nosso discurso priorizará o comportamento da FIEMG, entidade empresarial escolhida, por acreditarmos que existem poucos estudos acerca de seu pensamento e comportamento quando da criação do II PND.

1 ESTADO, EMPRESARIADO E DESENVOLVIMENTO

Apresentaremos na seção 1.1, uma abordagem sobre o papel do Estado no desenvolvimento, no qual apresentamos, segundo a análise de Peter Evans¹, quatro tipos de papéis que os Estados desempenham em relação ao desenvolvimento industrial, “custódio”, “demiurgo”, “parteiro” e “pastoreio”. Também analisaremos os tipos de Estado que existem, tentando enquadrar o Brasil de acordo com o estudo feito por Peter Evans.

Por sua vez, na seção 1.2, examinaremos o papel do Estado no desenvolvimento brasileiro, utilizando principalmente as ideias de Antônio de Barros Castro. Enquanto, na seção 1.3, trataremos do papel do Estado no desenvolvimento mineiro, ao passo que, na seção 1.4, examinaremos o papel do empresariado no desenvolvimento mineiro.

1.1 O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO

O golpe militar ocorrido no Brasil, em 1964, foi o reflexo de alguns antecedentes, tanto de ordem econômica, como a crise dos anos 1960, quanto de ordem política, como o confronto entre o projeto internacionalista liberal, liderado pelos empresários que se associavam ao capital estrangeiro e os militares da Sorbonne, e o projeto nacional estatista defendido pelos setores nacionalistas e a maior parte da esquerda².

Na condução da política econômica nacional, os governos militares apresentaram vários projetos econômicos. Quando Castelo Branco assume a presidência do Brasil, para tentar estabilizar a economia³, tinha como principais objetivos acelerar a economia, conter a inflação, porém sem prejudicar a atividade produtiva, equilibrar os preços, aumentar o número de empregos e corrigir a balança de pagamentos. Assim, foi criado o PAEG, Plano de Ação Econômica do Governo, por Campos e Bulhões. A partir disso, todos os outros planos econômicos tinham quase o mesmo objetivo, como o PED (Plano Estratégico de

¹EVANS, Peter B., *Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial/* por Peter Evans; tradução Christina Bastos Tigre; revisão técnica e prefácio Paulo Bastos Tigre.- Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

² REIS, D. A. **Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória.** In: IFCS/UFRJ, ICHF/UFRJ, FGV SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964. Rio Janeiro: 7 Letras. 2004

³ ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889 – 1989.** Rio de Janeiro: Campus, 1992. RESENDE, André Lara. *Estabilização e Reforma: 1964 / 1967.*

Desenvolvimento), criado em 1967, por Delfim Neto, em que os principais objetivos eram a aceleração do desenvolvimento da economia e a contenção da inflação.

Depois vieram o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) I e o PND II, que também tinham como principal objetivo acelerar a economia. Não podemos esquecer que, durante o período de 1969 a 1973, tivemos o “milagre brasileiro”, cuja economia brasileira chegou ao patamar de 8ª economia mundial. Assim, nossa indústria durante esse período se desenvolveu significativamente, tendo em média um crescimento de 13.3%⁴.

Durante o período de 1968 a 1973, o setor de bens de consumo duráveis era o carro chefe do crescimento brasileiro. Sua rápida expansão, se comparada ao setor de bens intermediários, provocou o aumento do volume de importações desses bens devido a sua produção ser menor do que a demanda interna por certos insumos (aço, petróleo, químicos, entre outros)⁵. Em 1973, a economia operava a plena capacidade (milagre econômico), com isso, para manter as altas taxas de crescimento, seriam necessárias altas taxas de acumulação.

Dessa forma, havia uma forte tendência de desequilíbrio na balança de pagamentos, o que se agravou com a crise do petróleo em 1973, uma vez que o Brasil importava de 70% a 80% de petróleo para consumo interno, sendo limitadas, no curto prazo, as possibilidades de substituição de importações de petróleo e outros insumos. Além disso, tivemos a redução das exportações, principalmente, em função da política recessiva adotada pelos países industrializados por causa da crise do petróleo.

Problemas significativos da economia brasileira, em 1973, eram a ineficiência dos setores de bens intermediários e de bens de capital, a dependência do petróleo externo e o elevado desequilíbrio externo. Com isso, a economia, segundo o governo, passava por problemas estruturais⁶. Dessa modo, foi criado o II PND com o objetivo de superar a crise e o subdesenvolvimento. Segundo Velloso, “a crise do petróleo apenas tornou o programa de 1974 inadiável e imperioso e inadiável.”⁷

Com base no exposto, nosso objetivo é identificar o papel do Estado brasileiro na década de 1970 em relação ao estímulo do desenvolvimento industrial, quando se implementa o II PND. Peter Evans⁸ enumera quatro tipos de papéis que os Estados desempenham em

⁴ ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889 – 1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992. LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. **A Retomada do Crescimento e as Distorções do “Milagre”**: 1967-1973.

⁵ ABREU, M.P. (org) **A Ordem do Progresso: cem anos de política republicana - 1889-1989**. Rio, Campus, 1992.

⁶ LESSA, Carlos. **Estratégia de desenvolvimento, 1974 - 1976: sonho e fracasso**. Professor Titular, UFRJ, 1978.

⁷ VELLOSO, João Paulo R. **Brasil: A solução positiva**. São Paulo: Abril, 1977, p. 17.

⁸ EVANS, P. **O Estado como Problema e como Solução**. In: Lua Nova, São Paulo, Número 28/29.

relação ao desenvolvimento industrial, “custódio”, “demiurgo”, “parteiro” e “pastoreio”. Segundo Evans, *custódio* é o Estado regulador, privilegia mais a restrição do que a promoção, isto é, não cria mecanismos para encorajar o capital privado a investir. Desse modo, quando o Estado assume o papel de custódio, não temos de maneira efetiva uma transformação industrial induzido pelo Estado que possa levar ao desenvolvimento nos setores em que há investimento.

Quando o Estado assume o papel de *demiurgo*, segundo o autor, possui uma conduta de produtor, ou seja, o Estado passa a investir em áreas onde o capital nacional privado é incapaz de gerar um investimento expressivo e quando o capital internacional não possui interesse em investir no desenvolvimento local, como no caso da indústria de base. Contudo, o Estado pode estimular, o capital privado nacional e/ou internacional a investir em um determinado setor futuramente, já que é visto como um competidor pelo capital privado. Porém, sem esse investimento estatal, o desenvolvimento industrial fica estagnado.

Portanto, o Estado *demiurgo* é aquele que se responsabiliza pela produção de alguns tipos de produtos que o capital privado não tem interesse em investir. Quando o Estado dispõe do papel de *demiurgo*, tal conduta é geralmente assumida na infraestrutura, como estradas, setor energético e obras de caráter público ou coletivo, presumindo limitações do capital privado. No Brasil, o Estado atuou como *demiurgo* na criação da Companhia Siderúrgica Nacional, Petrobrás e Usiminas.

Em relação ao papel do *parteiro*, o Estado passa a promover um novo setor aliando-se preferencialmente com o capital nacional, criando mecanismos como o fornecimento de subsídios que irão permitir que esse empresariado consiga lucros e, conseqüentemente, que esse novo setor prospere. Quando o capital nacional não possui a capacidade de investir sozinho nesse novo ramo, o Estado promove a entrada do capital internacional. Por conseguinte, o Estado fará de tudo para que o capital privado nacional ou do exterior invista recursos para que esse novo setor prospere, mas sempre estará ao lado desses capitais permitindo e minimizando as perdas para o capital privado.

Em vez de substituir o capital privado, o Estado tenta promover o aparecimento de novos grupos empresariais ou induzir grupos já existentes a entrarem em áreas mais complexas da indústria, utilizando instrumentos, como políticas protecionistas, barreiras tarifárias e subsídios. Logo, o Estado brasileiro atuou como *parteiro* quando se aliou ao capital privado para desenvolver a indústria química, celulose e alumínio na década de 1970.

No que se refere ao papel *pastoreio*, o Estado se comporta, segundo Evans, de uma maneira a “cultivar, nutrir e encorajar as forças empresariais que foram despertadas de

pastoreio. Juntos, o parteiro e o pastor criam os fundamentos sociais para novos setores”⁹. Assim, o Estado incentiva cada vez mais a entrada do capital privado, no qual ele tem interesse, sempre maximizando os seus lucros, incentivando-os. Com essa ajuda, os grupos empresariais privados, em certo momento, podem progredir até não precisarem mais do incentivo estatal para desempenhar suas funções num determinado setor, como no tecnológico, com programas de desenvolvimento.

Assim, ao agir como pastoreio, o Estado busca formas de fazer com que aquele setor se desenvolva de uma forma muito mais rápida do que faria sozinho. Mesmo já passando pelo parto, alguns setores precisam de alguns incentivos, para que se desenvolvam e sejam competitivos dentro de um determinado mercado. De acordo com Evans,

o pastoreio acabou sendo uma forma tão empresarial de envolvimento do Estado quanto a de produtor, Os “burocratas empresariais” da Coréia usaram diferentes instrumentos e estratégias e criaram uma variedade de instituições interessantes. Todas elas tinham o objetivo de estimular as empresas locais de tecnologia da informação a se desenvolverem de forma um pouco mais rápida do que fariam exclusivamente por conta própria¹⁰.

Portanto, no Estado pastoreio, as empresas privadas agem juntamente com o governo, existindo uma intensa colaboração entre as partes, desenvolvendo e tornando-se competitivos no mercado com muito mais êxito e agilidade se fizessem esse processo separados. Contudo, podemos perceber que sempre haverá a participação do Estado. O modo como ele conseguirá atingir seu desenvolvimento depende do papel que irá assumir.

Todavia, podemos perceber o envolvimento do Estado de maneira diferente quando há a implementação do II PND, em que o governo, num primeiro momento, age como um “demiurgo”, atuando em setores nos quais o capital nacional é incapaz de desenvolver devido à falta de recursos ou até mesmo por falta de interesse, pois o investimento é de médio a longo prazo para ter um retorno financeiro satisfatório.

Assim, o II PND teve como principal objetivo o desenvolvimento dos setores de base, particularmente da área de insumos básicos, produtos siderúrgicos e suas matérias-primas, os fertilizantes e suas matérias-primas, os defensivos agrícolas e suas matérias-primas, o papel e as suas matérias-primas, o papel e a celulose, as matérias-primas para a indústria farmacêutica,

⁹EVANS, Peter B., **Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial**/ por Peter Evans; tradução Christina Bastos Tigre; revisão técnica e prefácio Paulo Bastos Tigre. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

¹⁰ EVANS, Peter B., **Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial**/ por Peter Evans; tradução Christina Bastos Tigre; revisão técnica e prefácio Paulo Bastos Tigre. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004. p.88.

o cimento, o enxofre e outros minerais não metálicos. Portanto, investir em indústrias de base ou em indústria farmacêutica requer recursos e tempo que desestimulam o capital privado a investir, acarretando a entrada do Estado nesse setor, comodemiurgo.

Desse modo, o papel do Estado depende de qual setor pretende investir, sendo sua atuação também determinada pelo comportamento do capital privado. O governo brasileiro, durante o regime militar, para sua legitimação perante a sociedade, teve como carro chefe o desenvolvimento industrial, assumindo, assim, o papel de demiurgo, cujo papel é de produtor, investindo na infraestrutura através de obras públicas, além dos setores mencionados.

Entretanto, com a implementação do II PND, o governo também assumiu o papel de parceiro, isto é, busca uma aliança com o capital privado (nacional ou internacional) para desenvolver determinado setor da economia. O governo militar, na década de 1970, para desenvolver o setor petroquímico, promoveu uma aliança com o setor privado, agindo como parceiro. Segundo Peter Evans, o objetivo do pacto é “induzir o capital privado a ter um papel empresarial, que de outra maneira teria relutância em desempenhar, criando, assim, recursos institucionais e organizacionais comprometidos com novos setores ou tipos de conquista.”¹¹

Logo, vimos os papéis que o Estado pode desempenhar em relação ao desenvolvimento industrial. Porém, agora, temos que determinar qual tipo de Estado atuava no Brasil na década de 1970. Para isso, recorreremos novamente às ideias de Peter Evans, que analisa três momentos da atuação do Estado a partir do término da Segunda Guerra Mundial.

Num primeiro instante, nas décadas de 1950 e 1960, o Estado é visto como motor propulsor da mudança, capaz de alterar a estrutura vigente. Portanto, tinha a função de interferir diretamente nos problemas estruturais para que o desenvolvimento econômico fosse possível. Assim sendo, o Estado seria o responsável pelo investimento direto em vários setores da economia, principalmente na área industrial, porém sem esquecer-se de investir na agricultura. Além disso, deveria montar toda uma infraestrutura para que a urbanização dos grandes centros não ocorresse de forma desorganizada.

A partir da década de 1970, essa intervenção foi vista de modo negativo, prejudicando diretamente o desenvolvimento da economia, isto é, o Estado é visto como um empecilho ao desenvolvimento devido as suas constantes interferências. Teóricos neoutilitaristas aspiravam

¹¹EVANS, Peter B., **Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial**/ por Peter Evans; tradução Christina Bastos Tigre; revisão técnica e prefácio Paulo Bastos Tigre.- Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004,p. 71.

um Estado mínimo, ou seja, aquele que garante somente os direitos à propriedade privada, por exemplo, sem ingerência direta na economia¹².

Todavia, no caso brasileiro, temos a situação a inversa. A década de 1970 é marcada pela intensa participação do Estado na economia, através de várias empresas estatais que participaram ativamente do mercado. Esse fato ocorreu porque, após o “milagre brasileiro”, que levou o Brasil a níveis de crescimento até então nunca vistos – média de 11,2% entre 1968-1973 –, teve um declínio pós crise do petróleo em 1973.

Desse modo, para manter altas taxas de crescimento, o governo brasileiro, na época, optou pelo modelo do crescimento por endividamento, isto é, pegou inúmeros empréstimos em bancos internacionais para promover a substituição de importação que levaria o Brasil a manter bons níveis de desempenho na economia. Dessa forma, houve um grande investimento público em obras de infraestrutura, como a criação da ponte Rio-Niterói, pavimentação de estradas para interligar as regiões do Brasil, investimentos nos portos, entre outros setores.¹³

Na década de 1980, novamente foi dado ao Estado um papel importante, especialmente no investimento em infraestrutura, como a criação de estradas e ferrovias que ligariam regiões, investimentos em portos, facilitando o escoamento da produção, entre outros exemplos. Isso decorria da incapacidade da burguesia atuar em áreas que demandam um alto investimento com um retorno financeiro a longo prazo. No Brasil, os anos de 1980 são lembrados como a “década perdida”, devida a uma intensa crise na economia decorrente dos altos gastos feitos pelo governo brasileiro na década de 1970 para manter a expansão do nosso crescimento, feito através do endividamento externo.

Contudo, com a segunda crise do petróleo ocorrida em 1979, provocando um aumento no desequilíbrio da balança de pagamentos, juntamente com o aumento das taxas de juros internacionais, houve um agravamento da crise brasileira. Por isso, para manter seu crescimento, no início da década de 1980, o governo brasileiro fez mais empréstimos junto aos bancos internacionais, que exigiram altas taxas de juros.

Consequentemente, aumentamos nossa dívida externa para promover o aumento das taxas de exportação, mas quando as empresas estrangeiras diminuíram drasticamente seus investimentos no Brasil, o governo não suportou manter sozinho o nosso

¹²IBIDEM

¹³VELLOSO, João Paulo R. **O último trem para Paris. De Getúlio a Sarney: “milagres”, choques e crises do Brasil moderno.** 2a ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

desenvolvimento. Dessa maneira, criou várias políticas de austeridade buscando recuperar a economia, através de vários planos, como o Cruzado, Bresser e Verão.¹⁴

Nesse contexto, para explicar o desenvolvimento industrial “rápido” de países, como Brasil, Japão e Coréia do Sul, Peter Evans (2004) criou o conceito de “autonomia inserida”. Segundo o autor, o Japão e Coréia do Sul tiveram sucesso em sua industrialização porque conseguiram unir poder público e privado. O Estado foi capaz de angariar recursos, através de uma burocracia qualificada e valorizada, tendo total comprometimento com o desenvolvimento, sendo recrutada por concurso público (meritocracia) e não por relações clientelistas; enquanto as instituições privadas eram capazes de direcionar e investir bem os recursos obtidos.¹⁵

A "autonomia relativa" ¹⁶ das instituições burocráticas recrutadas pelo mérito viabilizou sua dedicação aos problemas de ação coletiva do capital privado, ajudando o capital como um todo a encontrar soluções que, de outra forma, seriam difíceis de alcançar, mesmo no interior do organizadíssimo sistema industrial japonês ou coreano. No entendimento de Cotta¹⁷, Evans (2004) ressalta que apenas um Estado forte, dotado de um corpo burocrático coeso e estruturado, seria capaz de estabelecer relações salutares com as elites privadas. Desse modo, Evans salienta o pensamento de Weber que acredita numa burocracia meritocrática, bem recompensada financeiramente, com plano de carreira e sem a interferência de interesses privados.

Em relação ao Brasil, Evans apontava a existência de um Estado que misturava características de relativa autonomia com aquelas próprias de um Estado predatório,- aquele no qual as pessoas ocupam as instituições governamentais e não agem de maneira a auxiliar no desenvolvimento e, sim, para obterem ganhos pessoais, isto é, agem com interesses particulares-. Desse modo, tudo que é produzido é “consumido” dentro do Estado, devido as suas características patrimonialistas, em que o controle do aparelho estatal cabe por direito a um pequeno grupo de indivíduos em termos pessoais. Assim, segundo Evans¹⁸, “o Estado fracassa até em fornecer os mais básicos pré-requisitos para o funcionamento de uma

¹⁴BAER, Werner. **Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2002

¹⁵EVANS, Peter B., **Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial/** por Peter Evans; tradução Christina Bastos Tigre; revisão técnica e prefácio Paulo Bastos Tigre. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004

¹⁶Ibidem

¹⁷COTTA, Tereza Cristina. **Burocracia, capacidade de Estado e mudança estrutural**. (Texto para discussão, 21). Brasília: ENAP. 1997.

¹⁸EVANS, Peter B., **Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial/** por Peter Evans; tradução Christina Bastos Tigre; revisão técnica e prefácio Paulo Bastos Tigre.- Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

economia moderna: cumprimento regular de contratos; fornecimento e manutenção de infraestrutura, investimento público em saúde e educação”.

Evans ainda aponta o Zaire como um Estado totalmente predatório, no qual a burocracia está direcionada para interesses individuais, isto é, sua organização interna e estrutura estão direcionadas para reprimir qualquer tipo de atuação e pensamento que leve ao desenvolvimento que não seja através das “mãos” daqueles que estão incrustados dentro do aparelho estatal. Assim, a pequena porcentagem, que trabalha dentro do Estado, caminha direcionada a interesses individuais, acarreta péssimos serviços públicos, em que o cidadão é o maior prejudicado, tendo que literalmente pagar por serviços que seriam em tese gratuitos.

Nesse contexto, o Estado brasileiro teria como grande problema em seu desenvolvimento as relações clientelistas que ocorriam dentro do governo, permitindo os interesses pessoais passarem por cima de interesses da nação. Tal fato era possível, segundo Evans, porque faltavam pessoas qualificadas dentro do Estado, que fossem protegidas de interesses pessoais de grande parte dos atores políticos.

Contudo, foram criados no Brasil os “bolsões de eficiência” no interior da burocracia, como o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), criado no governo de Getúlio Vargas, no qual a burocracia é recrutada de forma meritocrática, comprometida com o desenvolvimento econômico e, claro, protegida pelo Estado para que dispusesse de autonomia para criar e realizar planos que pudessem auxiliar no crescimento sem que suas políticas fossem direcionadas por interesses pessoais. Assim, o caso brasileiro seria uma mistura de um Estado predatório com uma relativa autonomia de sua burocracia.

É importante ressaltar que nem mesmo os militares conseguiram criar “bolsões de eficiência” em 100% dentro do aparelho estatal. Tiveram que conviver com relações clientelistas muito também porque a oligarquia ainda estava presente dentro do Estado. Tal oligarquia, muitas vezes, não tinha como objetivo principal investir no desenvolvimento industrial do país, “sabotando” a possibilidade do Brasil, por exemplo, de criar políticas públicas que iriam inferir num maior desenvolvimento, alavancando nossa economia¹⁹. Assim, para angariar recursos, a burguesia se une a burocratas que possuem interesses individuais que possam resultar em ganhos pessoais, os chamados “anéis burocráticos”, termo cunhado por Fernando Henrique Cardoso²⁰ para determinar a relação entre burocratas e empresários.

¹⁹SOUZA, Celina. **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas**”. In: G. Hochman, M. Arretche E. Marques (orgs.), **Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro**: Editora Fiocruz..2007.

²⁰CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

Portanto, os poucos “bolsões de eficiência” criados dentro do Estado brasileiro, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou a Petrobras, levaram o Brasil a um desenvolvimento industrial. Desse modo, tivemos em algum momento, autonomia para a nossa burocracia que teve êxito em articular projetos como a Petrobras, BNDES, Grupo de Estudos da Indústria automobilística (GEIA) ou até mesmo as indústrias petroquímicas na década de 1970, sendo protegida dos interesses individuais de algum ator político/econômico/social resultando em projetos favoráveis ao nosso desenvolvimento industrial. Esses fatores ocorreram aliados a uma parceria do Estado com setores privados nacionais ou internacionais, conseguindo, assim, recursos para projetos que seriam fundamentais em nosso desenvolvimento industrial.

1.2 O ESTADO NO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Uma análise importante sobre o papel do Estado no desenvolvimento brasileiro aparece na obra de Antônio Barros de Castro²¹. Segundo o autor,²² no Brasil, até a década de 1930, os agentes econômicos não tinham interesse em investir capital nas indústrias, a oligarquia que estava no poder pretendia continuar investindo no setor agrícola, preferencialmente no café, não se importando em ampliar e diversificar seus investimentos. Contudo, a partir da crise de 1929 e com o início do Estado Novo (Vargas no poder), passa a criar instituições que seriam responsáveis por estudos com a finalidade de desenvolver projetos para diversificar os investimentos do estado em outros setores além do agrícola. Assim, é criado o DASP (Departamento Administrativo do Setor Público), com indivíduos recrutados pelo Estado através de concurso público, ou seja, pela meritocracia, responsáveis pela administração pública, tendo proteção estatal até o fim do governo Vargas.

Portanto, podemos afirmar que para varrer um pouco aqueles setores que não tinham interesses no desenvolvimento industrial brasileiro, Vargas cria um órgão que será protegido dos interesses individuais da oligarquia. Destarte, Vargas cria um “bolsão de eficiência,”²³ que

²¹ CASTRO, Antônio Barros de. **Do desenvolvimento renegado ao desafio sinocêntrico: reflexões de Antônio Barros de Castro sobre o Brasil**/ organização Ana Célia Castro e Lavínia Barros de Castro. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

²²Ibidem

²³EVANS, Peter B., **Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial**/ por Peter Evans; tradução Christina Bastos Tigre; revisão técnica e prefácio Paulo Bastos Tigre.- Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

auxiliará no desenvolvimento, assim como criou uma agência responsável por apoiar financeiramente tal desenvolvimento, o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) de 1952.

A partir do governo Juscelino Kubitschek., ocorre, de fato, no Brasil, uma mudança na qual os agentes econômicos, mesmos relacionados com o capital internacional, criam a expectativa de uma real implementação de uma estrutura industrial no país²⁴. Porém, os agentes econômicos agiam de forma a amenizarem suas perdas, sempre o Estado tentando garantir o melhor investimento para o empresariado nacional, uma vez que o governo atuava de acordo com o mercado, direcionando os investimentos e incentivando o capital privado em mercados seguros para se investir onde o lucro era certo.

Todavia, segundo Castro (2012), é no governo Geisel (1974-1979), com a implementação do II PND, que o Estado atuou além dos objetivos do mercado, investindo principalmente na indústria de base, garantindo o progresso do desenvolvimento industrial brasileiro e, claro, justificando seus atos para legitimar o seu governo perante aqueles que o apoiavam, como a burguesia. Assim, como Vargas, Geisel também protegeu instituições que ficaram sob a sua tutela contra a interferência de atores que buscavam maximizar seus interesses individuais. Tal burocracia, de acordo com Suzigan²⁵, é blindada de interesses particulares, como da bancada do campo, possibilitando o Estado desenvolver projetos grandiosos.

Com base nisso, a eficiência das empresas estatais desde a era Vargas à execução do II PND no governo Geisel é responsável pelo desenvolvimento industrial brasileiro quando essas empresas passaram a atuar em setores em que o capital privado não tinha interesse e nem recursos para investir. O Estado, através de suas instituições, obteve grande êxito em se situar na economia além das oportunidades percebidas pelo mercado. Castro cita, como exemplo desses tipos de empresas estatais, a Petrobras, Vale, Telebras, BNDES, que, através de recursos gerados com sua atuação no mercado, leva-as a não precisar recorrer a recursos financeiros providos do Estado, isto é, são empresas que conseguem caminhar sozinhas, tendo a capacidade de se aliar ao setor privado que a abastecem de equipamentos, materiais e insumos de vários tipos. Desse modo, a empresa estatal é responsável por ampliar um setor, antes visto pelo capital privado como muito arriscado de se atuar, preferindo investir em áreas

²⁴ CASTRO. Antônio Barros de. Do desenvolvimento renegado ao desafio sinocêntrico: reflexões de Antônio Barros de Castro sobre o Brasil/ organização Ana Célia Castro e Lavínia Barros de Castro. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

²⁵SUZIGAN, W. **Experiência histórica de política industrial no Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 16, nº 1 (61), Janeiro-Março/96.

onde os lucros não eram de muita grandeza, mas garantirá aquela porcentagem mínima que a fará continuar atuando nesse mercado menos arriscado.

Assim, as empresas estatais, com suas inversões, possibilitam o crescimento contínuo da economia, cimentando a “convenção do crescimento garantido”, na qual os empresários buscam investir para não perder posições. As estatais substituiriam, pois, as agências coordenadoras de outros casos de desenvolvimento liderado pelo Estado, como Japão e Coréia do Sul. A essa convenção, soma-se a “convenção da estabilidade presumida”, associada aos mecanismos criados para compensar o capital privado de pressões inflacionárias, como a correção monetária, criada por Roberto Campos no governo Castelo Branco.

Diante disso, para Castro, o Brasil se encaixa numa experiência de crescimento “State-led”, isto é, desenvolvimento industrial conduzido pelo Estado que interfere diretamente na economia através de investimentos em setores não propícios para o capital privado devido ao alto grau de risco. Os “late comers”, os Estados retardatários, aqueles que não possuem uma base industrial bem edificada, só obtêm sucesso no seu desenvolvimento industrial quando o Estado passa a atuar em áreas onde o capital privado não investe²⁶.

Em suma, a industrialização brasileira, na década de 1970, teve uma grande participação do Estado como condutor do nosso desenvolvimento. Tanto Evans quanto Castro afirmam que o Estado é o condutor, é o principal responsável no desenvolvimento do país através de planejamento e investimentos maciços que requeriam um alto grau de paciência para recuperar os valores investidos. Sem esse tipo de Estado condutor, o Brasil não teria o parque industrial que detém em tempos atuais²⁷.

1.3 O ESTADO NO DESENVOLVIMENTO MINEIRO

Quando falamos em desenvolvimento em Minas Gerais, segundo Diniz (1981), não podemos deixar de mencionar primeiramente a participação direta do Estado na economia, o principal ator no desenvolvimento econômico mineiro. Até fins da década de 1930, a economia mineira era diversificada, com várias indústrias atuantes, principalmente na Zona da

²⁶CASTRO. Antônio B.arros de. **Do desenvolvimento renegado ao desafio sinocêntrico: reflexões de Antônio Barros de Castro sobre o Brasil**/ organização Ana Célia Castro e Lavínia Barros de Castro. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

²⁷SUZIGAN, W. **Experiência histórica de política industrial no Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 16, nº 1 (61), Janeiro-Março/96.

Mata, e a agropecuária. Entretanto, não havia uma integração entre as diversas regiões do território mineiro, dificultando o desenvolvimento econômico estadual²⁸.

Nossos representantes políticos eram, em grande parte, até a década de 1930, integrantes da oligarquia, bacharéis representantes dos grandes fazendeiros que exerciam influência tanto política quanto econômica em suas regiões. Porém, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em novembro de 1930, a nossa “elite governamental” é substituída por homens com formação técnica²⁹ aliados aos militares que auxiliaram Vargas no exercício do poder³⁰.

Em Minas Gerais, os novos representantes políticos com formação técnica seriam provenientes, de acordo com Diniz³¹, da Escola de Ouro Preto, influenciando, por exemplo, a política mineral do governo. Participaram de ministérios, na elaboração de projetos, como o Código de Minas e Código de Águas, realizados em 1934, estavam também incrustados no Conselho Nacional de Petróleo. Esses técnicos, que passaram a participada burocracia estatal, serão chamados por Diniz (1981) de *tecnocracia mineira*³².

Dessa maneira, aliada aos militares, que estavam no poder na década de 1930, trazem uma ideologia diferente da até então praticada em Minas, o desenvolvimento mineiro através do investimento do setor público na industrialização. Assim, coube a Israel Pinheiro, que assume em 1933 a Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, recrutar a primeira leva da tecnocracia mineira. Desse modo, os tecnocratas estariam em sua grande maioria, inseridos dentro da Secretaria comandada por Pinheiro até 1942, onde exerceram, segundo Diniz, grande influência sobre o setor público na formulação de projetos³³.

Os tecnocratas, conforme o autor, desejavam transformar Minas Gerais em um grande centro industrial através do aproveitamento dos recursos minerais disponíveis com a expansão da indústria siderúrgica (como a criação da usina siderúrgica de Monlevade em 1937). Entretanto, Minas tinha um grande entrave, já que não havia uma integração econômica entre suas regiões. Para isso ser resolvido, a malha ferroviária e rodoviária deveria ser expandida para que a capital mineira (preconizada como centro econômico de Minas Gerais) pudesse se articular com as demais regiões, sendo fornecedora de produtos

²⁸DINIZ. Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. UFMG. 1981.

²⁹Ibidem.

³⁰ABREU, M.P.(Org)A Ordem do Progresso: cem anos de política republicana - 1889-1989. Rio, Campus, 1992.

³¹DINIZ. Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. UFMG. 1981.

³² Neste momento limitamo-nos a apresentar as concepções de Diniz. À frente discorreremos sobre as críticas que lhe são dirigidas, em especial por Ignacio Delgado.

³³ DINIZ. Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. UFMG. 1981.

Diante disso, um exemplo da influência da tecnocracia sobre o governo, conforme Diniz³⁴, foi à criação da Cidade Industrial de Contagem no governo de Valadares, que tinha como objetivo atrair vários tipos de indústrias para a região metropolitana de Belo Horizonte. Para alavancar a economia mineira, Israel Pinheiro, Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, na tentativa de diminuir a dispersão das indústrias mineiras que estavam cada vez mais dependentes do eixo Rio-São Paulo. Para Diniz

o lançamento da Cidade Industrial de Contagem, com a respectiva usina hidrelétrica, foi a maior realização do Governo Benedito Valadares (1933-45) no campo econômico, e ao mesmo tempo base para futuras iniciativas estatais. (...) Paralelamente, procedeu-se a uma verdadeira política de promoção e atração de indústrias.³⁵

Assim, o governo para tal feito investiu recursos no setor de transportes e na oferta de energia elétrica provenientes da usina de Gafanhoto, inaugurada em 1946, a preços acessíveis³⁶. Portanto, todos esses empreendimentos têm a participação direta do governo estadual, responsável por buscar aliados, como o capital estrangeiro, para poder viabilizar todos seus projetos.

Com base nisso, para melhorar a infraestrutura no setor de transportes, Diniz salienta que

o plano rodoviário aprovado no Governo Olegário Maciel, em 1924, seguido pelos governos Melo Viana, Antônio Carlos e Benedito Valadares, estabeleceu como previsão a implantação de um sistema de rodovias radiais que permitissem a articulação da capital com as várias regiões do estado. A criação da Rede Mineira de Viação, por incorporação das estradas de ferro Oeste de Minas, Rede Sul Mineira e Estrada de Ferro Paracatu, em 1931, refletia as mesmas preocupações, visando-se articulá-las com um porto de mar, Angra dos Reis, por onde se pudesse escoar a produção.³⁷

Quando Benedito Valadares (1933-1945) assume o executivo mineiro após a morte de Olegário Maciel, em 1933, tem como objetivo adicional - continuaria investindo no setor industrial - a diversificação agrícola, recebendo vultosos recursos da esfera federal para tal projeto³⁸. Essa diversificação na agricultura envolveria um controle maior sobre a produção

³⁴Ibidem.

³⁵DINIZ. Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. UFMG. 1978. p.53.

³⁶ DINIZ. Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. UFMG. 1978.

³⁷ DINIZ. Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. UFMG. 1978. p.107.

³⁸DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

cafeeira, para evitar que o estado dependesse de um só produto. Para isso, Valadares retirará a autonomia do Instituto Mineiro do Café, que passa para a tutela do Estado em Minas Gerais, sendo extinto após a criação do Departamento Nacional de Café.³⁹

Para ajudar a diversificação, o governo mineiro transformou o Banco Mineiro do Café em um banco estatal (Banco Mineiro da Produção), que teria como papel fornecer recursos para investimentos em todo setor agrário, não ficando “preso” somente ao desenvolvimento cafeeiro. Um dos objetivos em investir no setor agrário fazia parte de um propósito que marcaria o governo de Valadares na década de 1950, uma vez que as lavouras seriam destinadas ao uso industrial⁴⁰.

Como consequência da Segunda Guerra Mundial, tivemos a criação da Companhia Vale do Rio Doce no início da década de 1940 pela necessidade de minério de ferro pelas potências em conflito. Entretanto, esse projeto foi “encabeçado” pelo Estado, e não pelo empresariado mineiro, mostrando como Minas ainda dependia dos investimentos públicos para que ocorresse o desenvolvimento industrial. Mesmo assim, Minas se mantém atrás de São Paulo no desenvolvimento industrial, ficando à mercê do desenvolvimento paulista, que concentrava os principais setores industriais em sua região. Com a mudança política ocorrida no Brasil pós Segunda Guerra, temos a ascensão de um novo governo mineiro, que elaborará um Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, no intuito de planejar como deveria ocorrer o desenvolvimento do estado⁴¹.

Milton Campos (1947-1951), pertencente à União Democrática Nacional, tornou-se governador de Minas Gerais em 1947, juntamente com sua equipe que tinha como secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho Américo Gianetti, que planejou um plano de recuperação e de incentivo à economia mineira que tinha como um de seus principais propósitos a industrialização, aliada a investimentos nas áreas de energia e transporte, além da diversificação agrícola.⁴²

Segundo os estudos coordenados por Gianetti, somente uma maior oferta de energia elétrica para as indústrias com preços acessíveis, juntamente com uma malha ferroviária que interligasse as regiões, proporcionaria o aumento de mercado e Minas poderia acabar com seu atraso econômico. Embora não tenha obtido sucesso pleno, o governo de Milton Campos deixou como herança a definição de que áreas deveriam ser investidas em Minas Gerais para que a industrialização alcançasse o sucesso tão desejado.

³⁹Ibidem.

⁴⁰Ibidem.

⁴¹Ibidem.

⁴²DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. UFMG. 1978.

Assim, o projeto do planejamento de governo Milton Campos envolvia a acentuação de investimentos no setor agrícola, que deveria ter o mesmo grau de desenvolvimento que o setor industrial. Para preparar o projeto, Milton Campos, através de Gianetti, recrutou para dentro do Estado vários técnicos especializados na produção industrial, no setor agropecuário, na área de comunicações e transportes, educação, saúde, até mesmo especialistas em problemas sociais como a miséria. Segundo Diniz, esse fato marca a volta dos tecnocratas, que, novamente, inserem-se dentro das instituições governamentais para conseguirem desenvolver seus projetos. Desse modo, outra vez Belo Horizonte é vista como área fundamental para a integração estadual, sendo necessário, segundo o plano, reforçar a função polarizadora da região.⁴³

Portanto, quando Juscelino Kubitschek (1951-1954) assumiu a posse do governo do estado já tinha uma base para levar adiante seu projeto, marcado pelo slogan Energia e Transporte. O governo Kubitschek investiu maciçamente na construção de rodovias, tendo o órgão governamental responsável pelos empreendimentos, o DER (Departamento de Estrada e Rodagem).

Além disso, através do Plano de Eletrificação criada no governo anterior, o governador enviou uma mensagem à Assembleia Legislativa Estadual propondo a criação de uma empresa de energia elétrica, surgindo a CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais). Os investimentos para a expansão da malha rodoviária em Minas Gerais e da construção da CEMIG seriam originados do setor público (recursos estaduais) juntamente com o capital estrangeiro e do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico).⁴⁴

Nesse momento, o Estado em Minas Gerais, de acordo com as perspectivas de Evans (2004, p.116) sobre o papel do Estado na economia, comporta-se como demiurgo. Promoverá, assim, investimentos num setor cuja burguesia local é incapaz de investir e o capital privado não tem interesse. Assim, “assumir então o papel de demiurgo pode ser a única maneira de pôr o desenvolvimento industrial em movimento”(EVANS, 2004, p.117). Dessa maneira, corroboramos nosso pensamento através de Clélio Campolina Diniz que salienta:

a CEMIG nasceu de forma absolutamente ajustada à ideia de empresa pública como suporte à expansão capitalista, considerada a incapacidade dos capitalistas nacionais privados, e da busca de autonomia nacional com relação ao capital estrangeiro⁴⁵.

⁴³ DINIZ. Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. UFMG. 1978.

⁴⁴Ibidem.

⁴⁵DINIZ. Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. UFMG. 1978. p.75.

Tendo em visto isso, vale ressaltar que a CEMIG tinha grande parte em seu “corpo” dirigente, conforme Diniz destaca, um núcleo composto de tecnocratas, que passaram a fazer parte do governo na década de 1930, tendo se retirado parcialmente após a redemocratização em 1945⁴⁶. Contudo, pela importância do projeto de eletrificação, voltaram a fazer parte de uma das mais importantes instituições de Minas, durante toda década de 1950, beneficiada pelo binômio “Energia e Transporte”.

Ao assumir a presidência em 1956, Juscelino amplia seu projeto para todo Brasil, através do Plano de Metas⁴⁷, o Estado consegue por meio de recursos federais construir uma usina siderúrgica, a USIMINAS, sendo finalizada em 1962. Desse modo, Minas obtém um grande avanço em sua infraestrutura, entretanto, comparando-se aos principais centros industriais do Brasil, mantinha ainda um relativo atraso.⁴⁸ Novamente, o governo mineiro tem o papel de demiurgo, uma vez que busca aliança ao governo federal para promover a industrialização de sua região. Portanto, é o Estado conduzindo o processo de desenvolvimento industrial.

Tanto a CEMIG quanto o DER, receberam a proteção do governador e depois do presidente J.K., ficando fora do jogo partidário político que favorece a troca de favores, através, por exemplo, da busca por cargos dentro das secretarias e ministérios. Assim, segundo Delgado⁴⁹, Diniz⁵⁰ e Dulci⁵¹, esses órgãos receberam autonomia para poderem preparar os projetos e seus participantes eram recrutados por serem especializadas em determinada área.

Desse modo, a exemplo da análise de Evans sobre o Brasil, também em Minas Gerais foram criados os “bolsões de eficiência” no interior da burocracia, a CEMIG e o DER, compondo os elementos da burocracia, sendo recrutada, conforme ainda Delgado⁵², Diniz⁵³ e

⁴⁶ DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. UFMG. 1978.

⁴⁷ ABREU, M.P. **A Ordem do Progresso: cem anos de política republicana - 1889-1989**. Rio, Campus, 1992.

⁴⁸ DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. UFMG. 1978.

⁴⁹ DELGADO, Ignácio Godinho. **Estado e empresariado no Brasil**. In: DELGADO, Ignácio Godinho. **A Estratégia de uma Revés: Estado e associações empresariais em Minas**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1997.

⁵⁰ DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. UFMG. 1978.

⁵¹ DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte, EUFMG, 1999.

⁵² DELGADO, Ignácio Godinho. **Estado e empresariado no Brasil**. In: DELGADO, Ignácio Godinho. **A Estratégia de uma Revés: Estado e associações empresariais em Minas**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1997.

⁵³ DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. UFMG. 1978.

Dulci⁵⁴, por critérios meritocráticos, comprometida com o desenvolvimento econômico e protegida pelo Estado, dispondo de autonomia para criar e realizar planos que possam auxiliar no crescimento sem que suas políticas sejam direcionadas para interesses pessoais⁵⁵.

Durante a década de 1960, em Minas Gerais, salientamos a participação de agências de fomento, como o BDMG, INDI e CDI, para a industrialização mineira. Nesse contexto, Fabiana Borges Teixeira dos Santos⁵⁶ ainda salienta a criação do PMDES (Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico) como um projeto modernizador e industrializante da economia mineira, além da participação do governo estadual na instalação da Fiat Automóveis.

No final dos anos 1960 e início dos anos de 1970, temos o Relatório do BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) sobre a economia mineira, que faz um balanço do atraso e dificuldades de Minas Gerais⁵⁷. A partir disso, o BDMG começou a fomentar projetos para a economia mineira, com o financiamento e apoio do governo federal.

Vale destacar, nesse momento, que, enquanto o Banco de Desenvolvimento em Minas Gerais fora criado em 1962 com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento industrial do estado (DINIZ,1981), na década de 1950, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) aspirava à criação de um Banco de Desenvolvimento em Minas Gerais nos moldes do BNDE.⁵⁸ Contudo, a bancada agrária presente no aparelho estatal mineiro não permitiu a criação, pois seus interesses estavam no campo e não no setor industrial. Além disso, havia sido criado o banco de desenvolvimento para o investimento no setor agrário em 1961, o BADAP (Banco de Desenvolvimento Agropecuário de Minas Gerais).⁵⁹

Diante disso, percebemos que, também no nível regional, podemos nos valer do termo “bolsões de eficiência” criados por Peter Evans (2004), pois, em Minas, com a criação na década de 1960 do BDMG e INDI, a tecnocracia ficou responsável por elaborar projetos para o desenvolvimento industrial mineiro, sendo protegidos da interferência de atores do setor agrário que não tinham interesse no desenvolvimento industrial. Assim, em certos momentos, a autonomia ,referida por Diniz de tecnocracia mineira, aliou-se à representação empresarial – como veremos à frente -, resultando em projetos para o desenvolvimento industrial mineiro. Mesmo existindo os “predadores”, os “bolsões de eficiência” regionais foram responsáveis

⁵⁴ DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte, EUFMG, 1999.

⁵⁵ EVANS, P. **O Estado como Problema e como Solução**. In: *Lua Nova*, São Paulo, Número 28/29

⁵⁶ SANTOS, Fabiana Borges Teixeira dos. **Minas Gerais do Século XXI**. Volume 1. Ponto de Partida. BDMG, 2002.

⁵⁷ Relatório anual do BDMG. 1968.

⁵⁸ DINIZ. Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. UFMG. 1978.

⁵⁹DINIZ. Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. UFMG. 1978.

em angariar recursos e projetos que auxiliaram no desenvolvimento do estado de Minas Gerais. Além disso, o Estado em Minas Gerais caracterizou-se como demiurgo, uma vez que é o grande responsável por investir em setores cujo capital mineiro não tem interesse em investir devido aos altos custos. Baseados nisso, no capítulo 2, analisaremos como o Estado mineiro se comportou, durante a década de 1970, em relação ao desenvolvimento mineiro.

1.40 EMPRESARIADO NO DESENVOLVIMENTO MINEIRO

O empresariado mineiro, e de outros estados, até 1930, não tinha grande participação dentro do Estado, não dispondo de um papel importante reconhecido pela sociedade como um todo no processo de desenvolvimento econômico do Brasil⁶⁰. A partir do governo Vargas em 1930, os empresários terão sua importância reconhecida, atuando tanto em organizações corporativas, ligadas ao Estado, como as Federações Industriais, quanto em organizações civis, como as associações comerciais⁶¹. O Governo Provisório instituído por Vargas em 1930 definiu que somente entidades empresariais oficializadas junto ao Ministério da Indústria, Trabalho e Comércio, criada em 26 de novembro de 1930, poderiam ter representantes classistas na Constituinte de 1934.⁶²

Em Minas Gerais, tivemos a criação da FIEMG⁶³ (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais) como órgão sindical sob o controle do Estado, já que a Associação Comercial de Minas Gerais se mantinha como uma entidade civil, não sofrendo intervenções do Estado, mantendo sua autonomia. Desse modo, as entidades empresariais se organizarão, de fato, buscando participar e interferir diretamente nas decisões políticas para o melhor desenvolvimento do país.

De acordo com Delgado⁶⁴, o empresariado mineiro, a partir dessas organizações, buscou maneiras de poder participar das formulações políticas empreendidas pelo Estado. Os

⁶⁰ BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli. **Lideranças empresariais e problemas da estratégia liberal no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 8, n. 23, São Paulo, 1993, p. 101-119.

⁶¹ COSTA, Janaína França. **A associação comercial de minas e a democracia no brasil: a atuação dos empresários no processo de abertura política e redemocratização durante os anos de 1974 a 1988**.(Mestrado). UFFJF. 2009.

⁶² ABREU, M.P. **A Ordem do Progresso: cem anos de política republicana - 1889-1989**. Rio, Campus, 1992.

⁶³ A criação da FIEMG e sua atuação desde 1934 serão debatidas no capítulo 3.

⁶⁴ DELGADO, Ignacio Godinho. **Estado e empresariado no Brasil**. In: DELGADO, Ignacio Godinho. **A Estratégia de uma Revés: Estado e associações empresariais em Minas**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1997.

empresários de vários ramos se aglutinaram dentro da FIEMG, por exemplo, buscando melhorias e mais investimentos para Minas Gerais. Realizaram fóruns nos quais, além da elite empresarial, técnicos e acadêmicos participavam de debates buscando soluções para o desenvolvimento industrial, utilizando vários meios para tal, como a criação pela FIEMG, do Departamento de Estudos Econômicos, em que os economistas, por exemplo, realizaram estudos culminando no projeto da USIMINAS⁶⁵.

Devemos ressaltar que grande parte dos empresários também tinha uma formação técnica e acadêmica, como demonstra a Sociedade Mineira de Engenheiros (SME), que, quando da sua criação em 1930, tinha em seu corpo dirigente pessoas preocupadas em construir um campo específico na identificação de princípios profissionais. Seu conselho técnico participou do debate sobre a política minero-siderúrgica do Brasil, tentando atrair para Minas investimos para o setor citado. Com a expansão da construção na década de 1950, tinham mais um aspecto empresarial do que técnico, envolvendo-se diretamente nos estudos que viabilizaram a criação da USIMINAS⁶⁶.

De acordo com Dulci⁶⁷, o Centro de Estudos Econômicos de Minas Gerais, criado em 1950, a partir da ACM, como o nome já diz, tinha como principal objetivo promover estudos sobre a economia mineira. Possuía em seu núcleo professores universitários, técnicos de vários órgãos governamentais, empresários, entre outros⁶⁸. O centro de estudos proporcionou o contato da elite empresarial e técnico de entidades fora de uma organização controlada pelo Estado, como a FIEMG, resultando na criação de projetos para o desenvolvimento industrial mineiro.

A burguesia mineira, conforme Dulci⁶⁹, tem uma grande especificidade que a diferencia das outras burguesias: a burguesia mineira está dentro do Estado, diferente das demais. O empresariado em Minas se organizou, criou instituições próprias, participou da burocracia estatal, mas também agiu com um ator técnico quando falamos em projetos para o desenvolvimento industrial mineiro, utilizando o Estado para alcançar seus objetivos,

⁶⁵ DELGADO, Ignacio Godinho. **Estado e empresariado no Brasil**. In: DELGADO, Ignacio Godinho. *A Estratégia de uma Revés: Estado e associações empresariais em Minas*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1997.

⁶⁶ DELGADO, Ignacio Godinho. **Estado e empresariado no Brasil**. In: DELGADO, Ignacio Godinho. *A Estratégia de uma Revés: Estado e associações empresariais em Minas*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1997.

⁶⁷DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte, EUFMG, 1999.

⁶⁸Ibidem..

⁶⁹ Ibidem.

chegando até mesmo, segundo Eli Diniz, substituir as lideranças políticas, através de sua liderança técnica.⁷⁰

Um dos motivos que levou o empresariado mineiro a buscar o Estado como condutor de seus projetos é a ineficiência em conseguir recursos para seu projeto de desenvolvimento industrial, calcado desde os anos 1930, no projeto siderúrgico. Pois bem, como a iniciativa privada não obteve sucesso, os empresários se “infiltraram” no Estado, utilizando seus recursos para promover seus objetivos. Assim, mesmo estando incrustado dentro das principais instituições estatais, o papel do empresariado fica em segundo plano em relação ao desenvolvimento industrial mineiro, pois o condutor do processo é o Estado, que possui também em seu escalão lideranças políticas que não são do meio técnico ou empresarial⁷¹.

Com base nisso, podemos citar dois projetos encabeçados pelo capital privado que não obtiveram sucesso, liderado pelo empresário Américo Gianetti que, em 1947, participará da secretaria do então governador Milton Campos, surge a Eletro-Química Brasileira sediada em Ouro Preto, começando a operar em 1945, mas não consegue suportar a concorrência estrangeira, sendo rapidamente vendida para a ALCAN, uma multinacional canadense. O outro projeto também liderado pelo empresariado mineiro e engenheiros, juntamente com Percival Farquhar, levou a criação em 1944 da Acesita-Aços Especiais Itabira que participaria do mercado de aço, mas não obteve muito êxito, sendo assumido pelo Banco do Brasil, principal financiador do projeto⁷².

Porém, nem só de insucessos vive o empresariado mineiro, que, durante a década de 1950, através do Plano de Metas, criado pelo presidente Juscelino, teve várias empreiteiras beneficiadas, desenvolvendo-se através do programa rodoviário. Assim, como assinala Diniz

Com a internacionalização da economia brasileira, fomentada desde Kubitschek pela atração de companhias estrangeiras e sua associação com parceiros domésticos, a referência econômica e política dos setores empresariais mineiros que se inseriram no processo deixaria de ser basicamente regional: seria nacional, com interfaces internacionais. Isso não surpreende em vista do modelo de industrialização adotado, cujos pilares básicos eram o Estado e o capital externo⁷³.

Portanto, com a criação do Plano de Metas, o empresariado mineiro teve a oportunidade de participar de um projeto que tinha entre outros objetivos, ligar os mercados

⁷⁰ DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil, 1930-1945*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁷¹ DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte, EUFMG, 1999.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira*. UFMG. 1978. p.72.

brasileiros. Os grandes centros, São Paulo e Rio de Janeiro, seriam responsáveis pela centralização do capital e, a partir deles, os mercados regionais deveriam se integrar até a criação de um grande mercado nacional. Assim, Belo Horizonte cumpre seu papel de ser o polarizador das atividades industriais em Minas Gerais. Todavia, essa centralização industrial no entorno da capital mineira prejudicará outros mercados, como o que aconteceu em Juiz de Fora, que, no início do século XX, possuía a alcunha de “Manchester mineira”, devido as suas várias indústrias.

Nesse cenário, Souza Paula⁷⁴ destaca que a indústria juiz-forana teve seu auge até a década de 1930, quando sua economia estava interligada com os principais centros econômicos do país, como o Rio de Janeiro⁷⁵. Com a centralização industrial em São Paulo, suas principais indústrias, como de laticínios e têxteis, perderam mercado.

Ainda segundo Souza⁷⁶, a estagnação da indústria de Juiz de Fora ocorreu devido a diversos fatores. Em primeiro lugar, houve pouco investimento no setor elétrico, pois havia vários cortes de energia, que atrapalhavam na produção nas indústrias, gerando fornecimento insuficiente. Em segundo lugar, a ineficácia do sistema de transportes, como estradas deterioradas, dificultava o comércio com outras regiões. Em terceiro e lugar, o precário sistema de comunicação contribui porque tínhamos poucas linhas telefônicas e, finalmente, deve-se a estagnação industrial da Manchester Mineira ao irrisório abastecimento de água. A autora também cita que a indústria estava em crise, devido ao seu pouco dinamismo e uma concentração setorial (Indústria Têxtil) determinante..

Em contrapartida aos argumentos de Souza, Zimbrão⁷⁷ defende que Juiz de fora teve uma diversificação em sua indústria, não havendo, assim, uma estagnação da indústria da cidade mineira. Dessa maneira, o autor acredita que Juiz de fora teve uma diversificação setorial e não uma concentração no setor têxtil, como defende Paula Souza. Segundo Diniz⁷⁸, a hipótese mais plausível para a perda da importância de Juiz de Fora, além da centralização industrial em São Paulo, é a concentração estadual, ocorrida através da polarização de Belo Horizonte como o principal centro industrial mineiro⁷⁹.

⁷⁴PAULA, Maria Carlota Souza. **As vicissitudes da industrialização periférica**. O caso de Juiz de Fora – 1930/1970. (Mestrado). Belo Horizonte. FFCH/UFMG, 1976.

⁷⁵Ibidem.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **História de Juiz de Fora**. da Vanguarda de Minas Gerais à “industrialização periférica. (Doutorado). Campinas. IE/UEC, 2006.

⁷⁸DINIZ. Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. UFMG. 1978.

⁷⁹Ibidem.

Nesse sentido, Giroletti ressalta, como limites para o crescimento da indústria em Juiz de Fora, a saída de recursos financeiros para o Rio de Janeiro, pois a cidade era dependente de produtos importados, comercializados principalmente na cidade do Rio de Janeiro⁸⁰.

Outro motivo enfatizado seria a mudança da política econômica estadual, a partir de 1930, cujo carro chefe da economia mineira seria a indústria siderúrgica, que teria como polo de concentração a região da capital mineira, Belo Horizonte. Assim, os investimentos foram concentrados na região central do estado.

Giroletti⁸¹ ainda salienta, assim como Diniz⁸² e Delgado⁸³, o pouco interesse dos agentes capitalistas e negociantes em investir em Juiz de Fora, preferindo aplicar seus recursos na cidade do Rio de Janeiro, que poderia proporcionar lucros bem mais vantajosos.

Ademais, de acordo com Delgado, a FIEMG, criada na década de 1930, cumpriu um grande papel em representar o empresariado mineiro, principalmente àqueles ligados ao ramo metalúrgico, “carro-chefe” da economia mineira.

Assim é com a FIEMG. Criada especialmente através das iniciativas de empresários ligados ao ramo metalúrgico, em 1933, ela é reconhecida pelo Ministério do Trabalho, em 1935, e recebe, em 1943, sua Carta Sindical. Na Diretoria e Conselho de Representantes eleitos em 1944, é notável a prevalência dos empresários ligados ao grupo “minério-metalúrgico.”⁸⁴

Porém, a partir da década de 1950, a FIEMG perde sua representatividade perante o setor político e o plano econômico, uma vez que, desde o momento em que Minas perde o complexo siderúrgico para Volta Redonda na década anterior, a FIEMG passa a ser comandada por pequenos setores da indústria, perdendo força política e econômica regional e nacionalmente. Aceitando a intervenção estatal direta dentro da instituição, os empresários passam a se arranjar, principalmente, dentro da ACM (Associação Comercial Mineira).

Desse modo, a elite empresarial se enfraquece para a elite técnica ou tecnopresários, que se inserem dentro do Estado, onde estarão incluídos, a partir da década de 1950, na execução de políticas de desenvolvimento. Estes são atores com formação

⁸⁰ GIROLETTI, D. **Industrialização de Juiz de Fora. Juiz de Fora:** EDUFJF, Juiz de Fora, 1988.

⁸¹Ibidem.

⁸²DINIZ, Clélio Campolina. Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira. UFMG. 1981

⁸³DELGADO, Ignacio Godinho. **Estado e empresariado no Brasil.** In: DELGADO, Ignacio Godinho. **A Estratégia de uma Revés: Estado e associações empresariais em Minas.** Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1997,

⁸⁴DELGADO, Ignacio Godinho. **Estado e empresariado no Brasil.** In: DELGADO, Ignacio Godinho. **A Estratégia de uma Revés: Estado e associações empresariais em Minas.** Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1997,pg .61.

técnica, oriundos principalmente da Escola de Engenharia de Ouro Preto e pela gestão de negócios privados, seja como proprietário seja como engenheiro do setor privado ou público, muitas vezes, de forma concomitante. Israel Pinheiro e Américo Gianneti fazem parte dessa elite, detentora de um saber (técnico), mas que também circula entre o meio empresarial e o público, sendo várias vezes nomeadas para cargos dentro do Estado. Com base nisso, Dulci ressalta que

é comum a circulação de quadros do setor privado para o setor público e vice-versa. Trata-se de quadros executivos que atuam segundo uma lógica empresarial tanto a serviço da administração pública quanto da administração do capital privado⁸⁵

Os tecnoempresários incrustaram-se no poder público como forma de concretizar uma agenda de interesses, cujo principal objetivo era o desenvolvimento industrial mineiro. Participando da burocracia, teriam condições de serem formuladores de políticas desenvolvimentistas, mas o seu poder não deriva do saber técnico e, sim, da posição que ocupam dentro da burocracia estatal.

Como já mencionado, a elite empresarial buscou canais próprios de formulação para influenciar as políticas de desenvolvimento em Minas, onde os tecnoempresários buscaram criar espaços para que seus objetivos fossem alcançados, como ocorria nos congressos das “classes produtoras”, nas Conferências Nacionais, nos departamentos de estudos econômicos das grandes entidades classistas, como da FIEMG (a formulação do projeto da criação da USIMINAS foram primeiramente feitos pelo departamento econômico da FIEMG) ou ACM (departamento econômico da ACM foi responsável pela criação da “Tese Mineira do Petróleo”, defendendo o monopólio estatal na exploração, algo defendido somente pela elite mineira), cujas formulações eram feitas em busca de um projeto desenvolvimentista para o estado mineiro, com a participação de técnicos, empresários, burocratas, professores universitários, entre outros⁸⁶.

Nesse sentido, Ignacio Delgado (1997) relata que a burguesia, mineira no início da década de 1940, após o insucesso em trazer para Minas a CSN buscou o Estado para levar adiante o projeto de industrialização. Para o autor, que estudou os governos de Milton Campos e Juscelino, o empresariado mineiro buscou através das entidades que participava, como a FIEMG, ACM e SME, consolidar um projeto industrial obtendo êxito com a criação

⁸⁵DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte, EUFMG, 1999. P.190.

⁸⁶DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte, EUFMG, 1999.

da USIMINAS (a CSN dos mineiros).Entretanto, a consolidação do projeto teve maior participação do capital estatal e estrangeiro⁸⁷. Assim, o centro de estudos econômicos da FIEMG foi responsável pela formulação do projeto econômico da USIMINAS.

Contudo, o autor destaca a atuação da *tecnoburocracia*, sendo crítico em relação ao papel da “tecnocracia” no processo do desenvolvimento mineiro. Admite a importância do contingente técnico, todavia discorda do seu predomínio de forma decisiva, argumentando que parte da agenda defendida pela tecnocracia, na denominação de Diniz⁸⁸, era principalmente uma agenda classista. Observa que o poder do tecnocrata não deriva do saber técnico e, sim, da posição que ocupa dentro do Estado, dando poder para que possa efetivamente criar projetos desenvolvimentistas. Desse modo, assinala Delgado que

os interesses do contingente científico e técnico “não passam de interesses de natureza ideal lançados num campo de batalha em que degladiam interesses de natureza material” e se esfumam quando os tecnólogos se distribuem nos vários lugares da produção e do Estado. Aí, desempenham papéis e defendem interesses vinculados ao lugar que passam a ocupar na esfera da produção, ou então como tecnoburocratas, isto é, seu poder passa a dispor de um fundamento que é estranho à problemática do saber: radica-se na empresa ou na função burocrática que exercem. Por mais que seja acentuada a importância, portanto, do contingente científico e técnico nos processos de tomada de decisões, sua intervenção não corresponde, entretanto, à de uma força social” distinta. Fazem-no, como o manager da empresa capitalista, por delegação funcional do capital e, no Estado, como tecnoburocratas, ou seja, seu poder não tem origem no saber que dispõem, mas numa delegação. Neste último caso, a autonomia relativa dos tecnólogos é a mesma de que dispõe a burocracia estatal. Sua coesão específica é definida pelo lugar que ocupam no aparelho de Estado e não pelo fato de compartilhar um determinado saber⁸⁹.

Podemos, portanto, a partir do que foi visto sobre o empresariado mineiro até o momento, observar que atribuiu ao Estado o papel de ator principal no desenvolvimento industrial. No entanto, o empresariado não se torna um “mero expectador” do processo, participa diretamente através dos departamentos econômicos como da FIEMG e ACM, através dos fóruns, que tinham como objetivo promover o debate entre os diversos setores, como os técnicos, empresários e até mesmo membros do Estado. Como destacou Delgado (1997) e Dulci (1999), existe uma intensa interação entre Estado e empresariado da definição dos passos da trajetória do desenvolvimento de Minas Gerais.

⁸⁷DELGADO, Ignacio Godinho. **Estado e empresariado no Brasil**. In: DELGADO, Ignacio Godinho. **A Estratégia de uma Revés: Estado e associações empresariais em Minas**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1997.

⁸⁸DINIZ. Clélio Campolina. *Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira*. UFMG. 1981.

⁸⁹DELGADO, Ignacio Godinho. **Estado e empresariado no Brasil**. In: DELGADO, Ignacio Godinho. **A Estratégia de uma Revés: Estado e associações empresariais em Minas**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1997, pg 69-70.

A situação da economia mineira no início da década de 1960, segundo Fabiana dos Santos⁹⁰, estava aquém do desempenho da economia nacional. Porém, segundo a autora, no final da década 1960, a economia mineira se tornou mais dinâmica, devido principalmente aos investimentos nos setores de mineração e indústria de transformação. Diniz⁹¹ e Dulci⁹² já haviam apontado tal inflexão, assinalando que a economia de Minas, até o final da década de 1960, estava muito concentrada nos setores alimentícios e têxteis; ocorrendo uma diversificação de investimentos no território mineiro, partir da década de 1970.

Na década de 1960, com o apoio irrestrito da FIEMG, é criado o BDMG, responsável por realizar um diagnóstico sobre a real situação da economia mineira em 1968⁹³. A partir desse momento, o BMDG ganhou grande relevância no cenário regional e nacional passando a ser o responsável por organizar projetos para o desenvolvimento mineiro. Basicamente, o relatório concluiu que o empresariado mineiro era incapaz de conduzir o processo de industrialização, assim o banco teria que angariar investimentos para que os empresários mineiros tivessem oportunidades de recursos facilitados. Diante disso, a tecnocracia, para usar a noção de Diniz, passa a ter um grande papel reconhecido, através, por exemplo, da sua atuação no BDMG que se associou a CEMIG na criação do INDI (Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais) para apoiar o desenvolvimento industrial mineiro.

Com isso, o relatório criado e desenvolvido pelos técnicos (economistas) do BDMG, auxiliou o governo estadual a identificar nossas dificuldades para um pleno desenvolvimento industrial. Entretanto, não é o pioneiro em identificar os motivos do atraso mineiro. Como assinalou Marcelo Magalhães Godoy:

É compreensível que a sedução da autoridade técnica, do discurso competente, notadamente em período de transição que resultaria na hegemonia de nova categoria profissional, inauguraria a “erados economistas”, tenha revestido o documento de alguma pretensão fundadora. Entretanto, impõe-se o reconhecimento de que premissas fundamentais à elaboração do Diagnóstico do final da década de 1960 já estavam presentes em documentos anteriores e sensibilizaram outros atores que pensaram e buscaram intervir na realidade econômica de Minas Gerais. Quais premissas? A consciência do atraso relativo, a matriz desenvolvimentista, o lugar do Estado, a importância do planejamento e o subdesenvolvimento como problema a

⁹⁰ SANTOS, Fabiana Borges Teixeira dos. **Minas Gerais do Século XXI**. Volume 1. Ponto de Partida. BDMG, 2002.

⁹¹DINIZ, C. C. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. BeloHorizonte: UFMG/PROED, 1981.

⁹²DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte, EUFGM, 1999.

⁹³Relatório Anual do BDMG, 1968.

ser superado por meio de intervenção política. Quais documentos? Os relatórios do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, o parecer da Sociedade Mineira de Engenheiros de 1938 (Siderurgia Nacional e Exportação de Minério de Ferro) o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção de 1947 e o Plano de Eletrificação de Minas de 1950. Quais atores? João Pinheiro, Israel Pinheiro, Américo Renné Gianetti, Lucas Lopes, dentre outros⁹⁴.

Desse modo, podemos perceber a importância da interação entre Estado e empresariado. Nomes como João Pinheiro, Israel Pinheiro, Américo Gianetti, Lucas Lopes, entre outros, transitaram em organizações privadas e públicas, eram empresários, mas também possuíam formação técnica. Contudo, como assinala Delgado (1997), seu poder não deriva do seu conhecimento técnico, mas sim do poder que possui como burocrata (tecnoburocracia), levando a formulação e implementação de políticas desenvolvimentistas em órgãos como o BDMG, em grande parte afinadas com as perspectivas empresariais..

Por conseguinte, Fabiana dos Santos⁹⁵ ressalta a criação do Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES) como um projeto modernizador e industrializante da economia mineira, além da participação do governo estadual na instalação da Fiat Automóveis. Devido à grande importância desse empreendimento, a FIEMG concedeu ao presidente internacional da FIAT, Giovanni Agnelli, título de conselheiro honorário da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Revista Vida Industrial). Esse fato mostra que, na década de 1970, o Estado e empresariado continuam juntos em busca de novos investimentos para Minas Gerais. Dessa maneira, podemos afirmar que sim, o empresariado participa ativamente no processo de desenvolvimento industrial mineiro.

Nosso objetivo na primeira seção foi identificar o papel do Estado brasileiro na década de 1970 em relação ao estímulo do desenvolvimento industrial, quando se implementa o II PND. Utilizamos a análise de Peter Evans que enumera quatro tipos de papéis que o Estado desempenha em relação ao desenvolvimento industrial: “custódio”, “demiurgo”, “parteiro” e “pastoreio”. Depois da análise dos papéis que o Estado pode desempenhar em relação ao desenvolvimento, chegamos à conclusão que na década de 1970, quando da criação do II PND, o Estado Brasileiro assume tanto o papel de demiurgo, - incumbindo-se em investir em setores onde o capital privado não tem interesse, pela necessidade de vultosos investimentos,

⁹⁴ Godoy, Marcelo Magalhães. **Da arte de conhecer as doenças: o diagnóstico da Economia Mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais** / Marcelo Magalhães Godoy; Daniel Henrique Diniz Barbosa; Lidiany Silva Barbosa. - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. p.384.

⁹⁵SANTOS, Fabiana Borges Teixeira dos. **Minas Gerais do Século XXI**. Volume 1. Ponto de Partida. BDMG, 2002.

onde o retorno é incerto e demorado, quanto o papel de parceiro promovendo uma aliança com o capital privado no intuito de desenvolver algum setor da economia.

Também analisam que tipo de Estado enquadrava-se o Brasil quando da criação do II PND. Novamente, utilizamos o pensamento de Peter Evans, e chegamos a conclusão que o Brasil era uma mescla de um Estado predatório com Estado Desenvolvimentista. No Estado predatório, as pessoas que ocupam as instituições governamentais não agem de maneira a auxiliar no desenvolvimento, e sim para obterem ganhos pessoais, isto é, agem mirando interesses particulares, fato característico no Brasil, pelas relações clientelistas que ocorriam dentro do governo, permitindo que os interesses pessoais passassem por cima de interesses da nação. Contudo, No Brasil, foram criados os “bolsões de eficiência” no interior da burocracia, como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), onde a burocracia é comprometida com o desenvolvimento econômico e claro, protegida pelo Estado, desfrutando de autonomia para formular e realizar planos que possam auxiliar no crescimento econômico, sem que suas políticas sejam direcionadas para interesses pessoais. Portanto, o caso brasileiro, seria um mistura de um Estado predatório com uma relativa autonomia de sua burocracia.

Na segunda seção, examinamos o papel do Estado no desenvolvimento brasileiro, segundo os estudos de Antônio Barros de Castro. Para esse autor, o Estado é o responsável por comandar a industrialização (State-led). As empresas estatais propiciaram o crescimento da economia, através de sua atuação em setores onde o capital privado tinha receio de investir.

Na terceira seção, analisamos a atuação do Estado no desenvolvimento mineiro a partir da década de 1930, onde a nossa “elite governamental” é substituída por homens com formação técnica aliados aos militares que auxiliaram Vargas na chegada ao poder. Os novos representantes políticos de Minas com formação técnica seriam provenientes, segundo Diniz (1981), da Escola de Ouro Preto. Esses técnicos que passaram a participar então da burocracia estatal serão chamados por Diniz (1981) de *tecnocracia mineira*, idealizando o desenvolvimento mineiro através do investimento do setor público na industrialização. Os tecnocratas, na visão de Diniz, desejavam transformar Minas Gerais em um grande centro industrial através do aproveitando econômico dos recursos minerais disponíveis com a expansão da indústria siderúrgica.

Durante a década de 1940, no Brasil pós Segunda Guerra, temos a ascensão de um novo governo em Minas, que irá elaborar um Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, no intuito de planejar como deveria ocorrer o desenvolvimento mineiro. Milton Campos (1947-1951) tornou-se governador de Minas Gerais em 1947, e juntamente com sua equipe que tinha como secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho Américo

Gianetti, planejou um plano de recuperação e de incentivo a economia mineira que tinha como principal propósito a industrialização, aliada a investimentos nas áreas de energia e transporte. Quando Juscelino Kubitschek (1951-1954) assumiu a posse do governo do estado já tinha uma base para levar adiante seu projeto, marcado pelo slogan Energia e Transporte. O governo Kubitschek investiu maciçamente na construção de rodovias, tendo o órgão governamental responsável pelos empreendimentos o DER (Departamento de Estrada e Rodagem). Além disso, através do Plano de Eletrificação criada no governo anterior, o governador enviou uma mensagem à Assembleia Legislativa Estadual propondo a criação de uma empresa de energia elétrica, surgindo a CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais). Os investimentos para a expansão da malha rodoviária em Minas Gerais e da construção da CEMIG seriam originados do setor público (recursos estaduais) juntamente com o capital estrangeiro e do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico). Na década de 1960, temos a criação de agências de fomento como o BDMG, INDI e CDI para a industrialização mineira. Enfim, o Estado é o condutor do processo em Minas Gerais.

Na quarta seção, destacamos a atuação do empresariado no desenvolvimento mineiro. Vimos que o empresariado buscou maneiras de poder participar das formulações políticas empreendidas pelo Estado. Os empresários de vários ramos se aglutinaram dentro da FIEMG ou ACM, realizando fóruns onde além da elite empresarial, técnicos e acadêmicos participavam de debates buscando soluções para o desenvolvimento industrial, utilizando vários meios para tal, como a criação pela FIEMG do Departamento de Estudos Econômicos, onde os economistas, por exemplo, realizaram estudos. Entretanto, o Estado será o “fio” condutor do processo do desenvolvimento industrial mineiro. Um dos motivos que levaram o empresariado mineiro a buscar o Estado como condutor de seus projetos é sua ineficiência em conseguir recursos para seu projeto de desenvolvimento industrial, calcado desde os anos 1930, no projeto siderúrgico.

Otávio Dulci destacou a atuação dos tecnoempresários, elite que é detentora de um saber técnico, mas que também circula entre o meio empresarial e o público, sendo várias vezes nomeadas para cargos dentro do Estado. Os tecnoempresários participaram juntamente com o Estado, na criação de políticas desenvolvimentistas. Inseriram-se no poder público, como forma de concretizar uma agenda de interesses cujo principal objetivo era o desenvolvimento industrial mineiro. Delgado (1997) salienta que o Estado será o condutor do processo de desenvolvimento em Minas Gerais, entretanto, o empresariado participa ativamente do processo, através das agências como a FIEMG e ACM, onde seus centros de estudos econômicos auxiliaram na elaboração de projetos importantes para o desenvolvimento

industrial mineiro. Delgado destaca, ainda, a atuação dos tecnoburocratas, técnicos recrutados para dentro da burocracia, cujo poder, entretanto, não derivava de seu saber, mas da posição e dos lugares ocupados no Estado, como a CEMIG ou o BDMG, espaços que tendiam a definir perspectivas comuns entre seus componentes, incertas quando pessoas com a mesma formação técnica têm destinos sociais diversos, levando-os, com frequência a aclimatarem-se às percepções e perspectivas que emanam das posições que ocupam no Estado e no mundo da produção. De tais lugares, no Estado surgiam formulações dirigidas ao desenvolvimento que, boa parte das vezes eram afinadas com as perspectivas empresariais, que dialogavam com o Estado através de canais formais, como conselhos técnicos, instrumentos de pressão da sociedade civil e relações informais.

2 O II PND NATRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E MINEIRO

Neste segundo capítulo, trataremos sobre o II Plano Nacional de Desenvolvimento em relação aos seus objetivos e resultados de forma macroeconômica. Além disso, também apresentaremos as interpretações sobre o plano, colocando proposições contra e a favor, objetivando chegar a um denominador comum. Ademais,, mostraremos os principais objetivos do II PND para Minas Gerais e a posição do empresariado mineiro perante o plano. Ainda apresentaremos um debate sobre o processo de estatização da economia brasileira tão criticada, principalmente pelo empresariado paulista.

2.1- O II PND

O período, que compreende os anos de 1974 a 1979, foi marcado por uma série de acontecimentos importantes na vida econômica e política brasileira. No âmbito político, temos o governo do general Geisel com uma proposta de distensão política. Na esfera econômica, segundo Guido Mantega⁹⁶, “empreendeu-se aquele que foi o último grande plano econômico do ciclo desenvolvimentista em termos de repercussão e envergadura.” Nesse contexto, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi o mais amplo programa de intervenção estatal de que se tem notícia no país desde a criação do plano de metas empreendido por Kubitschek, modificando significativamente o parque industrial brasileiro com a implantação de um polo de insumos básicos e de bens de capital. Segundo Muniz,

em meio aos problemas deixados pelo “milagre brasileiro”, João Paulo dos Reis Velloso, Mário Henrique Simonsen, Severo Gomes e outros gestores econômicos do governo Geisel criaram um programa de desenvolvimento extremamente ambicioso, que contrariava as expectativas de vários analistas para enfrentar a crise do petróleo de 1973 e as adversidades da crise internacional decorridas em grande parte por causa da crise petrolífera⁹⁷.

Durante o período de 1968 a 1973, o setor de bens de consumo duráveis era o carro chefe do crescimento brasileiro. Sua rápida expansão, se comparada ao setor de bens

⁹⁶MANTEGA, G. **O governo Geisel, o II PND e os economistas**. São Paulo: EAESP/FGV/Núcleo de Pesquisas e Publicações, Relatório de Pesquisa n. 3, 1997.p.5

⁹⁷MUNIZ, Nancy A Campos. **O CNPq e sua trajetória de planejamento e gestão em C&T: histórias para não dormir contadas pelos seus técnicos**.(1975-1995). Tese (doutorado)—Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2008.

intermediários, provocou o aumento do volume de importações desses últimos bens devido a sua produção ser menor do que a demanda interna por certos insumos (aço, petróleo, químicos, entre outros.)⁹⁸.

Em 1973, a economia operava a plena capacidade (milagre econômico), com isso, para manter as altas taxas de crescimento, seriam necessárias altas taxas de acumulação. Dessa forma, havia uma forte tendência de desequilíbrio na balança de pagamentos, o que se agravou com a crise do petróleo em 1973, uma vez que o Brasil importava de 70% a 80% de petróleo para consumo interno, sendo limitadas, no curto prazo, as possibilidades de substituição de importações de petróleo e outros insumos. Ainda tivemos a redução das exportações, principalmente em função da política recessiva adotada pelos países industrializados por causa da crise do petróleo⁹⁹.

Com base nisso, a economia brasileira em 1973 enfrentou diversos problemas, como a ineficiência dos setores de bens intermediários e de bens de capital; dependência do petróleo externo; o elevado desequilíbrio externo. Desse modo, o II PND foi criado pela equipe econômica de Ernesto Geisel com o objetivo de combater a crise econômica ocasionada principalmente pela crise do petróleo em 1973 e com o intuito de superar o subdesenvolvimento.

Segundo Velloso¹⁰⁰, a crise do petróleo apenas tornou o programa de 1974, inadiável e imperioso. Para Serra¹⁰¹, o II PND foi o mais importante e concentrado esforço do Estado desde o plano de metas no sentido de promover medidas de modificações estruturais na economia. Essas modificações tinham como principal objetivo o desenvolvimento dos setores de base e, como nova ênfase, da área de Insumos Básicos.

Dessa maneira, o pacote de investimento pretendia ampliar a produção interna de petróleo; expandir a geração de energia elétrica (construção de Itaipu e de Angra); expandir a produção de insumos industriais, como aço, petroquímicos, metais não ferrosos; expandir a infraestrutura, com a Ferrovia do Aço e projetos rodoviários; expandir o setor de mecânica

⁹⁸ ABREU, M.P.(ORG) **A Ordem do Progresso: cem anos de política republicana - 1889-1989**. Rio, Campus, 1992.

⁹⁹ Ibidem

¹⁰⁰ VELLOSO, João Paulo R. **O último trem para Paris. De Getúlio a Sarney: “milagres”, choques e crises do Brasil moderno**. 2a ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

¹⁰¹ SERRA, José. **Ciclo e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra**. In: BELUZZO, L.G. & Coutinho, R.(ORG.) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Ensaios sobre a crise**. Vol. 1. São Paulo. Brasiliense: 1982.

pesada para ampliar a produção de máquinas e equipamentos, além, ainda, da criação do Proálcool (1975). Para isso, os recursos eram garantidos, principalmente, pelo PIS e o Pasesp e pelo aumento da emissão de títulos públicos (ORTN e LTN)¹⁰².

O PND II concebe o Brasil como um país em processo de desenvolvimento e encara a crise mundial, em 1973, como grande entrave para o desenvolvimento do país. A metalurgia e a petroquímica são grandes destaques de setores privilegiados pelo programa, que também deixa bem claro que as mudanças estruturais seriam comandadas pelo Estado, ou seja, as empresas estatais teriam participação ativa nesse processo de desenvolvimento, em que o capital privado se envolvia em pequena escala devido a grande magnitude dos recursos necessários a sua implantação e ao grande intervalo de tempo requerido para a maturação dos projetos. Segundo Suzigan¹⁰³, com o II PND, ocorre no Brasil uma segunda experiência efetiva de planejamento do desenvolvimento industrial, sendo de suma importância para uma industrialização de fato do nosso país.

Segundo Velloso,

[...] não se pode basear a construção econômica da Nação em uma atitude de hostilidade à empresa governamental ou à empresa estrangeira. A saída está em construir empresas privadas nacionais dinâmicas, sólidas, competitivas, capazes de desenvolver-se, e até mesmo, em certos setores, de realizar grandes projetos ou deles participar ativamente¹⁰⁴.

No que se refere ao momento delicado pelo qual passava a economia nacional e internacional, o II PND possibilitou um passo importante em direção ao fortalecimento do parque industrial brasileiro, levando o Brasil a possuir uma consistente indústria de insumos básicos e de bens de capital. O principal foco era reforçar a produção nacional e fortalecer a posição dos empresários brasileiros, possibilitando que conseguissem competir de maneira satisfatória no setor de bens de capital. Assim, o II PND, segundo Guido Mantega,

não dizimou a indústria de eletroeletrônicos, automóveis e demais bens duráveis, que tiveram seus “anos dourados” nos governos Costa e Silva e Médici, mas deslocou o polo dinâmico da acumulação de capital no Brasil, por um certo período,

¹⁰² BATISTA, Jorge Chami. **A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento**. Revista de Economia Política. 7(2), abril/junho 1987, p. 66-80.

¹⁰³ SUZIGAN, W. **Experiência histórica de política industrial no Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 16, nº 1 (61), Janeiro-Março/96.

¹⁰⁴ VELLOSO, João Paulo R. **O último trem para Paris. De Getúlio a Sarney: “milagres”, choques e crises do Brasil moderno**. 2a ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p.5.

para o setor de bens de produção, viabilizando, inclusive, a expansão futura daquele segmento¹⁰⁵.

Como afirmaram Suzigan(1996) e Serra(1982), o governo militar promoveu reformas estruturais na economia com a criação do II PND. Segundo Peter Evans¹⁰⁶, problemas com a implementação de programa de ajuste estrutural e dúvidas se o ajuste estrutural era suficiente em si mesmo para assegurar o crescimento futuro levaram a se pensar o tipo de Estado existente e o papel em relação ao desenvolvimento industrial. Evans afirma que, pelo menos, em alguns casos, o Estado havia, de fato, promovido substantiva mudança estrutural, abrindo caminho rumo a um maior apoio à produção industrial local. Para o autor,

também se alterara a definição corrente de mudança estrutural. O decréscimo no crescimento do comércio mundial nos anos 70, associado à impressionante elevação das taxas de juros reais de fins desse período e o enxugamento dos empréstimos comerciais do início dos anos oitenta, obrigaram os países em desenvolvimento a se concentrarem de novo nos ajustes às restrições impostas pela conjuntura internacional; daí a mudança estrutural passar a ser definida basicamente em termos de "ajuste estrutural"¹⁰⁷.

Dessa maneira, o governo militar age principalmente como demiurgo, ou seja, injeta capital em áreas onde o capital privado nacional e/ou internacional não tem interesse em investir. Assim, o Estado, para implementar algum tipo de indústria, acaba por mudar a estrutura, criando estradas, por exemplo, necessárias para que os investimentos tragam “frutos” compensatórios¹⁰⁸.

O II PND projetava taxas de crescimento do produto mais modestas daquelas obtidas pelo I PND. Desse modo, faria uma pequena desaceleração da economia e, ao mesmo tempo, angariaria os recursos disponíveis para as áreas privilegiadas pelo novo plano de desenvolvimento. Com isso, o governo Geisel fechou o seu primeiro ano de governo (1974) com uma taxa de crescimento de 9,7%, inferior aos 13,6% de 1973.

No ano de 1975, a equipe econômica de Geisel empreendeu medidas que fizeram a taxa de crescimento do PIB cair para 5,4%, um resultado insatisfatório para um governo que havia optado por prosseguir com a expansão econômica. A inflação subira para 34,5%, em

¹⁰⁵ MANTEGA, Guido. **O Governo Geisel, o II PND e os Economistas**. EAESP/FGV/NPP. Núcleo de pesquisas e publicações. Relatório de pesquisa n 3, 1997.p.7.

¹⁰⁶ EVANS, P. **O Estado como Problema e como Solução** In: *Lua Nova*, São Paulo, Número 28/29.

¹⁰⁷ EVANS, P. **O Estado como Problema e como Solução** In: *Lua Nova*, São Paulo, Número 28/29.p.6.

¹⁰⁸EVANS, Peter B. **Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial/** por Peter Evans; tradução Christina Bastos Tigre; revisão técnica e prefácio Paulo Bastos Tigre.- Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

1974, e voltava a preocupar, mas não a ponto de levar a renúncia da opção pelo crescimento, tomada pelo Governo Geisel. Todavia, segundo Mantega,

tão logo ela baixou para 29%, no ano seguinte, a equipe econômica já soltava os investimentos, levando a um PIB de 9,7% em 1976. Com um déficit comercial acumulado de mais de US\$ 10 bilhões de 1974 a 1976 e um déficit em conta corrente de quase US\$ 20 bilhões nesse mesmo período, não era prudente manter tamanha taxa de crescimento do produto.¹⁰⁹

Nesse contexto, a equipe econômica levou um susto com as altas taxas de crescimento em 1976, que deveriam ser em torno de 7% a 8%. O Ministério da Fazenda exigiu da equipe do planejamento medidas de contenção antes que o aquecimento econômico levasse a maiores tensões inflacionárias e desequilíbrio da balança comercial.¹¹⁰

Com isso, em meados de agosto de 1976, o Ministro do Planejamento fez uma severa revisão do programa de investimentos de vários ministérios. Os cortes de gastos não alcançaram os programas de energia, bens de capital e insumos básicos, ditos como prioritários pelo governo. O Conselho Monetário Nacional,¹¹¹ em setembro do mesmo ano, apertou o crédito no intuito de equilibrar a balança comercial e não permitir o aumento da inflação. Essas medidas foram satisfatórias, como demonstra o gráfico 1., pois o crescimento, em 1977, foi de 5,7% e, em 1978, de 5%¹¹².

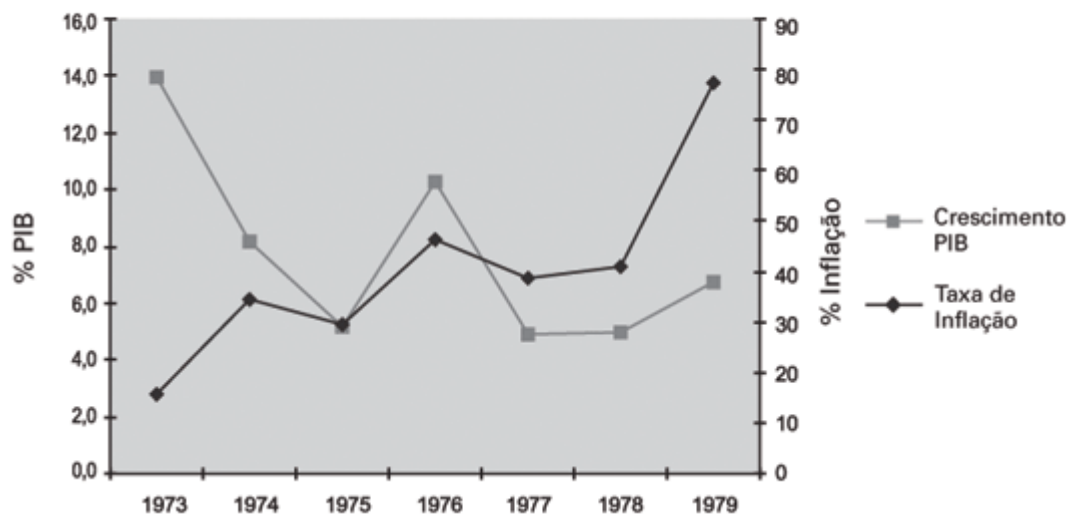
¹⁰⁹ MANTEGA, G. **O governo Geisel, o II PND e os economistas**. São Paulo: EAESP/FGV/Núcleo de Pesquisas e Publicações, Relatório de Pesquisa n. 3, 1997.

¹¹⁰ BATISTA, Jorge Chami. **A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento**. Revista de Economia Política. 7(2), abril/junho 1987, p. 66-80.

¹¹¹ O Conselho Monetário Nacional foi criado em 31/12/1964 tem como função “adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia; regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos; orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras; propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros; zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária e da dívida pública interna e externa”. Ver mais em: <http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/cmn.asp>

¹¹² BATISTA, Jorge Chami. **A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento**. Revista de Economia Política. 7(2), abril/junho 1987, p. 66-80.

Gráfico 1: Brasil: Crescimento do PIB e Inflação (IGD-DI), 1973-1979



Fonte: Apud BATISTA, Jorge Chami. **A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento**. Revista de Economia Política. 7(2), abril/junho 1987, p. 66-80. Bacen

Assim, os setores elencados como prioritários para o desenvolvimento dos setores de base do Brasil através do II PND tiveram vários privilégios, que vão desde tarifas alfandegárias mais elevadas para a importação de produtos concorrentes do exterior alinhadas especiais de financiamento do BNDE com taxas de juros que se revelariam irrisórias, e barateavam consideravelmente o custo dos empreendimentos, principalmente das fábricas de bens de capital¹¹³. Como o plano preconizou investimentos na indústria pesada (insumos básicos, petroquímica, entre outros), o Estado, teve que investir nesse setor, uma vez que somente as empresas estatais seriam capazes de reunir recursos para viabilizar projetos de grande magnitude. Desse modo, o empresariado nacional ficou encarregado principalmente do setor de bens de capital¹¹⁴.

Através da política fiscal, creditícia e tarifária, a participação da produção do setor de bens de capital na indústria de transformação subiu de 11,3%, em 1970, para 15,4%, em 1975, e permaneceu aproximadamente nesse patamar até 1980. No entanto, o setor de bens de

¹¹³MANTEGA, Guido. **O Governo Geisel, o II PND e os Economistas**, EAESP/FGV/Núcleo de Pesquisas e Publicações, relatório 3/1997, p.5.

¹¹⁴FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **O projeto do governo Goulart e o II PND; um cotejo** /Pedro Cezar Dutra Fonseca, Cássio Silva Moreira – Porto Alegre: UFRGS/FCE/DE RI, 2012. Texto para discussão/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, n.10/2012.

consumo duráveis continuou tendo um grande papel, tendo uma média de crescimento em torno de 8,7% na década de 1970.¹¹⁵

Segundo Fonseca e Moreira, os investimentos estatais adquiriram inclusive uma dimensão regional, com a distribuição espacial dos principais projetos. Além disso,

assinala como ponto a favor do plano sua determinação em avançar o processo de industrialização no Brasil por meio da implantação de um programa de substituição de importações no setor energético e de expansão da capacidade de produção de bens intermediários, incluindo a implantação de indústrias de tecnologia naval, equipamento ferroviário, aeronáutica, petroquímica e farmacêutica. Assim como no governo Goulart, o papel das empresas estatais seria fundamental, pois seriam os agentes impulsionadores do capital nacional e da indústria de bens de capital¹¹⁶.

Portanto, algumas das metas do II PND acabaram se mostrando irreais, como a meta de crescimento do PIB em 10% a.a e crescimento industrial de 12%. As tabelas¹¹⁷ 1,2 e 3 mostram o desempenho da economia brasileira durante a execução do II PND em relação as suas metas prioritárias, demonstrando que o plano econômico conseguiu ter bons resultados em relação as suas metas prioritárias.

¹¹⁵ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **O projeto do governo Goulart e o II PND; um cotejo** /Pedro Cezar Dutra Fonseca, Cássio Silva Moreira – Porto Alegre: UFRGS/FCE/DE RI, 2012. Texto para discussão/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, n.10/2012.p12.

¹¹⁶ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **O projeto do governo Goulart e o II PND; um cotejo** /Pedro Cezar Dutra Fonseca, Cássio Silva Moreira – Porto Alegre: UFRGS/FCE/DE RI, 2012. Texto para discussão/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, n.10/2012.p.14.

¹¹⁷As tabelas foram retiradas do texto **A estratégia de ajustamento externo do Segundo plano Nacional de Desenvolvimento** de Jorge Chami Batista. BATISTA, Jorge Chami. “A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento”. Revista de Economia Política. 7(2), abril/junho 1987, p. 66-80.

Tabela 1

Investimentos por Setor como Percentagem da Formação Bruta de Capital Fixo (em %)

Ano	1970	1971	1972	1973	1974	1970/1974	1975/1979	1975	1976	1977	1978	1979	1975/1979
						(1)	PROJEÇÕES						(1)
							do II PND ⁽¹⁾						
<i>Energia</i>													
Petróleo ²	1,3	0,9	1,0	1,0	1,1	1,1	2,0	1,2	1,4	1,6	1,9	2,3	1,7
Carvão e Gás	—	—	—	—	—	—	2,4	—	—	—	—	—	—
Eletricidade ³	8,0	7,6	7,8	7,1	6,6	7,3	15,0	7,1	7,7	8,6	9,3	9,2	8,4
<i>Indústria</i>	13,9	—	19,6	20,6	18,8	18,6	22,8	15,2	19,7	19,1	17,5	17,4	17,8
<i>Indústrias Básicas</i>	7,4	—	11,8	11,4	10,4	10,5	19,3	8,8	11,8	11,7	10,8	10,0	10,7
Metalurgia	1,4	—	2,4	2,4	2,9	2,4	6,8	2,9	2,4	3,2	2,9	2,2	2,7
Equipamento de Transporte	1,3	—	2,4	2,0	1,4	1,8	2,3	0,8	3,2	1,2	0,9	1,2	1,5
Mecânica e Elétrica	1,4	—	1,5	2,4	2,4	2,0	2,7	2,1	2,5	2,9	2,8	2,1	2,5
Química	1,4	—	3,5	2,3	2,1	2,4	4,5	1,6	1,6	3,0	2,6	2,3	2,2
Mín. não Met., Papel e Celulose	1,9	—	2,0	2,3	1,6	2,0	2,0	1,4	2,1	1,4	1,6	2,2	1,8
<i>Outras</i>	6,5	—	7,8	9,2	8,4	8,1	3,5	6,4	7,9	7,4	6,7	7,4	7,2
<i>Transporte</i>													
Ferrovário	1,6	1,9	2,2	2,4	1,9	2,0	2,1	2,8	3,0	2,4	1,9	1,6	2,3
Rodoviário ⁽⁴⁾	0,8	1,2	1,3	1,1	0,9	1,1	1,7	1,4	1,2	1,5	1,2	1,2	1,3
Portos (incl. naveg. interior)	6,4	6,7	5,8	6,1	6,1	6,2	2,5	3,7	3,8	3,7	3,9	3,0	3,6
Aeroportos	0,5	0,7	0,9	0,8	0,7	0,7	0,7	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4
Outros (incl. transp. urbanos) ⁽⁵⁾	0,2	0,4	0,8	0,6	0,8	0,6	0,6	0,7	0,5	0,3	0,2	0,2	0,4
	0,6	0,9	1,0	1,1	1,2	1,0	2,6	1,6	1,5	1,3	1,6	1,0	1,4
<i>Comunicações⁽⁶⁾</i>	—	1,9	2,6	4,4	3,1	3,1	3,8	3,5	4,2	3,8	3,1	2,8	3,5

Fontes: Contas Nacionais do Brasil — IBRE/FGV, 1984; II PND; Censo Industrial 1970 e 1975; Pesquisas Industriais — FIBGE, 1972 a 1979; Anuário Estatístico dos Transportes; Estatísticas Econômicas dos Governos Estadual e Municipal — FIBGE; Empresas Telefônicas — FIBGE; Relatórios Anuais da PETROBRÁS, ELETROBRÁS, NUCLEBRÁS, RFFSA, FEPASA, CVRD, SUNAMAM, DNER, Metrô SP, Metrô RJ, ECT e TELEBRÁS.

Um dos objetivos do II PND era alocar maiores investimentos no setor energético, principalmente hidroeletricidade, no intuito de dar maior competição aos setores de celulose, metalúrgico, químico e papel (prioridades do plano econômico). Com uma maior oferta de energia elétrica para essas indústrias, com preços acessíveis, a produção aumentaria, acarretando na substituição de importações, pois conseguiríamos produzir esses bens, não precisando mais importá-los. Garantindo a substituição de importações, o governo também objetivava em um segundo momento, exportar produtos industrializados. Com o aumento da produção de energia elétrica através da hidroeletricidade, pretendia-se também substituir a nossa matriz energética, mudando a nossa estrutura, já que o governo planejava diminuir a importação de petróleo por causa da elevação do preço do barril, que estava levando a um déficit na balança de pagamentos para a utilização da hidroeletricidade.¹¹⁸

Dessa maneira, a participação da hidroeletricidade no Brasil em relação ao consumo de energia primária passou de 19%, em 1973, para 25%, em 1979. O setor industrial passou de 31,8%, em 1973, para 38,2%, em 1979, em relação ao consumo de energia elétrica

¹¹⁸ BATISTA, Jorge Chami. **A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento.** Revista de Economia Política. 7(2), abril/junho 1987, p. 66-80.

proveniente da hidroeletricidade. Os investimentos no setor, a partir de 1974, elevaram a participação da hidroeletricidade em relação ao consumo total de eletricidade consumida no Brasil de 89%, em 1973, para 94%, em 1983. Como mencionado, os investimentos em hidroeletricidade acarretou numa mudança na matriz energética do Brasil, levando a uma mudança estrutural em relação ao setor industrial, principalmente nos elencados como prioritários (celulose, metalúrgico, químico e papel)¹¹⁹.

Segundo Batista(1987), o setor de insumos básicos também teve resultados satisfatórios através dos investimentos feitos pelo II PND. Nas áreas de celulose, aço, alumínio, silício, resinas termoplásticas e petroquímicos intermediários, o Brasil passou de grande importador desses insumos para exportador de grande parte da produção desses insumos. Além disso, as indústrias de alumínio, aço em lingotes, aço plano, aço não plano, soda caustica, cloro, cobre, fertilizantes, cimento, celulose, papel e zinco tiveram sua produção bem superiores ao projetado para 1979¹²⁰.

Tabela 2

Indústrias de Insumos Básicos — Projeções do II PND e Valores Efetivos

Indústrias	Produção efetiva (1000/t.)		Taxa de crescimento anual efetiva (%)	Capacidade de produção (1000/t.)		Taxa de crescimento anual projetada (%)	Produção efetiva (1000/t.)	Taxa de crescimento anual efetiva (%)
	1970	1974	1970-1974	1974	1979	1974-1979	1979	1974-1979
<i>Metalurgia</i>								
aço em lingotes	5 390	7 507	8,6	8 600	22 300	21,0	13 891	13,1
aço plano ⁽¹⁾	1 968	2 923	10,4	4 100	13 100	26,2	6 853	18,6
aço não plano ⁽²⁾	2 436	3 402	8,7	4 600	8 300	12,5	5 261	9,1
alumínio ⁽³⁾	56	114	19,4	120	190	9,6	238	15,9
cobre ⁽³⁾	—	3	—	10	60	43,1	0	0,0
zinco ⁽³⁾	—	31	—	33	58	11,9	63	15,2
<i>Químicos</i>								
ácido sulfúrico	561	925	13,3	986	3 388	28,0	1 924	15,8
soda cáustica	147	214	9,8	273	700	20,7	645	24,7
cloro	133	140	1,3	212	593	22,8	587	33,2
fertilizantes	189	531	29,5	585	1 199	15,4	1 533	23,6
resinas termoplásticas	101	344	35,8	408	891	16,9	851	19,9
fibras sintéticas/artificiais	44	114	26,9	176	253	7,5	214	13,4
elastômeros sintéticos	75	155	19,9	144	239	10,7	224	7,6
detergente	—	—	—	27	75	22,7	—	—
etileno	33	269	69,0	343	718	15,9	631	18,6
amônia	—	198	—	268	577	16,6	353	12,3
<i>Não-metálicos</i>								
cimento	9 002	14 919	13,5	17 130	26 190	8,9	24 871	10,8
celulose	685	1 130	13,3	1 547	2 860	13,1	2 780	19,7
papel	1 136	1 853	13,0	2 267	2 900	5,0	2 979	10,0

Fontes: II PND; Anuário Estatístico do Brasil, FIBGE; CONSIDER; ABIQUIM; Superintendência da Borracha; Associação Br. de Prod. de Fibras Artificiais e Sintéticas; Banco do Brasil; Pesquisas Industriais, FIBGE.

¹¹⁹ BATISTA, Jorge Chami. **A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento.** Revista de Economia Política. 7(2), abril/junho 1987, p.76.

¹²⁰ BATISTA, Jorge Chami. **A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento.** Revista de Economia Política. 7(2), abril/junho 1987, p. 66-80.

Em relação aos bens de capital, podemos afirmar que o II PND trouxe grandes ganhos, tanto em relação ao processo de substituição de importação quanto à venda desses bens no mercado internacional. Assim, como podemos ver na tabela 3¹²¹, os bens de capital sob encomenda e série tiveram números bem satisfatórios durante a implementação e investimentos do programa¹²².

Tabela 3

Bens de Capital Sob Encomenda e em Série (em %)

Ano	Bens de capital sob encomenda		Bens de capital em série		Bens de capital (total)	
	Coefficiente de importação	Coefficiente de exportação	Coefficiente de importação	Coefficiente de exportação	Coefficiente de importação	Coefficiente de exportação
1969	55,7	3,1	—	—	—	—
1970	53,1	4,3	24,7	4,3	31,4	4,3
1971	48,1	4,6	—	—	—	—
1972	50,8	5,3	—	—	—	—
1973	40,1	2,3	—	—	—	—
1974	39,8	3,0	27,0	7,0	29,1	6,4
1975	40,2	3,2	27,9	8,8	30,4	7,9
1976	40,3	5,1	22,8	7,8	26,4	7,4
1977	32,3	4,6	21,4	12,4	24,2	10,7
1978	37,9	8,9	20,5	14,3	25,1	13,1
1979	29,1	10,7	24,8	18,7	26,1 ¹	16,6
1980	37,1	15,9	24,9	23,1	28,2	21,5

Fontes: Política Industrial e Exportação de Manufaturados do Brasil, FGV/Banco Mundial, 1983 e CACEX.

2.2 INTERPRETAÇÕES SOBRE O II PND

Abordaremos nesta seção as interpretações sobre os motivos que levaram a criação do II PND na ótica de alguns autores.

Para Aguirre e Saddi,¹²³ o projeto do II PND foi “politicamente determinado”. O governo adotou práticas patrimonialistas fazendo alianças com grupos que tinham interesses

¹²¹Tabela retirado do texto de Jorge Chami Batista. BATISTA, Jorge Chami. **A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento**. Revista de Economia Política. 7(2), abril/junho 1987, p. 66-80.

¹²² BATISTA, Jorge Chami. **A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento**. Revista de Economia Política. 7(2), abril/junho 1987, p. 66-80.

¹²³AGUIRRE, Basília M. B. e SADDI, Fabiana. **Uma alternativa de interpretação do II PND**. In: Revista de economia política, out./nov. São Paulo, v. 17, n.4(68), 1997, p. 78-98. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/68-4.pdf>>.

no projeto. A decisão de implementá-lo apoiou-se em motivos políticos e não puramente econômicos, isto é, o Estado necessitava de uma legitimação perante a sociedade. Todo poder, como bem assinala Levi, “busca alcançar consenso, de maneira que seja reconhecido como legítimo, transformando a obediência em adesão”(BOBBIO, 2000,p. 675).

Segundo Castro e Souza,¹²⁴ isso ocorreu porque o capital privado não tinha interesses em investir em uma economia que estava ano a ano desacelerando. Com isso, o Brasil pega vultosos empréstimos para aplicar no II PND. Como optou pelo endividamento externo para se desenvolver, muitos autores, como Castro e Souza,¹²⁵ entendem como racional tal escolha, ou seja, endividamento para se desenvolver, uma vez que, conforme os autores, evitando uma crise conjuntural, com consequências graves, e ao abrir novas oportunidades (investimentos na indústria de base), o Brasil se lança a modernidade industrial e ao desenvolvimento. Desse modo, ao invés de tomar medidas paliativas, a equipe econômica de Geisel, com o II PND, vai à raiz do problema, a indústria de base. Diante disso, de acordo com Castro

optou-se aqui por uma autêntica transformação da economia de seu relacionamento com o exterior. Diante desta opção, o financiamento, propriamente dito, nada mais seria a escolha da passividade, enquanto o ajustamento convencional equivaleria á mera climatização da economia¹²⁶.

Segundo Castro e Souza,

percebe-se também que o tipo de mudança de que estou tratando não atende e nem pretende atender aos interesses econômicos imediatos. Requer, pelo contrário, um relativo descondicionamento face à situação presente. Este descondicionamento pode ser facilitado pela erupção de crises capazes de por a nu a vulnerabilidade do status quo. Não menos importante é, porém, a vontade política de superar a crise, via transformação¹²⁷.

Assim, podemos entender que, para manter o desenvolvimento brasileiro com taxas satisfatórias, era preciso mudar o rumo da nossa política de desenvolvimento, que não poderia

¹²⁴CASTRO, A. B. e SOUZA, F. E. P. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**, São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

¹²⁵CASTRO, A. B. e SOUZA, F. E. P. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**, São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

¹²⁶ CASTRO, Antônio Barros. **Ajustamento x Transformação. A economia brasileira de 1974 a 1984**. In: Antônio Barros de Castro e Francisco Pires de Souza. **A economia brasileira em marcha forçada**: São Paulo, Paz e Terra: 1985, p.74.

¹²⁷CASTRO, A. B. e SOUZA, F. E. P. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**, São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. P.38

estar mais calcada no setor de bens de consumo duráveis, mas sim na indústria de base, sendo essa a racionalidade econômica. Tanto que, para a produção do projeto, foi realizado um diagnóstico da economia brasileira. Mas não podemos deixar de lado o fator político, pois a manutenção de taxas de crescimento em um patamar satisfatório geraria a legitimação do governo militar. Como assinala Bresser,

esse autoritarismo necessita de uma legitimação ideológica. Esta legitimação é, em geral, proposta em termos de combate à corrupção e da aceleração da taxa de crescimento do desenvolvimento econômico (...) Nestes termos, quando a taxa de crescimento da economia se desacelera, a legitimação do poder autoritário começa a esvaziar-se (...). É necessário rever políticas públicas, redefinir estratégias. Importa recuperar a legitimação perdida¹²⁸.

Contudo, Bonelli e Malan¹²⁹ não concordam com perspectiva de Castro. Para eles, o diagnóstico feito da economia brasileira pós “milagre brasileiro” era insatisfatório por não se ater a evolução da economia mundial nos anos anteriores e por acreditarem que as dificuldades econômicas do Brasil estavam ligadas à balança de pagamentos devido à crise do petróleo em 1973. O correto para eles seria um projeto econômico de curto prazo para combater o déficit da balança de pagamentos.

Também não concordam com a racionalidade econômica do projeto, especialmente a política de substituição de importações, pois essa medida deixava a taxa de câmbio valorizada, não permitindo repassar ao Brasil os novos preços praticados no mercado internacional. Desse modo, criticam de fato a “intensidade com que se deve e/ou pode seguir uma política de substituição de importações industriais¹³⁰”.

Entretanto, para Bonelli e Malan, o desequilíbrio nas contas externas expressa e reflete um desequilíbrio estrutural pelo lado da oferta que tem uma história, que já atingiu proporções e consequências que requerem reajustes deliberados na estrutura de sua economia¹³¹. Desse modo, assinalam a necessidade de mudanças de maior envergadura, ou de longo prazo.

¹²⁸ BRESSER PEREIRA, LC. **Mudanças no padrão de financiamento dos investimentos no Brasil.**, Revista de Economia Política, 7(4), Outubro, p.43.

¹²⁹ BONELLI, R. & P.S. MALAN. **Os limites do possível: notas sobre o balanço de pagamentos e indústria nos anos 70.** Pesquisa e Política Econômica, Rio de Janeiro, 6(2), agosto.

¹³⁰ BONELLI, R. & P.S. MALAN. **Os limites do possível: notas sobre o balanço de pagamentos e indústria nos anos 70.** Pesquisa e Política Econômica, Rio de Janeiro, 6(2), agosto, p.403.

¹³¹ BONELLI, R. & P.S. MALAN. **Os limites do possível: notas sobre o balanço de pagamentos e indústria nos anos 70.** Pesquisa e Política Econômica, Rio de Janeiro, 6(2), agosto, p.379.

Carlos Lessa ressalta que o II PND foi realizado por uma elite burocrática que via na autonomia industrial uma maneira de se chegar à soberania nacional. Assim, via no II PND uma maneira de levar o Brasil, de fato, à condição de potência mundial. Entretanto, para o ele, o plano fracassou, uma vez que afetou os interesses do setor financeiro privado por tentar conter a expansão da indústria de bens de consumo duráveis, carro chefe do milagre brasileiro, entre outros fatores que levaram ao fracasso do plano. Nesse sentido, “considero Diagnóstico Implícito a história que não foi oficialmente publicada, mas que esteve presente no círculo íntimo dos donos do poder quando da formulação do II PND”.¹³²

Para Velloso¹³³, os setores privado nacional e estrangeiro arcaram com os maiores recursos do desenvolvimentismo no Brasil na década de 1970. Segundo o autor, os investimentos das empresas estatais, como a Petrobras, a Siderbrás e a Eletrobrás, giraram em torno de 22% a 25%. Com isso, a contribuição das empresas estatais foi menor do que as empresas privadas nacional ou internacional. Para o autor, o plano dispunha de fundamentação econômica suficiente para ser implementado, dispondo de recursos para investimentos nas áreas prioritárias do plano (energia elétrica, insumos básicos e petróleo), através do BNDE ou CDE, não recorrendo a métodos inflacionados como ocorreu com o plano de metas.

Diferentemente, Aguirre e Saddi¹³⁴ relatam que a fundamentação do plano está ligada a fatores políticos e econômicos, não havendo somente uma razão econômica para a criação do II PND. Desse modo, para legitimar seu governo, os militares usaram seu poder político para promover uma transformação econômica do Brasil, isto é, investir em um setor que nos levaria, de fato, a sermos considerados um país desenvolvido e não de terceiro mundo (conceito utilizado na época).

Para investir nos setores elencados como prioritários, o II PND projetava recorrer a empréstimos do capital estrangeiro que, conseqüentemente, levaria ao endividamento externo, “contando internamente com a expansão do sistema financeiro nacional, que ganhara impulso com a reforma monetário-financeira do período de Castelo Branco e com a concentração bancária estimulada por Delfim Neto na época do “milagre”, para realizar seus objetivos.”¹³⁵

¹³²LESSA, Carlos. **Estratégia de desenvolvimento, 1974 - 1976: sonho e fracasso**. Tese de Professor Titular, UFRJ, 1978, p.54.

¹³³VELLOSO, João Paulo R. **A fantasia política: a nova alternativa de interpretação do II PND**. Revista de Economia Política, vol.18. n 2 (70), abril- junho, 1998.

¹³⁴AGUIRRE, Basília M. B. e SADDI, Fabiana. **Uma alternativa de interpretação do II PND**. In: Revista de economia política, out./nov. São Paulo, v. 17, n.4(68), 1997, p.78-98.

¹³⁵FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **O projeto do governo Goulart e o II PND; um cotejo** /Pedro Cezar Dutra Fonseca, Cássio Silva Moreira – Porto Alegre: UFRGS/FCE/DE RI, 2012. Texto para discussão/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, ; n.10/2012.

Não podemos deixar de mencionar também, que, sim, existem fatores políticos que levaram a criação do plano nacional de desenvolvimento. Tais fatores estão ligados à tentativa de legitimar o regime perante a sociedade e de tornar o Brasil a potência que tanto desejavam os militares, cujo setor industrial seria o meio para o Brasil alcançar a condição de potência mundial. No entanto, com a crise do petróleo, em 1973, gerando um grave problema na balança de pagamentos, devido à elevação do preço do produto e de seus derivados, a equipe econômica de Geisel optou por investir na industrialização de base, levando a substituição de importações.

Para termos ideia da importância do II PND, somente no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2012), com o Plano de Aceleração de Crescimento (PAC), que temos um plano econômico que novamente objetivava investir em setores de base da economia brasileira, tais como a infraestrutura. Desse modo, consideramos o II Plano Nacional de Desenvolvimento, um dos principais planos econômicos, até então existentes no Brasil, responsável por gerar uma infraestrutura que possibilitou o nosso crescimento industrial, mesmo que não em números satisfatórios. O Estado, mesmo optando pelo desenvolvimento com endividamento, assumiu esse papel, que pode ser reafirmado em uma entrevista dado pelo ex-presidente Geisel, no dia 16/11/1993:

“Eu acho (que o Estado é um agente crucial do desenvolvimento). Ele tem que atuar. Até que o quadro mude. Agora está todo mundo eufórico porque está entrando dinheiro estrangeiro. Ainda esses dias, um amigo meu que é corretor da bolsa dizia: ‘Uma coisa formidável, esse mês entraram não sei quantos milhões de dólares, tudo isso está sendo aplicado na bolsa, a bolsa está em alta e não sei o que’. Eu digo: ‘Eu sou contra isso, porque esse dinheiro vem hoje aplicado na bolsa, dá lucro, mas quando o sujeito dali a pouco vê que já realizou um bom lucro, vai embora de novo. Quer dizer, em vez de cooperar para o nosso desenvolvimento, ele está nos sugando!’. O Getúlio brigava muito contra isso. Não sou inimigo do capital estrangeiro, mas acho que a gente tem que ter inteligência adequada para tratar com ele. Se vier para cá para ser investido em indústrias, em outros empreendimentos, muito bem! Será muito bem aceito. Mas se vier aqui para nos explorar, sem deixar rastro! O sujeito entra com o dinheiro, faz o lucro e vai embora! É o hot money, não é? Estou aqui com os recalques de um velho de 86 anos. Pode ser que eu esteja muito errado, mas minha concepção é esta: o Estado tem que dirigir” (d’Araujo e Castro, 1997, p.252-253).

Com base nisso, para Veloso, o país “ mesmo que [...] não houvesse executado os grandes programas de investimentos, mas se tivesse procurado – como procurou – manter em razoável funcionamento a estrutura industrial e urbana que havia sido construída, o

endividamento teria ocorrido”¹³⁶. O II PND optou por mudar a estrutura devido à crise do petróleo, escolhendo uma política de crescimento, a partir do investimento em setores essenciais para o desenvolvimento de um país, indústria de base, energia elétrica e petróleo. Segundo Fonseca e Monteiro,¹³⁷ “as decisões políticas que levaram o governo Geisel a optar pelo crescimento acelerado e, dentro deste, pelo II PND devem ser buscadas, num primeiro passo, em condicionantes postos pela própria conjuntura”.

Desse modo, a escolha por continuar crescendo, mesmo com a crise mundial originada pela crise do petróleo, pode ser entendida como uma escolha política e econômica, porque o regime, a partir do governo Geisel, pretendia uma distensão mais “lenta, gradual e segura”, cujo poder seria entregue aos civis de forma lenta e segura. Para legitimar a escolha política, precisava de sua legitimação perante a sociedade, que viria através da continuação do crescimento econômico, calcado em investimentos na indústria de base, que levaria o Brasil, segundo o governo militar, a entrar para o seleto grupo de países, na década de 1970, considerados como potências econômicas.

Assim, em mensagem de abertura da sessão legislativa do Congresso Nacional, em 1975, Geisel assinalava que deveria

justificar, assim, a intenção manifesta, desde há primeira hora, em meu governo, de dedicar maior atenção ao campo político — não só externo como sobretudo, interno — (...) não se deixará de reconhecer a importância crítica do campo econômico, fortemente condicionante dos demais, pelos recursos que só ele lhes poderá oferecer (...), mas afirmasse a prioridade instrumental do desenvolvimento político(...) (GEISEL, 1975, v. 2, p.18).

Podemos perceber pelas palavras do presidente que o viés político estava totalmente ligado ao viés econômico. Por conseguinte, uma crise econômica duradoura, após o “milagre brasileiro”, poderia levar ao questionamento do regime pela sociedade. Por isso, a opção pelo desenvolvimento econômico através do endividamento.

A industrialização brasileira na década de 1970 teve uma grande participação do Estado como condutor do nosso desenvolvimento. Esse Estado “demiurgo” (EVANS, 2004), que investirá em setores além da visão que o mercado possui, realizará essa

¹³⁶VELLOSO, João Paulo R. **O último trem para Paris. De Getúlio a Sarney: “milagres”, choques e crises do Brasil moderno.** 2a ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p 224-225.

¹³⁷FONSECA, Pedro C. D. e Monteiro, Sergio M. **O Estado e suas razões: o II PND.** Revista de Economia Política. 28(1), janeiro/março 2008, p. 28-46.

transformação, como ocorreu quando da criação do II PND, remodelando a estrutura (SERRA, 1982) para nutrir investimentos nos setores de base, particularmente à área de insumos básicos. Como grande parte da bancada de políticos ligados ao setor agrário não tinha interesses nesse tipo de investimentos, o Estado brasileiro criou “bolsões de eficiência”, isto é, uma burocracia comprometida com a criação de projetos que iria levar o governo a investir em áreas que trariam o desenvolvimento industrial desejado, sem que esses burocratas fossem seduzidos por interesses particulares (predadores) de outras bancadas que possuíam interesses na maior parte dos casos individuais que levarão ao estrangulamento de um determinado setor. Porém, para que isso não ocorresse, essa burocracia um pouco weberiana foi protegida pelos governantes aliados ao desenvolvimento industrial no Brasil.

Diante disso, observamos que tanto Evans quanto Castro afirmam que o Estado é o condutor, o principal responsável no desenvolvimento do país através de planejamento e investimentos maciços que requeriam um alto grau de paciência para recuperar os valores investidos. Sem esse tipo de Estado condutor, o Brasil não teria o parque industrial (SUZIGAN, 1996) que detém em tempos atuais. O principal projeto responsável por essa estrutura, até hoje, foi o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que levou o país, mesmo em tempos de crise, a um desenvolvimento industrial jamais visto em nossa história..

2.3 MINAS GERAIS NO II PND

No dia 10 de setembro de 1974, temos a divulgação do II PND, que trará investimentos consideráveis para Minas Gerais. O Plano Nacional de Desenvolvimento, criado no governo Geisel, tinha como objetivo a desconcentração industrial no Brasil, pois o governo sentiu a necessidade de articular um maior equilíbrio entre todas as regiões, utilizando todo espaço geográfico brasileiro para promover investimentos em todo tipo de setor, seja industrial seja agrícola. Desse modo, o programa previa vários investimentos para Minas Gerais em diversas áreas, como, por exemplo, produção de aço, alumínio, automobilístico, maquinaria, mecânica, tratores, cimento, duplicação da produção de energia elétrica para abastecer a ampliação das indústrias, política científica e tecnológica na área de lavra, produção e pesquisa de urânio, tório e titânio, além de investimentos sociais em Belo

Horizonte na área de habitação, vias de transportes, modernização sanitária¹³⁸. A FIEMG, como uma das principais entidades empresariais mineiras da década de 1970, recebe também, com entusiasmo, os objetivos do plano, sempre tentando angariar mais recursos para o estado.

Aliados ao Estado, os empresários mineiros esperavam “janelas de oportunidades” para que seus projetos fossem contemplados. Conforme Kingdon¹³⁹, quando uma janela se abre criam-se condições para os defensores de determinadas propostas empurrarem suas soluções para o centro da agenda pública. Basicamente, uma janela se abre por causa de uma mudança no *fluxo político* (mudança de administração, mudança de partido ou ideologia ou mudança no humor nacional), combinada à convergência com determinadas soluções propostas (fluxo das alternativas) e à enunciação mais intensa de um problema (fluxo do problema. No caso mineiro, a oportunidade aparece quando o governo cria o II PND, indicando que promoverá a desconcentração industrial, isto é, tentará promover a industrialização fora do eixo Rio-São Paulo. Tal sinalização derivada de um evento *político* (o anúncio de um novo plano de desenvolvimento por um novo governo), convergia com o diagnóstico já firmado de *atraso relativo* de Minas Gerais, tomado como *problema* central do estado, conforme estudos como o *Diagnóstico da Economia Mineira*, do final da década de 1960. Por fim, o apelo ao Estado era *solução* antiga para o desenvolvimento mineiro, em setores amplos do empresariado e da tecnoburocracia, favorecendo uma adaptação e apoio ao plano mais ligeira e intensa do que a do empresariado paulista, por exemplo, mais afeito a perspectivas pró-mercado.

Com base nisso, a partir da análise da Revista Vida Industrial editada pela FIEMG, podemos perceber quão estavam empenhados em apoiar e promover o desenvolvimento em Minas. Podemos perceber ainda que Minas Gerais procurou se apoiar, sim, no regime militar, como dito por Velasco e Cruz (1995), além de buscar investimentos externos com a Alemanha e França. Com essa aproximação, tanto em nível regional ou federal com os “homens” da política, a FIEMG promoveu vários debates econômicos reivindicando investimentos no estado para ampliar seu desenvolvimento.

Os recursos provenientes do II PND estimularam o investimento em vários setores da economia mineira, objetivando potencializar os vários setores de cada região, favorecendo o desenvolvimento industrial. Grande parte das indústrias, que se instalaram em Minas Gerais, na década de 1970, tem como origem o capital estrangeiro e grande parte delas vieram

¹³⁸FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **O projeto do governo Goulart e o II PND; um cotejo** /Pedro Cezar Dutra Fonseca, Cássio Silva Moreira – Porto Alegre: UFRGS/FCE/DE RI, 2012. Texto para discussão/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, ; n.10/2012

¹³⁹KINGDON, J. **Agendas, Alternatives and Public Policies**. New York: Addison-Wesley Educational Publishers inc., 1995.

para Minas por causa do II PND. Os empresários mineiros não foram contra a entrada do capital estrangeiro no estado, pediam somente que o Estado criasse os mesmos facilitadores econômicos para investir o estrangeiro no empresariado nacional. Dessa maneira, conforme Zimbrão,

a posição do empresariado industrial nacional de defesa da entrada do capital externo, era na verdade, um projeto que idealizava no sentido de que a superação do “atraso” far-se-ia mediante a industrialização *tout court*, independente da origem dos investimentos realizados.¹⁴⁰

Assim, entre 1970 e 1977, inúmeras empresas estrangeiras foram atraídas e se instalaram em Minas Gerais, como a Auso eletrônica e Telec. Ltda.(Itália); Ritz Com. E Ind. Ltda. (EUA); Commander S.A. Ind. de condutores (EUA); National semi-condutores (EUA); EMH-Eletromecânica hidráulica (Alemanha); HAEFLYRITZ (Suíça); INDEL-Cabos de alumínio (Portugal);Kuttner (Alemanha); Standard Eletric S.A. (EUA); Ericson do Brasil (Suécia); Termocanáda (Canadá); Standard Eletric S.A. (EUA); Ericson do Brasil (Suécia); IMSA-Ind. Sul Americana; FLYGT/ITT (EUA); Balteau (Bélgica); Fuji – Eletric Nordeste (Japão); Siderúrgica Montana (Alemanha); Bozel-Mineração e ferro-ligas (França) ; Hertel Brasil Ltda.; Siderúrgica Belgo-Mineira BEKAERT (Bélgica); Formim Ltda. (Itália); Esab-eleto solda autógena brasileira (Suécia); FMB-Produtos metalúrgicos S.A. (Itália); FERMAG/IOS - Metalurgia Itabira; MAPRI (Parafusos) (EUA); INONIBRAS; General Motors Terex do Brasil (EUA); Poclain do Brasil S.A. (França); FIASA – FIAT Automóveis S.A.(Itália); Elcat-CBE Autopeças (Itália); Flender Brasil S.A. (Alemanha); Glico do Brasil Ltda. (Alemanha); Alterosa Ind. Mecânica S.A. (ALMEC) (França); KRUPP Ind. Mecânicas Ltda. (Alemanha); Cimec S.A.; Cia. Morrinson-Knudsen de Eng.; Demag – Eng. Ind. Ltda.(Alemanha); Bragaço-Mafir Ind. Metalúrgica; Rexnord (EUA); Acker do Brasil; F.L. Smith (Dinamarca); Petrogard implementos agrícolas S.A. ; Daiwa do Brasil têxtil Ltda. (Japão) ;Velonorte; S.A. White Martins (EUA); Foseco do Brasil (Inglaterra); S.A. White Martins (EUA); Daido Química do Brasil (Japão); Olivette do Brasil Ltda. (Itália); Brasox S.A. Ind. e Com. (Inglaterra); Celenese do Brasil (EUA); S.A. White Martins (EUA); S.A. White Martins (EUA); Swepco (EUA); Liquid Carbonic (EUA); CIMINAS (Suíça); SOEICOM (Portugal); Beka Brasil Ltda. (Alemanha); Cia. de Cigarros Souza Cruz

¹⁴⁰PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **História de Juiz de Fora da Vanguarda de Minas Gerais à “industrialização periférica”**. (Doutorado). Campinas. IE/UEC, 2006. p. 74.

(Inglaterra); Vulcan-Materiais Plásticos Ltda.(EUA); Plavigor S.A.; Cargill (EUA); Refinação de Milho (Brasil-EUA); PURINA (EUA); YOLAT-Ind.Com. S.A.; Anderson Clayton (EUA); Parmalat (Itália); Ouro Branco Cerveja e Refrigerantes; Trelleborg (Suécia); São Paulo Alpargatas (Argentina); Âncora S.A. Ind.e Com. (Canadá); Âncora S.A. Ind. e Com. (Canadá)¹⁴¹. Diante disso, os principais países, que investiram em Minas Gerais, foram os Estados Unidos da América do Norte, Alemanha e Itália, totalizando um pouco mais de 60%.

Embasados nisso, podemos identificar dois motivos que atraíram o capital estrangeiro para Minas Gerais: as políticas econômicas criadas, tanto pelo governo estadual quanto pelo governo federal, com o objetivo de estimular a industrialização do estado, acarretando na melhoria da infraestrutura, como energia, transporte e comunicação, atrelados a incentivos para atrair investimentos, como isenções fiscais, e a posição geográfica de Minas Gerais, estando perto dos principais centros econômicos do Brasil na época – São Paulo e Rio de Janeiro – sendo caminho também para regiões do Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil; além dos portos de Vitória, Rio de Janeiro, São Sebastião e Santos, facilitando o escoamento da produção para o exterior.¹⁴²

Outrossim, acompanhando os artigos publicados na Revista Vida Industrial, percebemos claramente como o empresariado mineiro recebeu com entusiasmo a criação do II PND. Para Nansen Araújo,

o II Plano Nacional de Desenvolvimento, voltado, exclusivamente, para os interesses do Brasil, pressentiu a anormalidade da concentração industrial em espaço de limites apertados e introduzir normas para descentralizar e estimular a disseminação de fábricas em todo território brasileiro...estamos prontos a dividir a matéria-prima aqui existente com todos os nossos irmãos do Brasil. Mas, ao lado disso, nenhuma força econômica nos afetará das metas que regem nossas aspirações. Seremos um grande centro industrial com a permissão ou sem a permissão dos que intentam criar essa forma de imperialismo, até agora desconhecida: o imperialismo nacional.¹⁴³

Dessa maneira, seria a oportunidade de Minas Gerais receber investimentos jamais vistos e tão desejados pelo empresariado. Como vimos nos parágrafos anteriores, em 1977/1978, a FIEMG pedia uma maior aceleração no processo da desconcentração industrial,

¹⁴¹FONTE: Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Minas Gerais. Apud., CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. (Mestrado). Campinas: IFCH/UNICAMP, 1978. pp., 190-193.

¹⁴² Diniz, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**/ Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

¹⁴³ Revista Vida Industrial, julho de 1975, p. 1.

que, para ela, mantinha-se em São Paulo os maiores investimentos. Quando Nansen emite a opinião de que “seremos um grande centro industrial com a permissão ou sem a permissão dos que intentam criar essa forma de imperialismo, até agora desconhecida: o imperialismo nacional”, está falando claramente sobre o empresariado paulista. Notoriamente, a FIEMG se opunha ao “imperialismo nacional” praticado pelos paulistas, que concentrava grande parte dos investimentos no setor industrial.

O Brasil, para alcançar, de fato, seu desenvolvimento, necessitava da descentralização industrial. Para a FIEMG, a concentração industrial acarretava problemas no Brasil em vários setores, como transporte urbano, energia, segurança, saúde, entre outros. Para superar esses problemas, a FIEMG defendia uma união entre os governos federal e estadual, que deveriam se aliar ao empresariado. Com isso, esse processo teria que

ampliar o mercado interno; atenuar os desníveis regionais; estimular e apoiar o processo de substituição de importações; elevar o nível de renda (pessoal e regional); aumentar o poder aquisitivo; integrar e fortalecer o mercado interno; utilizar racional e adequadamente os recursos.¹⁴⁴

Diante disso, percebemos que Minas Gerais beneficiou-se com a criação do II PND, uma vez que recebeu investimentos, por parte do governo, para a ampliação do setor industrial. O governo estadual e as principais instituições, como a FIEMG, apoiaram os militares no poder, muitas vezes, declarando seu apoio ao governo, entretanto criticando sempre que achava necessário, principalmente quando a desconcentração industrial prometida pelo governo, com a criação do II PND, não foi realizada em sua totalidade.

2.4 CAMPANHA CONTRA A ESTATIZAÇÃO

Segundo Sebastião C. Velasco e Cruz¹⁴⁵, o início da campanha antiestatização, isto é, da campanha contra o que alguns setores consideravam ser uma interferência e presença maciça do Estado na economia brasileira, com empresas públicas que estariam atuando de forma a competir com as empresas privadas nacionais, iniciou-se com o discurso de Eugênio Gudín, em dezembro de 1974, proferindo as seguintes palavras:

¹⁴⁴ Revista Vida Industrial, julho de 1975. p 8.

¹⁴⁵ CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. **Empresariado e estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)** / Campinas, SP : Editora da Unicamp; São Paulo, 1995.

Vivemos, em princípio, em sistema capitalista. Mas o capitalismo brasileiro é mais controlado pelo Estado do que qualquer outro país, com exceção dos comunistas. Setores industriais, como os de energia elétrica, siderurgia, petróleo, navegação, portos, estradas de ferro, telefones, petroquímica, álcalis e grande parte do minério de ferro, que nos Estados Unidos estão nas mãos das empresas privadas, foram no Brasil absorvidos pelo Estado¹⁴⁶.

O governo não tardou em responder às críticas feitas por Gudin, através do jornal *Gazeta Mercantil*¹⁴⁷, dizendo que as empresas públicas criadas, através, por exemplo, do II PND, tinham como objetivo a independência da economia nacional. Um dia após a resposta oficial do governo dada pelo ministro Severo Gomes, sai um editorial do *Jornal do Brasil* criticando o governo por restringir a participação de multinacionais na economia brasileira, além de outros editoriais, em janeiro de 1975, que continuavam criticando a estatização da economia brasileira, agora devido à criação de várias agências do Banco do Brasil no estado de São Paulo¹⁴⁸.

Desse modo, na primeira fase da campanha contra a estatização, temos a presença de diversos artigos nos jornais mais relevantes na época, como os vários artigos publicados pelo jornal “Estado de São Paulo”, intitulados de “Os caminhos da estatização”, e até mesmo no “*Jornal do Brasil*”, que, em vários artigos, critica a presença maciça do Estado na economia, não permitindo que o foco antiestatização se perdesse. Entretanto, os empresários, os mais interessados no debate, ainda não haviam se pronunciado de forma oficial.

A partir de julho de 1975, os empresários iniciaram também sua campanha contra a estatização da economia brasileira. Primeiramente, temos o comunicado do presidente da Federação da Indústria do Estado do Paraná, Altair Zaraiolo, dizendo que um dos principais assuntos tratados no encontro dos industriais do sul fora sobre o processo de estatização. Além disso, a Associação Comercial de São Paulo emitiu uma nota criticando o governo Geisel pelo processo de estatização. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo também emitiu um documento intitulado de “O processo de estatização da economia brasileira: o problema do acesso aos recursos para investimentos”, sendo divulgado em setembro de 1975. Basicamente, o documento também critica o processo de estatização, não

¹⁴⁶O problema da estatização. P.S. – E daí. In: *O pensamento de Eugênio Gudin*, Rio de Janeiro, Editora da FHV, 1978, p. 412.

¹⁴⁷ *Gazeta Mercantil*, 27/12/1974

¹⁴⁸ CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. *Empresariado e estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)* / Campinas, SP : Editora da Unicamp; São Paulo, 1995.

aceitando a justificativa do Estado de criar empresas somente em áreas onde o capital não deseja atuar.

Desse modo, a participação dos empresários no processo contra a estatização da economia brasileira marca a segunda fase, que irá se estender até março de 1976, quando o ministro Velloso convida os empresários a debaterem sobre o processo de estatização e os convida a apresentar uma proposta para que ocorra a desestatização. Assim, inicia-se a terceira fase na qual o Estado começa debates para que o processo de desestatização ocorra em detrimento da participação do setor público na esfera econômica.

Com base nisso, as entidades empresariais dos mais variados setores iniciaram um processo de elaboração de documentos para serem entregues ao governo como projetos para a desestatização da economia brasileira. A partir do mês de abril de 1976, várias entidades começaram a divulgar suas propostas, como a Federação dos Bancos, Federação de Comércio do Estado de São Paulo (FCESP), Associação Comercial do Estado de São Paulo (ACSP), Associação Comercial do Estado do Rio de Janeiro (ACRJ), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), entre outros. Todos esses documentos foram analisados e deram origem ao documento chamado “Ação para a empresa privada nacional: o governo e a economia de mercado”, apresentado no mês de junho pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico. O governo reiterou os compromissos feitos com o II PND, prometeu criar mecanismos de capitalização de recursos para maiores investimentos nas empresas privadas nacionais, o Procap (Programa Especial de Apoio à capitalização da Empresa Privada Nacional), além de grupos de trabalho com a participação do empresariado com o objetivo de criar mecanismos para a consolidação da empresa privada nacional¹⁴⁹, enfatizando o apoio do governo à economia de mercado.

Nessa mesma época, quando se inicia a campanha do empresariado paulista contra a atuação do Estado, em Minas Gerais, Nansen Araújo, através da revista Vida Industrial, critica o empresariado paulista através de um artigo intitulado “Certo ou errado é o meu país”¹⁵⁰. Segundo Nansen, que era o 1º Vice-presidente da FIEMG “o empresariado de São Paulo vem-se sobressaindo com seu eterno inconformismo diante de muitas medidas econômicas. No entanto, são necessárias para trazer o carro de volta á estrada asfaltada[...]”¹⁵¹. Portanto, podemos perceber que esse trecho mostra como ele, um dos

¹⁴⁹ Idem

¹⁵⁰ Revista Vida Industrial, Agosto de 1977, pg. 3.

¹⁵¹ Idem

principais representantes da FIEMG, não concordava com as críticas feitas ao governo. Ainda, no que se refere ao vice-presidente, o empresariado mineiro:

[...] para que não sejamos considerados omissos ou resignados, chegou o momento de nos agruparmos, sem nos despirmos do velho bom senso, e cerrarmos fileiras numa atitude de expectativa de quem possui uma opinião, para sermos ouvidos e podermos nos manifestar no momento oportuno.¹⁵²

Dessa maneira, a atitude de Nansen, ao criticar os paulistas por serem contra a algumas medidas tomadas pelo governo, como a criação de empresas estatais, que atuariam em setores que poderiam prejudicar o capital privado nacional, e ao mesmo tempo, conclamar o empresariado mineiro para se reunir e emitir uma opinião “sensata” sobre o momento da economia brasileira, revela-nos, e muito, como a FIEMG se posicionou em relação ao governo militar, desde o golpe de 1964. Portanto, de fato, havia o apoio da FIEMG ao governo militar, mas isso não significa que a FIEMG concordava ou concordou com as decisões tomadas pelas equipes econômicas atuantes na época.

Assim, o Estado remodelaria a estrutura atuando como demiurgo, ou seja, com participação direta em setores da economia cujo capital privado não tivesse interesse em atuar. Desse modo, nas áreas de insumos básicos, como os produtos siderúrgicos e suas matérias-primas, os fertilizantes e suas matérias-primas, os defensivos agrícolas e suas matérias-primas, o papel e a suas matérias-primas, o papel e a celulose, as matérias-primas para a indústria farmacêutica, o cimento, o enxofre, e outros minerais não metálicos, no aumento da produção interna de petróleo, expansão da geração de energia elétrica, na expansão da produção de insumos industriais, como aço, petroquímicos, metais não ferrosos; na expansão da infraestrutura, com a Ferrovia do Aço e projetos rodoviários; na expansão do setor de mecânica pesada, para ampliar a produção de máquinas e equipamentos.

Em todas essas áreas tivemos a participação do Estado. Essa é a maior crítica de Eugênio Gudín, que pedia um Estado que criasse mecanismos como incentivos fiscais, empréstimos a juros baixos, que levassem a maior participação de empresas privadas no setor industrial.

Diante disso, por meio das palavras de Velasco,

1) a campanha contra a estatização é desencadeada em fins de 1974; 2) ela é precedida de nítidos sinais de inquietação e de descontentamento nos círculos

¹⁵² Idem

empresariais, que se fazem notar desde antes da posse de Geisel; 3) tendo sido lançada por alguns meios de informação, ela percorre algumas etapas: na primeira, a ofensiva é assumida exclusivamente por esses mesmos órgãos, que se apoiam na autoridade de algumas figuras gradas; na segunda fase, a discussão passa a incorporar entidades empresariais e se estende por outros espaços; o momento seguinte consiste na oficialização do debate[...]¹⁵³

Em suma, nesta seção, podemos perceber, através dos comentários de Nansen, que, em Minas Gerais, cuja participação do Estado sempre foi relevante no desenvolvimento estadual, com o apoio do empresariado, especialmente através da FIEMG, a postura em relação à campanha contra a estatização foi diferente, como será mais bem visto no próximo capítulo.

¹⁵³ CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. **Empresariado e estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)** / Campinas, SP : Editora da Unicamp; São Paulo, 1995, p.64.

3 O EMPRESARIADO E O II PND

Neste capítulo 3, colocaremos algumas manifestações do empresariado brasileiro, enfatizando principalmente a atuação do empresariado mineiro, a partir do discurso da FIEMG, comparando-o com o discurso do empresariado paulista e do empresariado mineiro presente na Associação Comercial de Minas.

3.1- O EMPRESARIADO PAULISTA E O II PND

Em relação ao empresariado, podemos destacar, de maneira geral, que apoiaram a adoção do II PND e tentaram angariar recursos para as suas regiões. Segundo Velasco e Cruz¹⁵⁴, o empresariado nacional, principalmente o paulista, apoiou totalmente todas as diretrizes encaminhadas pelos militares, que estavam conduzindo a economia de acordo com suas expectativas. Mesmo quando algumas políticas de austeridade foram aplicadas, acarretando o aumento da inflação e a desaceleração da economia, o empresariado paulista, como o mineiro, apoiou o aumento da repressão dos militares perante a sociedade até mesmo quando da criação do Ato Institucional-5.

Durante o período do governo Médici, houve uma intensa repressão aos grupos considerados de esquerda, que foram sendo eliminados aos poucos. Como a censura era muito rigorosa aos meios de comunicação, grande parte da população brasileira não tinha conhecimento da luta dos grupos de esquerda. Como as notícias só eram publicadas após passarem por um censor, a imprensa dava prioridade às notícias relacionadas ao milagre brasileiro¹⁵⁵, entre outros fatos que não eram relacionados à política brasileira.

A partir de 1976, começa uma campanha intensa do empresariado paulista contra a estatização da economia brasileira¹⁵⁶. Em 1974, o empresariado do estado se opusera à

¹⁵⁴ VELASCO E CRUZ, S. **Empresariado e Estado na Transição Brasileira**, Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESP, 1995.

¹⁵⁵ ABREU, M.P. **A Ordem do Progresso: cem anos de política republicana - 1889-1989**. Rio, Campus, 1992.

¹⁵⁶ ABREU, M.P. **A Ordem do Progresso: cem anos de política republicana - 1889-1989**. Rio, Campus, 1992.

condução do governo federal sobre a sucessão do governo estadual¹⁵⁷. A grande maioria do empresariado paulista defendia o nome de Delfim Neto, mas o Ministro da Fazenda teve seu nome vetado pelo governo federal. Segundo Velasco e Cruz,

a decisão de bloquear o acesso de Delfim Neto ao governo de São Paulo teve um custo político elevado, tendo sido, provavelmente, um dos condicionantes do fiasco da Arena naquele estado[...]. O veto oficial à candidatura de Delfim Neto foi recebido como uma agressão pelo empresariado paulista, mas curiosamente não o incitou a envolver-se na discussão de temas políticos.¹⁵⁸

Nesse sentido, logo após o anúncio do II PND, a posição do empresariado foi de apoio, no que se refere à expectativa de manutenção do crescimento econômico cuja opção foi bem recebida pelo empresariado nacional. Assim, segundo postulado pela equipe econômica de Geisel,

sem embargo, preferiu-se a opção de preservação do crescimento acelerado, como política básica: para um país que ainda está construindo seu empresariado e sua estrutura industrial, um recuo pode significar violento traumatismo, para a organização empresarial e a viabilização nacional para o desenvolvimento¹⁵⁹.

Entretanto, o empresariado paulista mostrou-se reticente quanto à postulação do II PND de promover a desconcentração industrial. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, através do jornal *Gazeta Mercantil*, em 1975, fez duras críticas em relação à estatização, que estava ocorrendo no Brasil, através do II PND. Diante disso, a partir da análise de Velasco sobre a *Gazeta Mercantil*, percebemos que

o jornal dá ampla cobertura às explicações de membros do governo e publica regularmente opiniões de empresários criticando a campanha. Mas a sua atitude é mais claramente manifestada na ocasião em que a FIESP divulga seu primeiro documento contra a estatização: a *Gazeta Mercantil* publica o texto na íntegra[...]¹⁶⁰

Dessa maneira, os paulistas desejavam manter suas indústrias e atrair outras para sua região. Um dos complicadores para tal seria a concentração em São Paulo da indústria de bens

¹⁵⁷ VELASCO E CRUZ, S. **Empresariado e Estado na Transição Brasileira**, Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESP, 1995.

¹⁵⁸ VELASCO E CRUZ, S. **Empresariado e Estado na Transição Brasileira**, Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESP, 1995.

¹⁵⁹ Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1975-1979, Brasília, setembro de 1974.

¹⁶⁰ VELASCO E CRUZ, S. **Empresariado e Estado na Transição Brasileira**, Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESP, 1995, p.73.

de capital, que também seria valorizada, de acordo com as diretrizes do II PND. Segundo Fonseca e Monteiro,

a descentralização regional dos investimentos não pode ser explicada apenas por determinações políticas(...) ao contrário do crescimento induzido pelo setor de bens duráveis de consumo verificado no período J.K ao “milagre”, que requeria como fatores atrativos de localização mão de obra qualificada e mercado consumidor, portanto o eixo São Paulo-Rio de Janeiro, os novos ramos dependiam, como fatores locais determinantes, de fontes de matérias primas, recursos minerais e hídricos. Estes são por natureza descentralizados, ou seja, disseminados pelo território nacional¹⁶¹.

Outra objeção do empresariado paulista ao II PND era a perspectiva de aumento da participação do Estado em vários setores da economia. Como visto no segundo capítulo, a partir de 1975, o empresariado paulista, representado por suas principais instituições – Federação de Indústrias do Estado de São Paulo e Associação Comercial de São Paulo – emitiram notas criticando o processo de estatização. A partir do segundo semestre de 1976, o discurso do empresariado paulista, além de conter críticas à estatização da economia, também prega a abertura do regime militar.

Desde o início do governo dos militares, nunca os paulistas haviam tocado na questão política. Quando achavam necessário, criticavam as diretrizes econômicas tomadas pelo governo, pedindo reformulações, como na política de austeridade econômica, praticada por Bulhões e Campos com o PAEG¹⁶². Devemos ressaltar que o empresariado paulista não pretendia fazer qualquer tipo de campanha contra o fim do governo militar, mas sim a diminuição de sua interferência na economia¹⁶³.

Desse modo, mesmo prevendo investimentos na indústria de bens de capital, que era concentrada no Estado de São Paulo, o II PND não trouxe os resultados esperados pelo empresariado paulista, devido, principalmente, à desconcentração industrial proposta pelo plano. Temia-se que esta poderia levar ao enfraquecimento econômico de São Paulo em relação aos outros estados, como Minas Gerais, que venceu os paulistas na disputa pela instalação da fábrica da Fiat Automóveis no Brasil¹⁶⁴.

¹⁶¹ FONSECA. Pedro Cezar Dutra. MONTEIRO. Sérgio Marley Modesto. **Instituições e Política Econômica: o II PND**. UFRGS.p.32.

¹⁶² ABREU, M.P. **A Ordem do Progresso: cem anos de política republicana - 1889-1989**. Rio, Campus, 1992.

¹⁶³ VELASCO E CRUZ, S. **Empresariado e Estado na Transição Brasileira**, Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESP, 1995.

¹⁶⁴

Em 1977, quando o governo federal tenta diminuir a demanda interna e estimular o aumento de recursos em dólares no exterior, aliados ao controle dos preços dos produtos industrializados, acentua-se a desconfiança do empresariado em relação aos rumos pretendidos pelo governo. Ademais, quando Geisel diminuiu os participantes do CDE (Conselho de Desenvolvimento Econômico), toda e qualquer política criada na época de curto prazo para tentar solucionar algum problema econômico, seria feito sem a troca de ideias e informações entre o empresariado e o governo, algo que incomodava principalmente os paulistas¹⁶⁵. Desse modo, a burocracia estatal ficou como a única responsável pelos projetos econômicos, levando o empresariado paulista a ser contra o processo de estatização da economia brasileira.

Desse modo, percebemos que o empresariado paulista, quando da criação do II PND, recebeu, num primeiro momento, com entusiasmo o plano econômico, preconizador de investimentos em vários setores da economia, principalmente o industrial. No mesmo momento, contudo, revelara insatisfação com a sucessão política estadual. Como já visto, viam como melhor nome para assumir o estado de São Paulo, Delfim Neto, um dos responsáveis pelo “milagre brasileiro”. Entretanto, os militares não concordaram com a indicação pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional) de Delfim¹⁶⁶.

Mesmo contrariado, o empresariado paulista continuou apoiando o governo militar. Todavia, quando o governo começou a colocar em prática um dos seus objetivos, que era a desconcentração industrial, inicia-se, de fato, uma campanha do empresariado contra o governo.

Outro fato que também influenciou o fim do apoio ao governo foi quando Geisel cortou a participação do empresariado na CDE, limitando a participação nas decisões econômicas do país, iniciando, assim, uma intensa campanha pelo fim da interferência do Estado na economia e pela volta da democratização. Em vista disso, entendemos que o empresariado paulista para poder participar novamente das decisões econômicas feitas pelo governo, participou da campanha contra a estatização da economia e novamente reforçamos, com um discurso pedindo também a volta da democracia.

Portanto, após analisarmos como o empresariado paulista se comportou perante o II PND, consideremos, no próximo tópico, como a Associação Comercial de Minas Gerais reagiu às diretrizes do II PND.

¹⁶⁵ VELASCO E CRUZ, S. **Empresariado e Estado na Transição Brasileira**, Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESP, 1995.

¹⁶⁶ VELASCO E CRUZ, S. **Empresariado e Estado na Transição Brasileira**, Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESP, 1995.

3.2 A ACM: UM BREVE HISTÓRICO

A Associação Comercial de Minas Gerais foi criada em 1901 por empresários da Cidade de Minas, nova capital do estado de Minas Gerais¹⁶⁷. Segundo Costa¹⁶⁸, o objetivo dos empresários era “criar uma entidade capaz de representar os interesses econômicos, sociais e políticos daquela classe” na nova capital do estado. Durante seus primeiros anos, a ACMG “afirmou-se como legítima representante dos empresários de Minas, nos mais variados setores da economia”¹⁶⁹. Um dos maiores desafios da ACM seria tentar promover uma união entre o empresariado de Belo Horizonte, evitando a qualquer custo, a cisão entre os diferentes setores da economia para que não houvesse o enfraquecimento da classe. Dessa maneira, segundo Costa,

analisando a já citada diversidade de áreas de atuação entre os empresários filiados a AC Minas, destacada anteriormente, juntamente com a análise acima e as observações sobre os mais de cem anos de atuação da entidade, chegando inclusive aos dias de hoje, podemos notar que a consolidação desta marca de diversidade na economia da capital pode ter contribuído para a formação de uma entidade de caráter multissetorial tal qual a AC Minas sempre fez questão de ser. Esta característica, especificamente, constitui um dos pontos fortes desta casa que sempre, na sua história, procurou agregar os diversos setores do empresariado mineiro, defendendo ideais de classe acima de ideais fragmentados de um grupo específico de empresários.¹⁷⁰

Minas Gerais e o restante dos estados brasileiros na época da criação da ACM passavam por uma crise econômica no setor agrícola, relacionado diretamente com os baixos índices de exportação do setor cafeeiro. Além disso, a política econômica, criada por Rui

¹⁶⁷COSTA. Janaína França. **A associação comercial de minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de abertura política e redemocratização durante os anos de 1974 a 1988.**(Mestrado). UFFJF. 2009.

¹⁶⁸Ibidem.

¹⁶⁹ Ibidem.

¹⁷⁰COSTA. Janaína França. **A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MINAS E A DEMOCRACIA NO BRASIL: A ATUAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS NO PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA E REDEMOCRATIZAÇÃO DURANTE OS ANOS DE 1974 A 1988.**(Mestrado). UFFJF. 2009.p.40

Barbosa, conhecida como “política do encilhamento”, levou ao aumento da inflação, agravando a crise já então instalada¹⁷¹. Desse modo, o governo mineiro promoveu, em 1903, o Primeiro Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais, com intuito de debater a crise econômica. Esse evento reforçou “o processo de organização dos diversos setores econômicos em entidades de classe”.¹⁷²

Dulci salienta que “a reunião tinha como finalidade analisar a situação da crise[...] e definir os caminhos para a restauração econômica do estado”¹⁷³. Vários debates sobre os mais diversos setores da economia mineira foram realizados, como da agricultura, café, indústria, mineração, comércio, viação férrea e estradas, bancária, pecuária, entre outros. O congresso teve boa repercussão em todo país, levando o empresariado mineiro a ganhar mais espaço no cenário federal. Um dos principais pontos elucidados pelo congresso foi à necessidade da diversificação econômica em Minas Gerais, porém a agricultura deveria continuar sendo o “carro-chefe” da economia mineira, pois “era o setor primário que apresentava maior capacidade de gerar empregos e atender às necessidades básicas da população”.¹⁷⁴

Com o aumento do número de entidades de classes em Minas Gerais, através da realização do Congresso de 1903, a ACM ganhou novos integrantes, conseguindo “afirmar-se como legítima representante dos empresários de Minas, nos mais variados setores da economia, além de ser uma parceira do governo no controle da crise e na tentativa de minimizar seus efeitos sobre a economia do estado.”¹⁷⁵ Em inúmeras vezes, era consultada pelo governo federal sobre a situação da economia mineira.¹⁷⁶ Nas décadas seguintes, a ACM “além de manter seu foco na defesa dos interesses dos empresários locais”¹⁷⁷, também levou seu foco para, além do setor primário, a industrialização.

¹⁷¹ PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **História de Juiz de Fora. da Vanguarda de Minas Gerais à “industrialização periférica”**. (Doutorado). Campinas. IE/UEC, 2006.

¹⁷² FARIA, Maria Auxiliadora de; PEREIRA, Ligia Maria Leite. **Associação Comercial de Minas: uma história de pioneirismo e desenvolvimento 1901 – 2001**. 2001, p. 23

¹⁷³ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p.44.

¹⁷⁴ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p.46.

¹⁷⁵ COSTA, Janaína França. **A associação comercial de minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de abertura política e redemocratização durante os anos de 1974 a 1988**. (Mestrado). UFFJF, p.20.

¹⁷⁶ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

¹⁷⁷ COSTA, Janaína França. **A associação comercial de minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de abertura política e redemocratização durante os anos de 1974 a 1988**. (Mestrado). UFFJF, p.20.

Mantendo a tradição de ser um local de debates entre o empresariado dos mais diversos setores, a ACM, a partir da década de 1930, passou a colocar a industrialização como ponto importante para o desenvolvimento mineiro.¹⁷⁸ Assim, de acordo com Costa,

a AC Minas fez-se presente nas decisões e discussões sobre a economia, a política e a sociedade mineira. Tornou-se referência, buscando a cada momento representar não apenas os interesses das classes produtivas, mas também os interesses da “sociedade” mineira que ela defendia. Temas como a regionalização da economia, tida como centralizada em São Paulo, a defesa de Minas Gerais contra a espoliação de suas reservas naturais sem a devida restituição financeira e a campanha do petróleo foram abraçados em discussões da diretoria executiva, como consta nas atas das reuniões.¹⁷⁹

Nesse contexto, na década de 1930, temos a criação da FIEMG por meio da atuação de empresários ligados ao ramo metalúrgico¹⁸⁰. Grande parte dos empresários, que pertenciam a ACM, também se vinculou a FIEMG, participando das duas principais instituições que reuniam os empresários mineiros. A história da ACM é mais caracterizada por ser um local de debates sobre política econômica. Possuía muita mais autonomia do que a FIEMG, caracterizando-se por ser uma entidade civil¹⁸¹, e a Federação das Indústrias um órgão sindical. Entretanto, as duas entidades tinham o mesmo objetivo, o desenvolvimento econômico de Minas Gerais¹⁸². Para Dulci,

esse formato produziu consequências relevantes do ponto de vista estratégico. As duas entidades mencionadas, que são as mais influentes da burguesia mineira, passaram a atuar de forma distinta mas complementar. A FIEMG, orientando-se predominantemente para dentro da classe, organizando o setor industrial e preparando-o para os conflitos com outros setores (por exemplo, com o sindicalismo operário). A Associação Comercial, por seu turno, funcionando mais abertamente, como fórum de debates e deliberações sobre política econômica, como grupo de pressão sobre os poderes públicos e como centro de elaboração e divulgação do que se poderia chamar de projeto político empresarial. A complementaridade foi

¹⁷⁸ FARIA, Maria Auxiliadora de; PEREIRA, Ligia Maria Leite. **Associação Comercial de Minas: uma história de pioneirismo e desenvolvimento**

¹⁷⁹ COSTA, Janaína França. **A associação comercial de minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de abertura política e redemocratização durante os anos de 1974 a 1988.** (Mestrado). UFFJF. 2009, p. 21-22.

¹⁸⁰ DELGADO, Ignacio Godinho. **Estado e empresariado no Brasil.** In: DELGADO, Ignacio Godinho. **A Estratégia de um Revés: Estado e associações empresariais em Minas.** Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1997.

¹⁸¹ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

¹⁸² DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

facilitada pela dupla filiação dos dirigentes da indústria, que geralmente pertenciam também a ACM.¹⁸³

Por conseguinte, conforme salienta Delgado, “embora palmilhada de tensões reveladoras de uma disputa pela liderança do empresariado no estado”¹⁸⁴, havia uma boa relação entre a ACM e FIEMG. Vários presidentes da ACM, como Lauro Vidal, Paulo Gontijo, José de Campos Continentino e Alberto Brochado, também tinham cargos importantes na FIEMG.¹⁸⁵ Juntas, organizaram encontros para debater a situação econômica mineira. Em relação às suas diferenças, mais especificamente no governo Kubitschek, Delgado afirma que

a Associação Comercial, talvez por não estar enquadrada no formato corporativo, não sofreu soluções de continuidade em relação a seu grupo dirigente histórico. Embora apoiasse a política de “energia e transportes” de Kubitschek, não chegou a sofrer tutela do governo estadual, tal como ocorreu na FIEMG sob a gestão de Lunardi. Não obstante, as duas entidades atuaram de maneira bastante articulada, seja pela interpenetração de seus quadros dirigentes, seja em face de compartilharem de uma expectativa comum quanto ao desenvolvimento de Minas e à ordem política brasileira no período, seja, ainda, pela criação de canais para uniformização de sua atuação.¹⁸⁶

3.2.1 A ACM, a ditadura militar e o II PND

Na década de 1960, em meio à crise econômica por qual passava o Brasil¹⁸⁷, o governo tentava criar mecanismos para controlar a inflação e acelerar o crescimento industrial, a ACM mostrou-se preocupada com tal fato e com as diversas manifestações populares que estavam acontecendo, que poderiam levar o Brasil ao comunismo. Desse modo, de acordo com Costa,

¹⁸³ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 174-175.

¹⁸⁴ DELGADO, Ignacio Godinho. Estado e empresariado no Brasil. In: DELGADO, Ignacio Godinho. *A Estratégia de uma Revés: Estado e associações empresariais em Minas*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1997, p.65.

¹⁸⁵ DELGADO, Ignacio Godinho. Estado e empresariado no Brasil. In: DELGADO, Ignacio Godinho. *A Estratégia de uma Revés: Estado e associações empresariais em Minas*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1997.

¹⁸⁶ DELGADO, Ignacio Godinho. Estado e empresariado no Brasil. In: DELGADO, Ignacio Godinho. *A Estratégia de uma Revés: Estado e associações empresariais em Minas*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1997, p.66.

¹⁸⁷ ABREU, M.P. *A Ordem do Progresso: cem anos de política republicana - 1889-1989*. Rio, Campus, 1992.

podemos notar o grau de descontentamento dos empresários com os rumos que o país estava tomando, tanto na esfera social quanto na economia. O medo de um golpe de estado que alinhasse o Brasil aos comunistas era presente e considerado possibilidade plausível, caso o país continuasse seguindo os caminhos que estavam sendo traçados pelo então presidente João Goulart. Seguiram-se a esta muitas outras manifestações assinadas pela ACM Minas, revelando a preocupação da classe empresarial quanto aos rumos políticos e econômicos que o Brasil iria tomar. As declarações se tornaram cada vez mais frequentes em fins de 1963 e nos meses que antecedem o golpe, e eram assinadas conjuntamente com outras entidades de classe. Destacavam o “enfraquecimento do princípio de autoridade” associado à crise econômica que se delineava e as propostas das reformas de base que eram consideradas “demagógicas e possível instrumento de subversão e tumulto”¹⁸⁸.

Na conjuntura internacional da época, de Guerra Fria, associada à percepção presente nos setores empresariais de que no Brasil o governo João Goulart sofria influência dos comunistas, percepção reforçada pela política de reformas de base e por não conseguir ter êxito em solucionar nossos problemas econômicos, a ACM optou por apoiar o golpe dado em 1964. Entretanto, segundo Costa, “o apoio ao golpe, ou revolução, ainda que considerado como última saída para a crise foi explícito, mas não unânime.” A ACM, de acordo com Costa, “afirmava acreditar na realização das reformas estruturais de caráter social, político e econômico que a revolução pregava ao afastar o que consideravam um governo corrupto e subversivo”¹⁸⁹.

Quando os militares assumiram o poder, o empresariado nacional tinha a esperança que eles promovessem reformas em vários âmbitos, como político, econômico e social, para que o Brasil, de fato, tivesse um crescimento contínuo. Quando o governo de Castelo Branco lançou seu primeiro programa econômico¹⁹⁰, o PAEG (Plano Ação Econômica do Governo), que tinha como principal objetivo o combate à inflação, os mecanismos propostos pelo governo não agradaram o empresariado, sendo consideradas recessivas e perigosas, pois “fortaleciam a empresa estrangeira em detrimento da empresa nacional”¹⁹¹.

Para a autora, a ACM apoiou os militares no poder, não deixando de criticar alguns pontos da economia que deveriam melhorar. Ela ainda relata uma carta enviada pela ACM

¹⁸⁸COSTA. Janaína França. **A associação comercial de minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de abertura política e redemocratização durante os anos de 1974 a 1988.**(Mestrado). UFJF. 2009.p.43

¹⁸⁹COSTA. Janaína França. **A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MINAS E A DEMOCRACIA NO BRASIL: A ATUAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS NO PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA E REDEMOCRATIZAÇÃO DURANTE OS ANOS DE 1974 A 1988.**(Mestrado). UFJF. 2009.

¹⁹⁰MANTEGA, G. **A Economia Política Brasileira**, SP/Petrópolis, Polis/Vozes, 1984.

¹⁹¹ COSTA. Janaína França. **A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MINAS E A DEMOCRACIA NO BRASIL: A ATUAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS NO PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA E REDEMOCRATIZAÇÃO DURANTE OS ANOS DE 1974 A 1988.**(Mestrado). UFJF. 2009.

para o governo, em 1965, parabenizando pelos rumos políticos tomados pela nação com os militares no poder, contudo criticando medidas econômicas que estariam levando ao estrangulamento da economia mineira. Reivindicava, assim, ações, uma integração maior de Minas Gerais com outras regiões do Brasil, que levassem ao desenvolvimento de setores potenciais de cada região mineira. Diante disso, salientamos trechos de tal documento:

(...) Com o advento do Governo Revolucionário, os empresários brasileiros viram renascer as suas esperanças de um maior desenvolvimento econômico, pelo que as medidas governamentais colocadas em prática tiveram, de imediato, o aplauso das classes produtoras do país. Compreendiam estas que o combate à desordem monetária estava a exigir de todos os setores da produção nacional grandes sacrifícios, e também entendiam como legítimas conquistas brasileiras a manutenção do desenvolvimento industrial e o deslocamento do centro das decisões econômicas para o interior, já que tanto esta como aquela medida bem indicam ao Brasil, o seu caminho ao lado das Nações livres e democráticas.

Entretanto, em conformidade com as linhas que orientam o pensamento e o programa de ação do Governo Federal, é de ressaltar a gravidade do momento de transição que atravessa o país, onde, a par com os benefícios inerentes àquelas medidas, os efeitos danosos à economia empresarial se fazem frequentes. É que a rigidez do esquema monetário e financeiro em execução tem causado, em determinados rumos da atividade econômica, acentuada queda de produção e retração de negócios, chegando mesmo a obrigar algumas empresas à redução dos seus horários normais de trabalho com o conseqüente desemprego de fatores. Assim, a inquietação social, que forçosamente sobrevirá com o agravamento da atual situação e tendo os desempregados como agentes, poderá ainda colocar em risco os objetivos perseguidos pelo Governo Revolucionário.

Dentro, pois, desta realidade flagrante, evidencia-se que o estado de Minas Gerais está a exigir medidas necessárias à dinamização de suas potencialidades e a sua maior integração nacional, pelo que as considerações em anexo abrangem, em seu todo, não somente a situação atual como os problemas de infraestrutura da economia mineira, os quais, certamente, devem merecer as melhores atenções do Poder Central. Ressalte-se, inclusive, a situação geoeconômica desta Unidade e, principalmente, a sua posição de centro de equilíbrio no cenário político nacional, que tem contribuído decisivamente, desde os primórdios de nossa história, para assegurar a estabilidade das instituições democráticas no Brasil.¹⁹²

Outros documentos foram produzidos pela ACM, endereçados ao governo federal, criticando a situação econômica do Brasil. Desse modo, havia certo receio das classes empresariais que houvesse alguns distúrbios populares por causa da crise econômica, uma vez que o desemprego era uma realidade, levando a insatisfação da ACMG. Com a chegada de Costa e Silva ao poder, houve uma mudança na política econômica brasileira, que pressupunha o desenvolvimento nacional. Dessa maneira, conforme Costa,

¹⁹² MENSAGEM Econômica. **Associação Comercial de Minas**. Belo Horizonte, ano XIII, nº 145, mai. 1965, p. 3 – 4. *apud* FARIA, Maria Auxiliadora de; PEREIRA, Lígia Maria Leite. **Associação Comercial de Minas: uma história de pioneirismo e desenvolvimento 1901 – 2001**. 2001, p. 215.

a AC Minas assumiu a partir daquele momento uma clara posição de apoio ao governo, chegando inclusive a assinar, juntamente com outras entidades empresariais, manifestos nos quais explicitavam seu apoio às novas diretrizes estabelecidas pelo governo. Denunciavam, ainda, sua apreensão com os crescentes levantes sociais e manifestações estudantis e operárias. Novamente a saída escolhida seria fortalecer a autoridade, que deveria por fim à crise e ajudar a concretizar o plano de desenvolvimento que estava começando a ser colocado em prática. Nos anos que se seguiram a AC Minas continuou apoiando o governo em suas medidas de restrição aos direitos civis e políticos da sociedade enquanto desfrutava do período de crescimento econômico proporcionado pelas novas diretrizes econômico-financeiras que durante um período de tempo razoável proporcionaram a realização do “milagre mineiro”, juntamente com o “milagre brasileiro”¹⁹³.

Assim, a ACM apoiou, de fato, o governo militar, pois acreditou que seria capaz de mudar a situação da economia brasileira e mineira. Como assinala Costa, “a partir de 1968 a AC Minas apoiou inclusive as medidas de restrição dos direitos civis e políticos adotadas pelo governo, tendo em vista o crescimento econômico que passou a ser a recompensa social pela perda da liberdade”¹⁹⁴.

Portanto, como aconteceu com a FIEMG, a ACM também apoiou os militares quando a linha dura assumiu o poder, não questionando, por exemplo, a criação do Ato Institucional-5. Para legitimar seu poder perante toda a sociedade, os militares utilizaram o viés econômico, já que, com altas taxas de crescimento, conseguiriam controlar as principais entidades civis. Conforme destaca Santos,

em 1967, quando Castelo Branco é substituído por Costa e Silva, ocorre uma série de mudanças nos objetivos da política econômica do país. O conturbado cenário político brasileiro do final da década de 1960 e início de 1970, em que o governo militar era contestado e havia forte pressão de setores populares, serviu de pano de fundo para estas mudanças, demarcando uma inversão nas prioridades do planejamento econômico adotado, para obtenção do que Roberto Campos chamou de “legitimação pela eficácia”. Esta legitimação seria alcançada segundo Campos “pela reversão de uma situação caótica e depois pelo ímpeto reformista e, finalmente, pelo sucesso desenvolvimentista”. Assim, o resultado positivo na economia evitou que grupos sociais, como o empresarial, beneficiado pelo crescimento econômico, se posicionassem contra o regime político durante a maior parte do tempo¹⁹⁵.

¹⁹³COSTA. Janaína França. **A associação comercial de minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de abertura política e redemocratização durante os anos de 1974 a 1988.**(Mestrado). UFJF. 2009.p.47

¹⁹⁴Ibidem.

¹⁹⁵COSTA. Janaína França. **A associação comercial de minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de abertura política e redemocratização durante os anos de 1974 a 1988.**(Mestrado). UFJF. 2009.p.63.

Os militares, em 1967, designaram como Ministro da Fazenda, Delfim Neto, para assumir a condução da política econômica nacional. Delfim, que tinha a missão de controlar a inflação, mas também de promover a aceleração do desenvolvimento da economia brasileira, elaborou vários planos econômicos, como o PED (Plano Estratégico de Desenvolvimento), PND I (Plano Nacional de Desenvolvimento) e PND II¹⁹⁶. A partir da criação do Plano Estratégico de Desenvolvimento, temos o início de medidas que levariam ao “milagre brasileiro”, o qual levou a aceleração da indústria e a diversificação da estrutura produtiva. Desse modo,

a fase inicial do milagre foi marcada por melhor utilização da capacidade produtiva ociosa da indústria nacional que, segundo apontavam os próprios empresários filiados a AC Minas, era crescente desde que a crise havia começado, no início da década de 1960. Naquele contexto, a AC Minas acusou o governo de privilegiar investidores internacionais em detrimento da classe produtiva nacional, que se sentia sufocada pelas altas taxas tributárias e pela falta de investimento e liberação de crédito no mercado interno. A fase seguinte da aceleração é marcada pela ‘expansão da quantidade e melhoria da qualidade dos fatores de produção, mediante a intensificação dos investimentos em setores prioritários, o aperfeiçoamento dos métodos de produção e o fortalecimento dos recursos humanos’¹⁹⁷.

Tabela 4-Índices de crescimento dos diversos setores da economia (1968 – 1973)

Setores da Indústria Nacional	Índice de crescimento no Período (ao ano)
• Indústria de Transformação geral	13,3%
• Indústria de Transformação gênero	17,1%
Mecânica;	21,2%
Transportes;	15,8%
Material elétrico e de comunicações.	
Indústria de Construção	15%
Setor Terciário	11,1%
Setor de Bens de Capital	18,1%

¹⁹⁶ ABREU, M.P. *A Ordem do Progresso: cem anos de política republicana - 1889-1989*. Rio, Campus, 1992.

¹⁹⁷ COSTA, Janaína França. *A associação comercial de minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de abertura política e redemocratização durante os anos de 1974 a 1988*. (Mestrado). UFJF. 2009,p.40.

Setor de Bens Intermediários	13,5%
Setor de Bens de Consumo Duráveis	23,6%

Fonte: Lago, 1990. Apud COSTA. Janaína França. **A associação comercial de minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de abertura política e redemocratização durante os anos de 1974 a 1988.**(Mestrado). UFFJ. 2009. p. 43.

O modelo econômico aplicado a partir de 1968 até 1973, como mostra a tabela 4, gerou um rápido crescimento econômico, levando o Brasil ao patamar de oitava economia mundial¹⁹⁸. Todos os meios de comunicação propagavam a existência do “milagre brasileiro”, recebido com grande euforia pelo empresariado brasileiro e estrangeiro. Como as demais entidades empresariais civis do Brasil, ACM ficou entusiasmada com os resultados da nova política econômica do governo.

A classe média brasileira foi muito beneficiada com o “milagre brasileiro”, devido a grande disponibilidade de empregos com a vinda de inúmeras multinacionais, como ocorreu em Minas Gerais, levando ao aumento do seu padrão de consumo em níveis até o momento desconhecidos, por causa da expansão do crédito ao consumidor¹⁹⁹. Esse modelo econômico, aplicado pelo Ministro Delfim Neto, representou uma das mais expressivas intervenções estatais durante toda história do Brasil, cujo governo controlava tudo com mãos de ferro.

Entretanto, as altas taxas de crescimento não foram mantidas por muito tempo, uma vez que

o governo, com sua política de crédito indiscriminada, bem como o tipo de investimento realizado pelos empresários brasileiros, ocasionaram duas distorções importantes e significativas para a configuração da crise econômica que abateu o Brasil posteriormente. Primeiro, cabe informar que, apesar dos amplos recursos disponíveis para os empresários, houve pouco investimento em pesquisa e na criação de independência nacional na produção de bens de capital, principalmente no que se refere à tecnologia. Após a indústria nacional alcançar cerca de 100% de sua capacidade, em 1973, começa a haver queda no percentual de nacionalidade dos equipamentos industriais. A demanda por importações cresceu novamente, pressionando a balança comercial, que deveria apresentar um crescimento nas exportações e/ou o endividamento externo crescente²⁰⁰.

Somado a isso, o “milagre brasileiro” não teve como resultado benefícios para toda população, levando ao aumento da concentração de renda, ao endividamento externo e a um

¹⁹⁸ABREU, M.P.(Org)**A Ordem do Progresso: cem anos de política republicana - 1889-1989**. Rio, Campus, 1992.

¹⁹⁹Ibidem..

²⁰⁰ COSTA. Janaína França. **A associação comercial de minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de abertura política e redemocratização durante os anos de 1974 a 1988.**(Mestrado). UFFJF. 2009.

déficit econômico. O modelo econômico adotado sofreu maiores prejuízos quando ocorre a crise do petróleo em 1973. Todavia, o momento do mercado internacional foi encarado de forma diferente pelos militares. Para eles, a crise seria passageira, “optando por manter taxas de crescimento e investindo na substituição de importações como meios de combater as novas contingências que surgiam”²⁰¹

Como as demais instituições empresariais do Brasil, a ACM recebeu com grande entusiasmo a criação do II PND, principalmente por ter como um de seus objetivos a desconcentração industrial brasileira, algo tão desejado pelos mineiros. Podemos citar como um dos exemplos da desconcentração industrial, criada com o II PND, a implementação da FIAT Automóveis em Minas Gerais, também desejada por São Paulo, detentora de uma excelente base industrial de autopeças.

Segundo Costa, o presidente da AC Minas, José Romualdo Cançado Bahia, declarou, em 1975, que

Minas não está buscando proveito só para si mesma, mas para todo o Brasil, dentro da filosofia que orienta a ação do Governador Aureliano Chaves, que não se perde em reivindicações de simples sentido regional, porque lhes dá a amplitude maior do interesse nacional.²⁰²

Assim, os investimentos estavam chegando a Minas Gerais, levando ao apoio da ACM, ao plano econômico criado pela equipe econômica de Geisel. Também houve uma intensa campanha para a instalação da Açominas, “como parte do projeto que previa que Minas Gerais deixasse de ser o fornecedor de matérias-primas para outros estados e pudesse assumir sua vocação natural de polo siderúrgico nacional”²⁰³. Podemos apontar através da análise de Diniz, inúmeros fatores que contribuiriam para que Minas Gerais fosse o local de instalação da Açominas:

(...) existência de recursos naturais; disponibilidade de infraestrutura econômica (energia, transportes e comunicações); a existência da indústria básica (metalurgia e cimento) como atração para a instalação de novas indústrias básicas; a indústria básica e a mineração como atração para a indústria de bens de capital; a posição

²⁰¹Ibidem.

²⁰² Apud COSTA. Janaína França. **A associação comercial de minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de abertura política e redemocratização durante os anos de 1974 a 1988.**(Mestrado). UFFJF. 2009. FARIA, Maria Auxiliadora de; PEREIRA, Ligia Maria Leite. **Associação Comercial de Minas: uma história de pioneirismo e desenvolvimento 1901 – 2001.** 2001, p. 247.

²⁰³ COSTA. Janaína França. **A associação comercial de minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de abertura política e redemocratização durante os anos de 1974 a 1988.**(Mestrado). UFFJF. 2009.

geográfica do estado; o aparato institucional de apoio à industrialização; os incentivos fiscais como mecanismos de retorno dos investimentos e de aumento da taxa de lucros; novas regiões privilegiadas: o norte de Minas com os incentivos da Sudene e a região sul de Minas como área para a desconcentração de São Paulo; a capacidade de negociação dos mineiros.²⁰⁴

Assim, Costa afirma que

pode-se dizer que os aspectos citados acima, juntamente com a disponibilidade de recursos financeiros direcionados para o crescimento econômico foi aproveitada pelos empresários mineiros e ajudaram a criar no estado crescimento econômico que ultrapassou o limite cronológico que demarca o período de milagre econômico brasileiro, levando o milagre mineiro além de 1974²⁰⁵.

Vale ressaltar um último ponto sobre a ACM. Quando se iniciou a campanha contra a estatização da economia, a Associação Comercial de Minas foi crítica também da intensa penetração de várias empresas estatais em setores em que atuava o capital privado nacional, que não conseguiria competir contra as empresas do governo. Quando o Estado não é mais considerado como potencializador do crescimento econômico, é encarado pelo empresariado com um obstáculo ao desenvolvimento. Dessa maneira, de acordo com Faria e Pereira, as entidades empresariais em Minas Gerais

(...) começaram a dar sinais de preocupação com as dificuldades impostas pela política econômico-financeira do Governo Federal por volta de 1977, quando os efeitos sobre a economia regional já se faziam sentir. Simultaneamente, passaram a reivindicar a ampliação da representação empresarial nos órgãos colegiados do Governo Federal, atribuindo o insucesso de algumas políticas oficiais na área econômica ao sistema fechado de decisões, e a pronunciar-se contra a estatização, questão que, por sinal, havia algum tempo vinha sendo discutida na AC Minas.²⁰⁶

Desse modo, Costa²⁰⁷ defende a ACM como um órgão que era um “centro formulador e irradiador de ação política” (p. 66). Portanto, sua função era “lutar” pelos interesses do empresariado mineiro no âmbito estadual e federal. Assim, fez quando

²⁰⁴Apud COSTA. Janaína França. **A associação comercial de minas ea democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de abertura política e redemocratização durante os anos de 1974 a 1988** (Mestrado). UFJF.2009 DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. 1978, p. 164 – 165.

²⁰⁵Ibidem

²⁰⁶ FARIA, Maria Auxiliadora de; PEREIRA, Ligia Maria Leite. **Associação Comercial de Minas: uma história de pioneirismo e desenvolvimento 1901 – 2001**. 2001, p. 259.

²⁰⁷COSTA. Janaína França. **A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MINAS E A DEMOCRACIA NO BRASIL: A ATUAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS NO PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA E REDEMOCRATIZAÇÃO DURANTE OS ANOS DE 1974 A 1988**.(Mestrado). UFFJF. 2009.

o governo Geisel passou a operar mudanças na economia sem consultar as classes empresariais, esvaziando os Conselhos Técnicos - espaço privilegiado de incorporação das elites e suas demandas – os empresários preocuparam-se ainda mais. Ainda que sem romper completamente com o regime, como pontuado, o empresariado assumiu postura mais crítica com relação à ditadura, na busca pela volta à democracia²⁰⁸.

Diante dos expostos, analisamos que a ACM agiu praticamente da mesma forma que o empresariado paulista em relação ao II PND: corroborou com a criação do plano, mas quando os resultados prometidos não foram alcançados, não tardou em criticar o governo pela sua intensa interferência na economia, aderindo à campanha contra a estatização e também pedindo a abertura do regime com a volta da democracia, vista como meio ideal para os empresários voltarem a ter participação direta nos assuntos relacionados à economia brasileira e quais rumos seguir.

A partir disso, no próximo tópico, analisaremos o comportamento da FIEMG diante da criação do II PND e sua posição perante a campanha contra a estatização da economia.

3.3 A FIEMG: BREVE HISTÓRICO

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais foi criada em 1933 por Américo Renê Gianetti, Alvimar Carneiro de Rezende e Euvaldo Lodi. O primeiro presidente da FIEMG foi José Carlos de Moraes Sarmento, natural de Juiz de Fora. Segundo Gontijo e Nunes,

sua experiência anterior como Presidente da Associação Comercial de Juiz de Fora, do Centro Industrial da mesma cidade e como Presidente dos Congressos das Classes Conservadoras de 1928 e 1929, levaram-no a sugerir como alternativa a adaptação dos estatutos do Centro Industria²⁰⁹.

²⁰⁸COSTA, Janaína França. **A associação comercial de minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de abertura política e redemocratização durante os anos de 1974 a 1988.**(Mestrado). UFJF. 2009.p.66

²⁰⁹ GONTIJO, Moema Moreira; NUNES, Cristina Pereira. **FIEMG: uma trajetória em defesa do desenvolvimento industrial de Minas.**Cícero, Belo Horizonte, v.2, n.9, p.24-29, jan./fev./mar. 2001.

Mesmo o primeiro presidente tendo sido um juiz-forano, os sindicatos da cidade de Juiz de Fora, somente filiaram-se a FIEMG em 1954, devido à campanha contra o decreto de aumento do salário mínimo estabelecido por Getúlio Vargas²¹⁰.

O segundo presidente da FIEMG foi Alvimar Carneiro de Rezende, ficando no poder por seis anos, período pelo qual o grupo Carneiro de Rezende, um dos principais grupos industriais de Minas Gerais na época, foi o responsável por todas as despesas da FIEMG antes da criação do imposto sindical. Américo Renê Giannetti, que assumiu a secretaria de Agricultura, Comércio, Indústria e Trabalho do Governo Milton Campos (1947-1950), foi um dos principais presidentes da FIEMG. Novamente recorrendo a Gontijo e Nunes, que salientaram que Gianetti

influiu nas principais decisões de política econômica e social do Governo Getúlio Vargas, antes e durante o Estado Novo (1937-1945). Foi um dos idealizadores do SENAI (fundado em 1942) e do SESI (1946), e membro do Conselho Federal de Economia. Implantou a Elquisa, Fábrica de Alumínio de Saramenha durante a II Guerra. Durante sua gestão, foram construídas as Escolas do SENAI em Belo Horizonte, Juiz de Fora, Sabará e Nova Lima. Trabalhou incansavelmente para estruturar a Federação de acordo com a legislação sindical, ajudando a fundar diversos sindicatos patronais. Presidindo a FIEMG durante todo o período da II Guerra Mundial (1939-1945), empenhou-se pela solução do maior problema da indústria mineira naquela conjuntura: a distribuição de matérias primas racionadas, e sua circulação dentro do estado, em meio a uma grave crise dos transportes²¹¹.

Newton Antônio da Silva Pereira assumiu a presidência da FIEMG, em 1947, após a saída de Gianetti. Foi o responsável pela criação da revista *Vida Industrial* e do Centro das Indústrias do Estado de Minas Gerais (CIEMG). Hamleto Magnavacca, empresário do setor sidero-metalúrgico, assumiu a presidência da FIEMG, em 1952, sendo o responsável pela criação do Departamento de Produtividade, que tinha como objetivo o aprimoramento técnico do empresariado mineiro.

Delgado (1997) ressalta que, a partir da criação da FIEMG, na década de 1930, a entidade passa a ter um grande papel em representar o empresariado mineiro, principalmente àqueles ligados ao ramo metalúrgico, “carro-chefe” da economia mineira. Porém, a partir da década de 1950, a FIEMG perde sua representatividade perante o setor político e no plano

²¹⁰DELGADO, Ignacio Godinho. **Estado e empresariado no Brasil**. In: DELGADO, Ignacio Godinho. **A Estratégia de uma Revés: Estado e associações empresariais em Minas**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1997.

²¹¹ GONTIJO, Moema Moreira; NUNES, Cristina Pereira. **FIEMG: uma trajetória em defesa do desenvolvimento industrial de Minas**. Cícero, Belo Horizonte, v.2, n.9, p.24-29, jan./fev./mar. 2001.p.24-25.

econômico, pois, desde o momento que Minas perde o complexo siderúrgico para Volta Redonda, a FIEMG passa a ser comandada por pequenos setores da indústria perdendo força política e econômica regional e nacionalmente. Aceitando de forma direta a intervenção estatal dentro da instituição, os empresários passam a se arranjar dentro da ACM (Associação Comercial Mineira) ou através de Centros Industriais, buscando alternativas para a sua situação²¹².

Lidio Lunardi, representante do sindicato de Mármore e Granito, foi eleito presidente da FIEMG em 1954. Na época, foi um dos responsáveis, juntamente com o presidente Juscelino Kubitschek, pela vinda de empresários japoneses que se uniram ao governo de Minas Gerais na criação da USIMINAS. Por sua ligação com J.K., foi afastado no poder em 1960 pela UDN, após a vitória de Jânio Quadros para a presidência do Brasil. De fato, quando Lunardi assume a presidência da FIEMG, através da união de pequenos sindicatos, não temos mais dentro da principal instituição industrial, que reunia a grande maioria dos principais empresários mineiros, diretores ligados ao setor metalúrgico, os grandes responsáveis pelo surgimento da FIEMG.

Para tanto, segundo Delgado,

a FIEMG passa a representar, pois, uma expressão típica do peleguismo dourado. Numa entidade empresarial, dirigida por grupos cujos interesses econômicos são de pequena relevância, num quadro em que a existência do imposto sindical desobriga a sua direção de criar junto à classe a “disposição para pagar”, os líderes da entidade são potencialmente mais sensíveis aos pequenos favores do Estado, mas seu objetivo é, principalmente, garantir condições favoráveis à sua expansão, enquanto que o pelego dourado faz da carreira na vida sindical e das boas relações com os governos constituídos uma finalidade em si mesma, com o fito de galgar posições, para além do desempenho de seus negócios²¹³.

3.3.1A FIEMG, ditadura militar e o II PND

²¹²DELGADO, Ignacio Godinho. **Estado e empresariado no Brasil**. In: DELGADO, Ignacio Godinho. **A Estratégia de uma Revés: Estado e associações empresariais em Minas**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1997.

²¹³DELGADO, Ignacio Godinho. **Estado e empresariado no Brasil**. In: DELGADO, Ignacio Godinho. **A Estratégia de uma Revés: Estado e associações empresariais em Minas**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1997.p.64.

No início da ditadura militar (1964-1985,) no Brasil, a FIEMG era comandada por Fábio de Araújo Motta, que ficou na presidência de 1960 até sua morte, em 1983. Desse modo, para Gontijo e Nunes, o presidente da FIEMG

nos primeiros anos de governo militar, contestou com veemência a política econômica do Ministro Roberto Campos, que, para reduzir a inflação, comprimiu o crédito interno, atingindo as pequenas e médias empresas industriais de Minas e de todo o país. Após a edição do AI-5, em 1968, a *FIEMG* mudou sua estratégia, aliando-se aos militares e convidando alguns deles para integrar os quadros funcionais das entidades do Sistema. Esse alinhamento favoreceu o atendimento de inúmeras reivindicações da indústria, e garantiu investimentos importantes para Minas Gerais²¹⁴.

Muitos grupos empresariais, que têm contatos com políticos, como a FIEMG, por exemplo, esperavam janelas de oportunidades para que seus projetos fossem contemplados. Como visto no capítulo 2, o conceito de janela de oportunidade foi formulado por Kingdon²¹⁵, para identificar os momentos em que os defensores de determinadas políticas conseguem colocá-las na agenda. Basicamente, uma janela se abre por causa de uma mudança no fluxo político (mudança de administração, mudança de partido ou ideologia ou mudança no humor nacional) ou se abre por causa de um problema que requer atenção dos titulares e burocratas do governo.

Com o endurecimento da ditadura militar, a FIEMG buscou outras maneiras de conseguir alcançar seus objetivos, aliou-se aos militares, tendo vários projetos contemplados, inclusive durante a época da criação do II PND. Grande parte do empresariado mineiro aspirava investimentos que levassem a expansão do parque industrial e, principalmente, uma maior quantidade de recursos que pudessem potencializar os vários setores, tanto na área industrial quanto na agrícola. Enquanto os militares viam na industrialização do Brasil um meio para legitimar seu poder perante a sociedade. A janela de oportunidade, encontrada pela direção da FIEMG, foi trazer alguns militares para integrarem os quadros da direção do Sistema FIEMG, levando a contemplação de alguns dos seus projetos por parte dos militares, por terem apoiado, em um momento, em que várias entidades civis estavam contestando os militares no poder.

²¹⁴ GONTIJO, Moema Moreira; NUNES, Cristina Pereira. **FIEMG: uma trajetória em defesa do desenvolvimento industrial de Minas**. Cícero, Belo Horizonte, v.2, n.9, p.24-29, jan./fev./mar. 2001.p.24.

²¹⁵ KINGDON, J. **Agendas, Alternatives and Public Policies**. New York: Addison-Wesley Educational Publishers inc., 1995.

Nelson Cunha, que pertencia ao Conselho Econômico da Federação das Indústrias de Minas, assinou um artigo na Revista Vida Industrial, em 1975, acerca da participação do capital estrangeiro na economia brasileira. Cunha (1975), em seu artigo, deixa bem clara a importância da participação do capital estrangeiro, mas enfatiza que é preciso criar mecanismos para mantê-lo sob controle, uma vez que

“difícilmente, qualquer país, por maior que sejam seus recursos, naturais, poderá alcançar sua maturidade, nem independência econômica, enquanto uma parcela substancial de suas atividades econômicas permanecerem em poder de empresas estrangeiras”.²¹⁶

Com base nisso, Cunha acreditava na necessidade de se criar mecanismos para controlar a entrada do capital estrangeiro para que o Brasil desenvolvesse uma economia totalmente eficiente, em condições de competir com o capital estrangeiro.

Ao mesmo tempo em que pedia um controle maior sobre o capital estrangeiro, a FIEMG, através de vários artigos na Revista Vida Industrial, pedia a descentralização industrial (reivindicação que pautará vários artigos na Revista Vida Industrial, a partir dos meados da década de 1970 e início da década de 1980), ou seja, que os investimentos no principal centro econômico do Brasil, São Paulo, fossem diminuídos ou que fossem criadas políticas que facilitassem a ida de indústrias para outros estados brasileiros, como Minas Gerais.

Como a descentralização industrial era uma preocupação fundamental do empresariado mineiro, fora criado um Plano Mineiro de Desenvolvimento Social que tinha como objetivo

o cronograma de industrialização é coerente com as linhas básicas da política federal e visa sobretudo contribuir para que as diretrizes do II PND sejam viabilizadas, na medida em que é seu objetivo cooperar para que os desequilíbrios registrados na economia nacional sejam superados, a partir das correções dos desníveis da própria economia mineira. Essa estratégia só será cumprida através da melhor distribuição espacial dos projetos industriais, visando a interiorização do desenvolvimento, com especial apoio às pequenas e médias empresas.²¹⁷

²¹⁶ Revista Vida Industrial, julho de 1975, p. 15.

²¹⁷Revista Vida Industrial, fevereiro de 1978, p. 11.

A FIEMG encarava a desconcentração industrial, não como um modo de inibir o ritmo de expansão do crescimento industrial de outras regiões, mas sim para corrigir alguns excessos, em especial, a concentração industrial em algumas regiões, como São Paulo, principalmente, e Rio de Janeiro. Segundo estudos feitos pela FIEMG, era necessário que o governo tomasse providências visando à desconcentração industrial, isto é, cumprir o que o II PND preconizava. Para a FIEMG,

em uma estratégia, os incentivos devem ser canalizados para a consecução dos objetivos formulados, procurando sempre, como é natural, equilibrar os custos dos fatores de produção entre as regiões mais e menos desenvolvidas. Não há sentido, destarte, ceder incentivos fiscais a áreas ou regiões onde os custos dos fatores já apresentam posições vantajosas as demais. Seria aumentar e acelerar ainda mais o processo de desníveis e concentração²¹⁸.

Pelos estudos apresentados, São Paulo, em 1960, participava com 55,08% do valor da produção nacional; e, em 1974, no ano de lançamento do II PND, o estado tinha um percentual de participação do valor da produção nacional de 56,70% com uma vasta política de incentivos fiscais. Dessa forma, conforme o estudo apresentado pela FIEMG,

São Paulo, participou com projetos que, em média, representam 64% do total aprovado para o Brasil. Em termos de valor de investimentos, excluído o ano de 1976, considerado a parte, tendo em vista a aprovação neste ano de um elevado volume de recursos para projetos de grande porte de Polo Petroquímico e Polo Siderúrgico, fora da região de São Paulo, a média atingiu o percentual de 44% dos recursos. Acrescente-se ainda que, dos 116 projetos aprovados em 1977 para São Paulo, 46 encontram-se localizados na capital do estado. Se compararmos tal dado com os números obtidos por Rio de Janeiro (25 projetos), Pernambuco (3 projetos), torna-se quase impossível falar em início do processo de desconcentração.²¹⁹

Como a sede das grandes empresas financeiras encontravam-se na cidade de São Paulo, também ali concentravam-se as principais alternativas e linhas de crédito para a indústria. Com isso, além da concentração industrial ser no estado de São Paulo, ali também havia a concentração financeira, prejudicando os outros estados, pois, como não havia grandes fluxos de recursos em suas regiões, os custos financeiros seriam maiores para investir, levando ao impedimento no desenvolvimento dessas regiões pelo alto custo. Assim, a FIEMG

²¹⁸ Revista Vida Industrial, maio de 1978, p. 22.

²¹⁹ Revista Vida Industrial, maio de 1978, p. 22.

conclamava maiores incentivos fiscais para outras regiões, ou um maior aporte financeiro, para que suas regiões se desenvolvessem como as demais²²⁰.

Além da concentração industrial e financeira, que prejudicava o desenvolvimento industrial mineiro, a FIEMG também relatava a necessidade de se ampliar a participação do setor industrial no mercado externo, desenvolvendo também o setor agropecuário e agroindustrial como forma de eliminar a diferença de qualidade de vida das regiões mineiras e a modernização das pequenas e médias empresas do estado. Para tanto, cabe ressaltar os objetivos principais para desenvolver tais setores:

maximizar a taxa de crescimento do setor industrial; gerar emprego industrial direto; diversificar a estrutura industrial, com aparecimento ou fortalecimento de subsetores ainda pouco significativos atualmente; eliminar imperfeições de mercado, contribuindo para a maior eficiência do sistema produtivo industrial; definir uma estratégia de localização industrial, tentando uma política de descentralização ao nível nacional e uma política de consolidação industrial ao nível estadual; promover o desenvolvimento das pequenas e médias empresas industriais²²¹.

Nesse sentido, era primordial para a FIEMG definir quais setores seriam prioritários para receber os investimentos financeiros que levassem ao desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Assim, através da Revista Vida Industrial, a FIEMG criticava que

as constantes mutações no processo de desenvolvimento econômico provocadas por acontecimentos internos e externos, levam incertezas e muita insegurança ao empresário nos seus possíveis investimentos. Reconhecemos que ajustes devem ser feitos nos planos de desenvolvimento a fim de adequá-los às realidades nacionais e internacionais, mas consideramos de fundamental importância a fixação e o prosseguimento das propriedades básicas para que não haja maiores distorções na estratégia e no processo de crescimento.²²²

Em 1977, na “Vida Industrial”, a FIEMG criticava o II PND, pois a desconcentração preconizada pelo plano ainda não havia sido conquistada de forma satisfatória. Primeiramente, assinala-se que não fora definido de forma adequada uma estratégia para a desconcentração, levando aos estados brasileiros, como Minas Gerais, a uma implementação de políticas isoladas para conseguir alcançar esse objetivo. Isso ocorreu, segundo o empresariado mineiro, devido às características do modelo de planejamento nacional para a

²²⁰ Revista Vida Industrial, junho de 1978, p.17.

²²¹ Revista Vida Industrial, março de 1979, p. 13.

²²² Revista Vida Industrial, dezembro de 1978, p. 16.

desconcentração industrial, com instrumentos de política econômica e financeira controladas pelo governo federal.

Desse modo, as políticas econômicas criadas pelos governos estaduais para conseguirem financiamento por parte do Estado, dependiam, e muito, do seu poder de barganha perante o poder central. Com isso, por causa dos grandes grupos industriais instalados, em São Paulo, com grande poderio econômico e prestígio político, os demais estados não conseguiam angariar mais recursos para a sua região, mitigando o propósito da desconcentração industrial proposta no II PND. Desse modo, para ocorrer de fato a tão sonhada desconcentração industrial, a Federação das Indústrias de Minas Gerais apresentava as seguintes propostas:

I) É necessário que a descentralização econômica e a implantação de projetos prioritários sejam aplicadas em regiões que ofereçam condições favoráveis a obtenção de insumos, á diminuição dos desequilíbrios regionais e que atendam aos interesses da economia brasileira. II) É necessária a desconcentração industrial e a implantação de projetos prioritários fora do eixo Rio-São Paulo, pois só dessa forma outras indústrias irão se instalar em regiões anteriormente sem tradição industrial e complementarão a ação daquelas que, pioneiramente, se lançaram à tarefa de participar da interiorização do desenvolvimento. III) É necessário que os critérios de julgamento para efeito de concessão de incentivos do CDI, financiamentos do BNDE e outros estímulos oficiais a projetos industriais, sejam realmente eficazes, e tenham aplicação prática, cumprindo os objetivos prioritários preconizados no II PND. IV) É necessário que a política industrial seja eficaz, objetiva e imparcial, visando à desconcentração das atividades econômicas, distribuição de renda, diminuição dos desníveis regionais, e, impedindo a canalização de benefícios para estados de maior representação econômica, em detrimento dos demais. V) É necessário que sejam mobilizados esforços no sentido da transferência das sedes da Confederação Nacional da Indústria, do Banco Nacional de Desenvolvimento e do Conselho de Desenvolvimento Industrial para Brasília. Tal transferência seria um passo concreto à interiorização do desenvolvimento, e proporcionaria maior entrosamento entre os órgãos de apoio ao setor industrial e os órgãos de decisão, evitando-se distorções no entendimento das normas estabelecidas pelo planejamento federal²²³.

As cinco propostas elencadas pela “Vida Industrial(1977)” mostram a preocupação dos empresários mineiros com os rumos tomados com o II PND. Ainda que algumas indústrias tivessem vindo para Minas Gerais, como a fábrica da FIAT, o empresariado mineiro não estava satisfeito com os investimentos feitos no estado. O empresariado industrial mineiro, desde o primeiro momento, apoiou o governo militar e suas diretrizes. Entretanto, podemos perceber, através das críticas mencionadas, que nem sempre esse apoio era irrestrito. Questionou o andamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento, sem ecoar, totalmente,

²²³Revista Vida Industrial: julho de 1977, p. 10.

contudo, o discurso do grupo que pedia menos interferência do Estado na economia, como ocorreu em São Paulo.

A FIEMG critica, assim, o governo por não investir, de fato, nos setores que havia definido como prioritários com a criação do II PND, como a produção de insumos básicos, siderurgia, minerais não metálicos, bens de capital, metais não ferrosos e agropecuária. Esses setores foram sofrendo alterações, o que muito prejudicial à economia e ao empresariado mineiros, pois os cronogramas estabelecidos não teriam sido seguidos em relação ao investimento que o setor deveria receber, criando incertezas em relação ao futuro desenvolvimento dessas atividades primordiais para o desenvolvimento econômico do Brasil. Desse modo,

torna-se imprescindível uma definição, efetiva e clara, das prioridades básicas do governo e que estas não sejam manipuladas de forma tão sistemática, visando maior segurança ao investidor, ao empresário e ao crescimento econômico e social do País²²⁴.

A partir desse momento, a FIEMG ressalta alguns pontos que deveriam ser seguidos pelo governo para que promovesse a desconcentração industrial. Primeiramente, quando novos projetos fossem criados, deveriam estar alinhados com a política de desconcentração, de forma que a vocação de cada estado ou região fosse respeitada. Em seguida, destacava a importância da expansão do sistema de transporte, principalmente, o ferroviário. Assinalava, também, que os investimentos empregados pelas empresas estatais fossem alocados para estados ou regiões que levem a desconcentração industrial e a geração de recursos e incentivos na formação de novas indústrias de capital nacional privado. Enfatizava, ainda, que incentivos econômicos provenientes dos governos municipais, estaduais e federal deveriam se dirigir para a implementação de distritos industriais em diversas áreas do país. Por último, propõe a definição de projetos que tenham como principal objetivo a desconcentração das atividades econômicas²²⁵.

Devemos ressaltar o empenho da FIEMG pelo desenvolvimento econômico de Minas Gerais, levando a criação de estudos que tinha como objetivo mostrar um norte ou sul para o nosso desenvolvimento, mostrando, também, assim como Minas Gerais, soube criticar o governo militar. A partir da análise da Revista Vida Industrial, criada pela FIEMG, percebemos como o empresariado mineiro estava empenhado em apoiar e promover o desenvolvimento em Minas. Contudo, quando os resultados produzidos pelo II PND não

²²⁴ Revista Vida Industrial, janeiro de 1979, p. 11.

²²⁵ Revista Vida Industrial, janeiro de 1979, p. 17.

surtiram tanto efeito como o esperado, foram feitas duras críticas ao plano, como a permanência da concentração industrial, em São Paulo, e a concentração de recursos em instituições federais.

Como já assinalado no segundo capítulo, as entidades empresariais de São Paulo não foram as únicas a criticar o governo dos militares ao início do governo Geisel. Entretanto, os paulistas criticavam mais intensamente a interferência do Estado na economia, enquanto os mineiros criticavam a falta de recursos disponibilizados para o estado, recursos esses que eram concentrados em São Paulo, segundo a FIEMG. Portanto, afirmamos que o empresariado mineiro, através de sua principal instituição na década de 1970, a FIEMG, procurou se unir em torno de um objetivo, o desenvolvimento econômico do estado, que exigia vultosos investimentos, naquele momento concentrados em São Paulo e Rio de Janeiro. Para conseguir tais investimentos, os empresários mineiros apoiam o II PND, sem, contudo, perder uma postura crítica em relação à sua implantação.

Nessa mesma época, quando se inicia em São Paulo a campanha contra a presença do Estado na economia, em Minas Gerais, Nansen Araújo, através da revista *Vida Industrial*, critica o empresariado paulista via um artigo intitulado “Certo ou errado é o meu país”²²⁶. Segundo Nansen Araújo, que era o 1º vice-presidente da FIEMG, “o empresariado de São Paulo vem-se sobressaindo com seu eterno inconformismo diante de muitas medidas econômicas. No entanto, são necessárias para trazer o carro de volta à estrada asfaltada[...]”²²⁷. Podemos perceber que esse trecho mostra como ele, um dos principais representantes da FIEMG, não concordava com as críticas feitas ao governo. Ainda,

[...] para que não sejamos considerados omissos ou resignados, chegou o momento de nos agruparmos, sem nos despirmos do velho bom senso, e cerrarmos fileiras numa atitude de expectativa de quem possui uma opinião, para sermos ouvidos e podermos nos manifestar no momento oportuno.²²⁸

Nesse sentido, a atitude de Nansen, ao criticar os paulistas por serem contra algumas medidas tomadas pelo governo, como a criação de empresas estatais, e ao mesmo tempo conclamar o empresariado mineiro para se reunir e emitir uma opinião “sensata” sobre o momento da economia brasileira, revela-nos, e muito, como a FIEMG se posicionou em relação ao governo militar, desde o golpe de 1964. Se, de fato, havia o apoio da FIEMG ao

²²⁶ Revista *Vida Industrial*, Agosto de 1977, pg. 3.

²²⁷ Revista *Vida Industrial*, Agosto de 1977, p.. 3.

²²⁸ Revista *Vida Industrial*, Agosto de 1977, p.. 3.

governo militar, isso não significa que a FIEMG concordava ou concordou com as todas as decisões tomadas pelas equipes econômicas atuantes na época.

Como visto no exposto, em 1977/1978, a FIEMG pedia uma maior aceleração no processo da desconcentração industrial, já que, para a entidade, mantinha-se em São Paulo os maiores investimentos. Quando Nansen emite a opinião de que “seremos um grande centro industrial com a permissão ou sem a permissão dos que tentam criar essa forma de imperialismo, até agora desconhecida: o imperialismo nacional”, está falando claramente sobre o empresariado paulista. Notoriamente, a FIEMG se opunha ao “imperialismo nacional” praticado pelos paulistas, que concentrava grande parte dos investimentos no setor industrial.

Segundo a FIEMG, pois, para o Brasil alcançar, de fato, seu desenvolvimento, era essencial a descentralização industrial, uma vez que a concentração industrial acarretava problemas no Brasil em vários setores, como transporte urbano, energia, segurança, saúde, entre outros. Para superar esses problemas, a FIEMG defendia uma união entre os governos federal e estadual, que deveriam se aliar ao empresariado. Conseqüentemente, teriam que

ampliar o mercado interno; atenuar os desníveis regionais; estimular e apoiar o processo de substituição de importações; elevar o nível de renda (pessoal e regional); aumentar o poder aquisitivo; integrar e fortalecer o mercado interno; utilizar racional e adequadamente os recursos²²⁹

Destarte, as críticas da FIEMG estavam concentradas, como vimos ao longo deste tópico, no desejo que o governo promovesse a desconcentração industrial, como planejado no II PND, não enfatizando a volta da democracia para o alcance de tal objetivo. Todavia, o empresariado paulista concentrava suas críticas no processo de estatização da economia brasileira. Contudo, essa crítica só foi iniciada após um período em que o II PND não obteve um resultado satisfatório para os paulistas, que aliaram a crítica da estatização da economia a um discurso pedindo a volta da democracia. Tal fato passa a ocorrer a partir de 1976, na segunda fase da campanha contra a estatização, quando as entidades empresariais passaram a criticar abertamente o governo e sua política econômica pelos resultados obtidos não serem satisfatórios em comparação ao que foi prometido com a criação do II PND²³⁰.

Para tanto, o comportamento do empresariado mineiro durante a década de 1970 se manteve o mesmo daquele desenvolvido a partir da década de 1940, como assinalado por

²²⁹ Revista Vida Industrial, julho de 1975, pg 8.

²³⁰ VELASCO E CRUZ, S. **Empresariado e Estado na Transição Brasileira**, Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESP, 1995.

Delgado e Dulci, com grande aceitação da presença do Estado na economia. Seja pela atuação de entidades, como a FIEMG, seja na articulação desta com o Estado, através de múltiplos canais, seja pela presença de um segmento denominado por Dulci como *tencoempresariado*, seja ainda pelos seus elos com a tecnoburocracia, num estado em que as empresas estatais e estrangeiras lideravam os setores mais dinâmicos da economia estadual, o empresariado industrial mineiro elegeu o Estado como o motor do desenvolvimento, almejando-o mais desconcentrado, e não seria ainda na década de 1970 que abandonaria tal perspectiva, pelo menos se consideramos a atuação da FIEMG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi apresentado ao longo do trabalho acadêmico, percebemos que o II PND foi um plano econômico “politicamente determinado”, criado num contexto marcado pela relativa desaceleração da economia, principalmente devido ao choque do petróleo em 1973. Com isso, o II PND nasce com o intuito de manter as altas taxas de crescimento, que contribuíam, até então, para a legitimação do governo perante a sociedade.

As entidades empresariais apoiaram o regime militar e suas diretrizes, e com o II PND não foi diferente, recebeu apoio da FIEMG, ACM e FIESP, entre outras. Entretanto, como optou pelo crescimento por endividamento, tal fato gerou um grande impacto na economia, aumentando tanto a dívida externa quanto a interna, favorecendo o aumento da inflação na década de 1980.

Nesse contexto, o plano econômico foi feito através de um diagnóstico da economia brasileira, mostrando a necessidade de mudar a estrutura industrial do Brasil, com investimentos direcionados para a indústria de base e para alterações de nossa matriz energética, uma das grandes responsáveis pelos problemas da balança de pagamentos com a crise do petróleo em 1973. O II PND, assim, foi criado através de uma racionalidade econômica, que caminhava juntamente com a questão política, uma vez que o desenvolvimento industrial levaria a legitimação do governo militar perante a sociedade.

Em relação à atuação do empresariado mineiro na década de 1970, podemos destacar que continuou comportando-se, de acordo com o que foi salientado por Delgado (1997) e

Dulci (1999), em relação ao empresariado mineiro, entre as décadas de 1930 e 1950, apelando ao Estado, por vezes incrustando-se dentro do aparelho estatal, na condição de tecnoempresário, para conseguir promover as mudanças que julgava necessárias. Para tanto, o empresariado mineiro apoiou, desde a década de 1940, a acentuação do protagonismo do Estado, com o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, a criação de instituições, como a CEMIG, o BDMG e o INDI, mantendo a mesma perspectiva na década de 1970. Como assinala Dulci (1999), o empresariado mineiro transitava tanto pelo poder público quanto pelo meio privado.

Seguindo as reflexões, o apoio da FIEMG ao governo dos militares e, principalmente, ao II PND, mostra-nos como o empresariado mineiro continuou buscando o Estado para promover as mudanças que desejava. Esse objetivo fica bem claro quando comparamos o comportamento da FIEMG perante as outras entidades empresariais, como a ACM e FIESP. Mesmo sendo órgãos empresariais do mesmo estado, FIEMG e ACM procederam de modo diferente quando o II PND começou a não ter resultados satisfatórios. Enquanto a FIEMG postulou medidas que pudessem ser efetivadas pelo governo, para que o prometido com o II PND fosse cumprido, ou seja, o processo de desconcentração industrial, mas nunca questionando o poder dos militares, a ACM, como a FIESP, entrou na campanha contra a estatização da economia, pedindo a volta da democracia, algo que a FIEMG jamais mencionou em algum artigo da Revista Vida Industrial até 1979²³¹.

Nos limites desta pesquisa não é possível identificar os motivos dessa dissonância na atuação do empresariado do estado. Todavia, a concentração da FIEMG na representação do setor industrial, a relevante presença do Estado em Minas Gerais, a natureza mesmo da entidade, de perfil corporativo e mais permeável à influência do governo, associada a grande fragmentação da indústria mineira podem ter favorecido o posicionamento da entidade. No caso da FIESP, conquanto de perfil corporativo, representava um setor forjado num processo de industrialização marcadamente determinado pelo mercado, conforme Dulci²³² apontou em seu clássico estudo, no qual distingue os padrões de desenvolvimento definidos pelo mercado e os politicamente orientados.

Contudo, a ACM agregava setores empresariais variados, era mais independente do Estado, operando, talvez, como espaço de expressão para percepções econômicas mais

²³¹ Ano limite da nossa pesquisa.

²³²DULCI, Otavio Soares. Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

liberais. De todo modo, o entendimento de tal dissonância na atuação das entidades empresariais mineiras no período é um problema ainda a ser elucidado.

Ademais, a atuação do empresariado mineiro manteve-se praticamente a mesma da década de 1940 a 1970. Mas, e o Estado em Minas Gerais? Qual foi seu papel? Seguindo os passos de Evans²³³, podemos dizer que tanto o governo estadual como o federal agiram em um momento como demiurgo e, em outros, como parteiro. Agiram como demiurgo quando houve a necessidade de conduzir o processo de industrialização, investindo em áreas cujo capital nacional e internacional não tinham interesse. Agiram como parteiro no momento em que atraíram o capital privado nacional e estrangeiro a investir, mas sempre maximizando seus lucros, oferecendo incentivos fiscais para que continuassem com um mercado atrativo. Agindo como demiurgo ou como parteiro, um fato é certo, quem conduz o processo de industrialização do Brasil, na década de 1970, é o Estado. Trata-se de uma industrialização que se mantém “*sate led*”, na expressão de Antônio Barros de Castro²³⁴.

Para promover o processo de industrialização, o Estado criou bolsões de eficiência, instituições estatais protegidas de interesses individuais. Desse modo, a burocracia trabalhava, buscando criar condições e oportunidades que levassem ao desenvolvimento. Portanto, o II PND foi criado por um Estado que atuava, principalmente, como demiurgo, que chegou ao diagnóstico da situação da economia brasileira através dos órgãos estatais protegidos do clientelismo (bolsões de eficiência), tendo recebido total apoio de grande parte do empresariado mineiro, como aqueles filiados a FIEMG.

Em Minas Gerais, a aceitação empresarial da presença do Estado é antiga, tendo sido apontada por Ignacio Delgado, em primeiro lugar, e depois por Dulci. Clélio Campolina Diniz fala que o Estado entra porque o empresariado é fraco, abrindo espaço para a *tecnocracia*. O que Dulci e Delgado relatam é que o empresariado *apela* ao Estado, o que é diferente. Com isso, percebemos mais um momento desta afinidade no posicionamento da FIEMG em relação ao II PND. Essa é a grande virtude do nosso trabalho, em que identificamos e assinalamos a diferença do conteúdo do pronunciamento mineiro em relação ao paulista, por exemplo. Há uma linha de continuidade com a trajetória mineira, desde o PREFP, de Gianneti, a Cemig, o BDMG, o INDI. Em Minas Gerais, a imbricação do empresariado com o Estado é um legado

²³³EVANS, Peter B., *Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial*/ por Peter Evans; tradução Christina Bastos Tigre; revisão técnica e prefácio Paulo Bastos Tigre.- Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

²³⁴CASTRO. Antônio Barros de. *Do desenvolvimento renegado ao desafio sinocêntrico: reflexões de Antônio Barros de Castro sobre o Brasil*/ organização Ana Célia Castro e Lavínia Barros de Castro. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

dessa trajetória, que talvez seja mais antiga, mas que se aprofunda, a partir da década de 1940. Há, ainda, uma diferença no posicionamento da ACM em relação à FIEMG. Enquanto aquela é um pouco mais ligada à crítica contra a estatização, esta, como vimos, está ligada à desconcentração industrial brasileira.

Como salientou Delgado, e depois Dulci, a ACM não sofreu intervenções do governo mineiro, como a FIEMG, por isso, provavelmente, seu discurso em relação aos problemas econômicos vivenciados pelo Brasil, na década de 1970, direcionados contra a participação direta do governo na economia, eram mais contestadores em relação à falta de liberdade econômica promovida pelos militares. Além disso, por possuir grupos mais heterogêneos, cujos setores estavam representados, sua atuação, provavelmente, tenha sido por esse motivo mais contestador à ditadura militar, pedindo a liberalização do regime, para que pudessem participar das decisões econômicas do Brasil. Entretanto, nossa pesquisa não é suficiente para afirmar tais fatos, devendo haver outras pesquisas sobre o assunto.

Nossa pesquisa também não enfatizou os problemas econômicos da década de 1980 derivados da escolha do crescimento por endividamento através do II PND. Sabemos que o Brasil contraiu uma pesada dívida externa, prejudicando suas receitas (crise fiscal), levando os brasileiros a enfrentarem uma hiperinflação. O Brasil entrou em uma desaceleração do crescimento econômico acarretando em altos índices de desemprego²³⁵.

REFERÊNCIAS

ABREU, M.P. **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Republicana - 1889-1989**. Rio, Campus, 1992.

²³⁵ CASTRO, A.B. Barros. J.R.M. Belluzzo. L.G. Estratégias para voltar a crescer. CEBRAP. Novos Estudos, n.67. São Paulo, 2003.

_____. **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889 – 1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992. RESENDE, André Lara. Estabilização e Reforma: 1964 / 1967.

_____. **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889 – 1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992. LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. A Retomada do Crescimento e as Distorções do “Milagre”: 1967-1973.

AGUIRRE, Basília M. B. e SADDI, Fabiana. **Uma alternativa de interpretação do II PND**. In: Revista de economia política, out./nov. São Paulo, v. 17, n.4(68), 1997, p. 78-98.

BAER, Werner. **Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2002

BATISTA, Jorge Chami. **A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento**. Revista de Economia Política. 7(2), abril/junho 1987, p. 66-80.

BOBBIO. Norberto et alii. Dicionário de Política. Brasília/ São Paulo, Ed. Universidade de Brasília/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 5.ed. 2000.

BONELLI, R. & P.S. MALAN. **Os limites do possível: notas sobre o balanço de pagamentos e indústria nos anos 70**. Pesquisa e Política Econômica, Rio de Janeiro, 6(2), agosto.

BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli. **Lideranças empresariais e problemas da estratégia liberal no Brasil**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 8, n. 23, São Paulo, 1993, p. 101-119.

BRASIL, II Plano Nacional de Desenvolvimento. (1975-1979). Brasília, 1974.

BRESSER PEREIRA, LC. **Mudanças no padrão de financiamento dos investimentos no Brasil**, Revista de Economia Política, 7(4), Outubro, p.43.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975

CASTRO. Antônio Barros de. **Do desenvolvimento renegado ao desafio sinocêntrico: reflexões de Antônio Barros de Castro sobre o Brasil/** organização Ana Célia Castro e Lavínia Barros de Castro. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CASTRO, A. B. e SOUZA, F. E. P. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**, São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988

CASTRO,A.B. Barros. J.R.M. Belluzzo. L.G. Estratégias para voltar a crescer. CEBRAP. *Novos Estudos*, n.67. São Paulo, 2003.

COSTA. Janaína França. **A associação comercial de minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de abertura política e redemocratização durante os anos de 1974 a 1988.**(Mestrado). UFJF. 2009.

COTTA, Tereza Cristina. **Burocracia, capacidade de Estado e mudança estrutural.** (Texto para discussão, 21). Brasília: ENAP.1997

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso(orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. P.252-23.

DELGADO, Ignácio Godinho. **Estado e empresariado no Brasil.** In: DELGADO, Ignácio Godinho. **A Estratégia de uma Revés: Estado e associações empresariais em Minas.** Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1997.

DINIZ. Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira.** UFMG. 1981.

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil, 1930-1945**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

EVANS, P. **O Estado como Problema e como Solução.** In: Lua Nova, São Paulo, Número 28/29.

EVANS, Peter B., **Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial/** por Peter Evans; tradução Christina Bastos Tigre; revisão técnica e prefácio Paulo Bastos Tigre.- Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

FARIA, Maria Auxiliadora de; PEREIRA, Ligia Maria Leite. **Associação Comercial de Minas: uma história de pioneirismo e desenvolvimento 1901 – 2001.** 2001, p. 23

FONSECA, Pedro C. D. e Monteiro, Sergio M. **O Estado e suas razões: o II PND.** Revista de Economia Política. 28(1), janeiro/março 2008.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **O projeto do governo Goulart e o II PND; um cotejo** /Pedro Cezar Dutra Fonseca, Cássio Silva Moreira – Porto Alegre: UFRGS/FCE/DE RI, 2012. Texto para discussão/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, n.10/2012.

GEISEL, Ernesto. Pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, na reunião ministerial de 10 de setembro de 1974. Brasília, 1974.

GODOY, Marcelo Magalhães. **Da arte de conhecer as doenças: o diagnóstico da Economia Mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais /** Marcelo Magalhães Godoy; Daniel Henrique Diniz Barbosa; Lidiany Silva Barbosa. - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

GONTIJO, Moema Moreira; NUNES, Cristina Pereira. **FIEMG: uma trajetória em defesa do desenvolvimento industrial de Minas.** Cícero, Belo Horizonte, v.2, n.9, p.24-29, jan./fev./mar. 2001.

GIROLETTI, D. Industrialização de Juiz de Fora. Juiz de Fora: EDUFJF, Juiz de Fora.

KINGDON, J. **Agendas, Alternatives and Public Policies.** New York: Addison-Wesley Educational Publishers inc., 1995.

LESSA, Carlos. **Estratégia de desenvolvimento, 1974 - 1976: sonho e fracasso.** Professor Titular, UFRJ, 1978.

LAGO, 1990. Apud COSTA. Janaína França. **A associação comercial de minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de abertura política e redemocratização durante os anos de 1974 a 1988.**(Mestrado). UFJF. 2009.

MANTEGA, G. **O governo Geisel, o II PND e os economistas.** São Paulo: EAESP/FGV/Núcleo de Pesquisas e Publicações, Relatório de Pesquisa n. 3, 1997.p.5

MENSAGEM Econômica. Associação Comercial de Minas. Belo Horizonte, ano XIII, nº 145, mai. 1965, p. 3 – 4. *apud* FARIA, Maria Auxiliadora de; PEREIRA, Ligia Maria Leite. **Associação Comercial de Minas: uma história de pioneirismo e desenvolvimento 1901 – 2001.** 2001, p. 215.

MUNIZ, Nancy A Campos. **O CNPq e sua trajetória de planejamento e gestão em C&T: histórias para não dormir contadas pelos seus técnicos.**(1975-1995). Tese (doutorado)— Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, **2008.**

“O problema da estatização. P.S. – E daí”, In:**O pensamento de Eugênio Gudín**, Rio de Janeiro, Editora da FHV, 1978, p. 412.

PAULA, Maria Carlota Souza. **As vicissitudes da industrialização periférica.** O caso de Juiz de Fora – 1930/1970. (Mestrado). Belo Horizonte. FFCH/UFMG, 1976.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **História de Juiz de Fora Vanguarda de Minas Gerais à “industrialização periférica.** (Doutorado). Campinas. IE/UEC, 2006.

Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1975-1979, Brasília, setembro de 1974.

REIS, D. A. **Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória.** In: IFCS/UFRJ, ICH/UFF,FGV **SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964.** Rio Janeiro: 7 Letras. 2004.

Relatório anual do BDMG. 1968.

Revista Vida Industrial: Janeiro de 1974. dezembro de 1979.

SANTOS, Fabiana Borges Teixeira dos. **Minas Gerais do Século XXI**. Volume 1. Ponto de Partida. BDMG, 2002.

SERRA, José. Ciclo e **mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra**. In: BELUZZO, L.G. & Coutinho, R.(ORG.) Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Ensaios sobre a crise. Vol. 1. São Paulo. Brasiliense: 1982.

SOUZA, Celina. (2007), **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas**, In: G. Hochman, M. Arretche E. Marques (orgs.), **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

SUZIGAN, W. **Experiência histórica de política industrial no Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 16, nº 1 (61), Janeiro-Março/96.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. **Empresariado e estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)** / Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, 1995.

VELLOSO, João Paulo R. **Brasil: A solução positiva**. São Paulo: Abril, 1977, p. 17.

_____. **O último trem para Paris. De Getúlio a Sarney: “milagres”, choques e crises do Brasil moderno**. 2a ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.